

ANDRÉA MARQUES ROSA

**ASPECTOS MORFOLÓGICOS DO
TERENA (ARUÁK)**

**TRÊS LAGOAS - MS
2010**

ANDRÉA MARQUES ROSA

**ASPECTOS MORFOLÓGICOS DO
TERENA (ARUÁK)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof^a Dr^a Claudete Cameschi de Souza

**TRÊS LAGOAS - MS
DEZEMBRO/2010**

ANDRÉA MARQUES ROSA

ASPECTOS MORFOLÓGICOS DO TERENA (ARUÁK)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^a Dr^a Claudete Cameschi de Souza

Prof^a Dr^a Marlene Durigan

Prof^a Dr^a Valéria Faria Cardoso

Prof. Dr. Dercir Pedro de Oliveira (1º Suplente)

Prof^a Dr^a Onilda Sanches Nincao (2º Suplente)

Três Lagoas, 10 de Dezembro de 2010

*Ao Povo Terena,
representação de força,
luta, sabedoria e boa vontade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e ânimo para realizar este trabalho e pela oportunidade de fazer reflexões que me tornaram mais humana.

Ao povo terena, pela recepção e pela batalha em busca de respeito e reconhecimento.

Aos professores indígenas Paulo Baltazar e Rosimeire, por colaborarem acirradamente com esta pesquisa e por estarem sempre dispostos a ajudar, dedicando horas que seriam de descanso e de permanência com suas famílias para gravação de dados e reflexões sobre a língua terena. Agradeço pela compreensão e por acreditarem nos benefícios desta pesquisa e em meus objetivos.

Aos indígenas Dalila, Nilza, Geramel, Saulo, Adriana, Alcery, Carlos, Ednéia, Dona Rosa, Dona Matilda, Arsênio, Lele e Elison, por contribuírem como informantes, realizando as gravações de dados e fornecendo informações a partir de seus conhecimentos sobre a língua terena e por acreditarem na execução deste estudo.

À FUNAI, por permitir o desenvolvimento da pesquisa na área indígena de Taunay.

À CAPES, pela bolsa de estudos, que permitiu minha dedicação exclusiva aos estudos.

À Professora Claudete Cameschi de Souza, por incentivar a minha vida acadêmica, pelas orientações que resultaram neste trabalho e por sua amizade.

Aos meus pais, que suportaram a minha ausência, oferecendo seus colos cheios de amor nos momentos em que tudo parecia impossível, e por terem investido financeiramente neste projeto.

À minha irmã Cíntia, pelas palavras confortantes e paciência.

À Professora Marlene Durigan, pelas correções e sugestões para aprimoramento deste trabalho.

Ao Professor Dercir, pelas sugestões que permitiram aprimorar este trabalho.

À Simone Gomes, pela amizade, estudos em grupo e por dedicar momentos de sua vida para me amparar nos momentos difíceis.

À Marta Oliveira, pela amizade e pelas palavras confortantes e de estímulo.

À Denise Silva, pela amizade, companhia nos estudos e pelos projetos desenvolvidos.

À Neide Barros de Oliveira, pelo carinho, amizade e amor materno que me mantiveram firme nos meus objetivos. Agradeço pelo confortante espaço em que habitei, nesses anos de curso, em Três Lagoas/MS.

À Tâmara Carla Freire, pela amizade, companheirismo e momentos de reflexões e distrações.

Ao Carlos Roberto de Sousa, pela amizade e pelas palavras otimistas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, por terem mediado os conhecimentos que adquiri no mestrado.

À Leriana Almeida, por ter-me enviado muitos materiais sobre verbos. Agradeço por expressar humildade e solidariedade, ajudando-me mesmo sem me conhecer pessoalmente, uma virtude de quem podemos declarar excelente profissional e ser humano.

Aos meus amigos, pelo carinho e dedicação.

Ao Professor Rogério Vicente Ferreira, pela orientação, pela ajuda na elaboração do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação, pelo empréstimo de material bibliográfico e por ter acompanhado a maior parte do desenvolvimento do trabalho.

Flor do Chaco

*Flor do Chaco, aglutinante e bela
És, ao mesmo tempo, orgulho identitário
e ferramenta da cultura... pura
...solta? pouco conhecida... um arrulho
A espreita... ora silenciosa ora confusa,
Harmoniosa prosódia Aruák banhada
De Guaicuru em Mar de Xaraés.
Virgem brisa... furacão... procela
Guerra, paz e resistência
Toca as matas e invade o
Urbano, sincretiza-se, mostra-se
E se esconde. Onde?
Lembrança, vivências, sonhos
Contigüidade étnica
Exclusão
Inclusão
Lendas, mitos e extinção.*

Claudete Cameschi de Souza

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi descrever aspectos morfológicos, em especial do nome e do verbo, da língua terena, pertencente à família Aruák, falada pelo povo terena. Diante da proporção de comunidades terena localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, optou-se por realizar este trabalho nas comunidades vizinhas Bananal e Lagoinha na região de Taunay, localizadas a 70 km da sede do município de Aquidauana/MS. Para atingir os objetivos da pesquisa, realizou-se trabalho de campo com base em autores como Samarin (1967), Kibrik (1977), Abbi (2001), entre outros. Os dados foram gravados com o uso de gravador digital, transcritos foneticamente e analisados a partir do funcionalismo de Gívon (1984, 2001), Haan (2009), Payne (2001), Shopen (1992). O trabalho dividiu-se em quatro capítulos. O primeiro apresenta a trajetória histórica do povo terena; o segundo faz um esboço geral sobre a língua terena e a família Aruák; no terceiro, são apresentados aspectos gerais da morfologia nominal; no quarto, apresenta-se a descrição dos morfemas verbais do terena. Por meio das análises, observou-se que a língua terena é uma língua aglutinante, em que nome e verbo apresentam grande quantidade de morfemas. Os nomes podem ser marcados por morfemas de posse, gênero, número e por pronominais. Os verbos apresentam morfemas flexionais e derivacionais, entre eles marcadores pronominais, de tempo, de modo realis/irrealis, de aspecto, de voz, verbalizadores, nominalizadores, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: língua terena; morfologia; verbos; nomes.

ABSTRACT

The aim of this work was to describe morphological aspects on Terena language, from Aruák family, spoken by the Terena people, such description refers to the noun and the verb. Due to the proportion of Terena communities located in the State of Mato Grosso do Sul, this work was developed on neighboring communities, Bananal e Lagoinha in the region of Taunay, located 70 kilometers from Aquidauana/MS. We did field work based on some authors like Samarin (1967), Kibrik (1977), Abbi (2001) and others. We used a digital recorder to record the data that were phonetically transcribed and analyzed under the Givon's functionalist perspective (1984, 2001), Haan (2009), Payne (2001), Shopen (1992). The work was divided into four chapters. The first presents the historical background of the Terena people, the second is a general outline on the tongue, and Terena Arawak family, in the third presents general aspects of nominal morphology, in the fourth, it presents a description of verbal morphemes Terena. Through the analysis, it was observed that the Terena language is an agglutinative language, in which noun and verb have a large amount of morphemes. Names can be marked as the possession, gender, number, and pronouns. Verbs have inflectional morphemes and derivational, including pronominal markers, length, realis / irrealis, aspect, voice, verbalizers, nominalizers, among others.

KEYWORDS: Terena language, morphology, verbs, nouns.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 01	Localização das aldeias terena nos municípios de Mato Grosso do Sul	38
Figura 02	Tronco de línguas macro-arahuaacas	47
Figura 03	Família arahuacana	49
Figura 04	Família aruák no Brasil	53
Quadro 01	Estrutura morfológica nominal do terena	102
Quadro 02	O nome em terena: os trabalhos anteriores e as identificações de Rosa (2010)	103
Quadro 03	Estrutura morfológica verbal terena	149
Quadro 04	O verbo em terena: os trabalhos anteriores e as identificações de Rosa (2010)	150
Tabela 01	Comunidades terena de Aquidauana e números de indivíduos por comunidade	18
Tabela 02	Línguas aruák	50
Tabela 03	Inventário de fones consonantais do terena propostos por Silva (2009)	64
Tabela 04	Inventário de fones vocálicos do terena proposto por Silva (2009)	65
Tabela 05	Inventário de fones consonantais do terena	66
Tabela 06	Inventário de fones vocálicos do terena	66

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIATURAS¹

?	Não se sabe o significado do morfema
1	Primeira Pessoa
2	Segunda Pessoa
3	Terceira Pessoa
aux	Auxiliar
causatzdor	Causativizador
concl	Concluso
concord	Concordância
condic	Condicional
durat	Durativo
decl	Declarativo
det	Determinante
enf	Enfático
fut	Futuro
ind	Pronome indefinido
instr	Instrumental
irr	Irrealis
itrzvdor	Intransitivizador
loc	Locativo
n.esp	Não específico
neg	Negativo
nzdor	Nominalizador
obj	Objeto
passiv	Voz passiva
pl	Plural
poss	Possessivo
qu	Palavra interrogativa
real	Realis
rec	Recíproco
refl	Reflexivo
sg	Singular
t	Tema
vbzdor	Verbalizador

¹ As abreviaturas utilizadas neste trabalho foram extraídas e adaptadas das abreviaturas e convenções propostas por Ken Hale.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I: O POVO TERENA	24
1.1 Do Brasil à província de Mato Grosso: uma síntese da questão indígena no período colonial	25
1.2 Processo de desenvolvimento histórico do povo terena	31
1.3 O povo terena, hoje: características sociais, culturais e econômicas	36
1.3.1 Estatística populacional e localização	36
1.3.2 Características físicas	38
1.3.3 Organização social	39
1.3.4 Habitações e organização física das comunidades	40
1.3.5 Crenças e religião	41
1.3.6 Atividades econômicas	42
1.3.7 Arte terena	43
1.3.8 A língua	45
CAPITULO II: A LÍNGUA TERENA	46
2.1 A família linguística Aruák e a língua terena	46
2.1.1 Estudos linguísticos descritivos sobre a língua terena	54
CAPITULO III: ASPECTOS MORFOLÓGICOS GERAIS DA LÍNGUA TERENA	62
3.1 Tipologia linguística	67
3.1.1 Tipologia morfológica	67
3.1.2 Tipologia sintática	71
3.2 Aspectos morfológicos da língua terena	72
3.2.1 Nomes	72
3.2.1.1 Posse	76
3.2.1.2 Gênero	80
3.2.1.3 Número	82
3.2.1.4 {-ke} locativo	84
3.2.1.5 Prefixos verbalizadores: {kə-} e {i-}	84
3.2.2 Pronomes	89
3.2.2.1 Pronomes pessoais	90
3.2.2.2 Os pronomes possessivos	92
3.2.2.3 Pronomes demonstrativos/determinantes	93
3.2.2.4 Pronomes indefinidos	98
3.2.2.5 Palavras interrogativas	99
CAPITULO IV: OS MORFEMAS VERBAIS DO TERENA	110
4.1 Verbos: considerações teóricas	110

4.1.1	Morfemas flexionais	111
4.1.1.1	Consoantes temáticas	111
4.1.1.2	Pronomes presos	113
4.1.1.2.1	Primeira pessoa do singular	113
4.1.1.2.2	Segunda pessoa do singular e plural	114
4.1.1.2.3	Primeira pessoa do plural	117
4.1.1.2.4	Terceira pessoa: morfema zero	118
4.1.1.2.5	Pronomes presos na função de objeto	119
4.1.1.2.6	Morfema reflexivo {-po}	122
4.1.1.2.7	Os morfemas {-kɔ} e {-gɔ} “recíprocos”	124
4.1.1.3	Voz passiva {-wɔ}~{-pu}	125
4.1.1.4	Morfema de tempo futuro: {-mɔ}	126
4.1.1.5	Modo <i>realis/irrealis</i>	129
4.1.1.6	Aspecto	141
4.1.1.6.1	{-ne} perfectivo/concluso	144
4.1.1.6.2	{-tʃi} imperfectivo/durativo	144
4.1.1.7	Prefixo intransitivizador: {e-}	145
4.1.2	Morfemas derivacionais	146
4.1.2.1	Nominalizadores: {-tʃi} e {-ku}	146
4.1.2.2	Prefixo causativizador: {ko-}	147
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
	REFERÊNCIAS	164
	ANEXOS	170

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país rico em diversidade linguística. Embora o português seja a língua oficial, pesquisadores, quer antropólogos quer linguistas, chegam a uma mesma conclusão: atualmente devem existir aproximadamente 180 línguas¹ faladas por todo o território brasileiro, sendo, na maioria, línguas de tradição oral.

Seki (2000, p. 245) afirma que é importante realizar estudos linguísticos sobre línguas indígenas, pois esses estudos apresentam contribuições científicas e sociais. De acordo com a linguista, a maior contribuição científica está em propiciar o conhecimento da linguagem humana e da diversidade lingüística, que se manifesta de forma particular e única em cada língua. No caso desta pesquisa, a língua estudada ainda é pouco conhecida no mundo acadêmico e caracteriza-se por propriedades ainda não identificadas em outras línguas.

Quanto à relevância social, como aponta Seki (2000), uma pesquisa deve contribuir com a comunidade falante da língua estudada, oferecendo suporte para que seja preservada ou revitalizada, por meio de ações que busquem

[...] a produção de materiais resultantes da investigação linguística (descrições de boa qualidade, dicionários, coletâneas, etc.), a atuação contra fatores que levam ao abandono da língua, o desenvolvimento de atividades que propiciem a restauração da auto-estima e de uma atitude positiva em relação à língua e à cultura e que contribuam para o fortalecimento das mesmas bem como para despertar a consciência crítica, de modo a permitir um melhor entendimento e avaliação da sociedade envolvente. (SEKI, 2000, p. 246)

Braggio (2002) também ressalta a importância social dos estudos e pesquisas linguísticas quando afirma que o estudo das línguas indígenas pode colaborar para a formação de fontes escritas nessas línguas. Segundo a pesquisadora, esse tipo de estudo concorre para que, além da modalidade oral, destinada à interação cotidiana ou à transmissão de valores e crenças no interior de cada comunidade falante, essas línguas tenham sua modalidade escrita, que expresse a literatura indígena e transmita as leis ou normas que regem a sociedade não índia e que se expressam apenas em língua

¹ Conforme Sebastian Drude, são cerca de 154 línguas indígenas no Brasil. Em palestra proferida durante o Seminário de Políticas de Ensino Superior e Povos Indígenas, no dia 8 de junho de 2010, o linguista esclareceu que, muitas vezes, nos levantamentos sobre as línguas, confunde-se “povo” com língua falada.

portuguesa. Se a língua indígena passar a ser uma língua de tradição escrita, terá mais um motivo para continuar a existir.

Assim, diante da importância da língua para seus falantes nativos, faz-se necessário realizar estudos linguísticos que visem contribuir para o processo de revitalização dessas línguas, considerando que, conforme destaca Rodrigues (2005, p. 36), grande parte das línguas indígenas brasileiras corre risco de extinção:

No plano mundial tem-se considerado que hoje qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas tem sua sobrevivência ameaçada e necessita de especial atenção. Todas as línguas indígenas no Brasil têm menos de 40 mil falantes, sendo que a mais forte, a tikúna, falada no alto Solimões, apenas ultrapassa a marca de 30 mil. Os aspectos mais graves estão, porém, no outro lado do espectro demográfico, nas línguas infimamente minoritárias, com populações que não vão além de 1 mil pessoas. Essa é a situação de três quartos (76%) das nossas línguas indígenas e significa que é tarefa de alta prioridade e urgência a pesquisa científica que visa à documentação, análise, classificação e interpretação teórica dessas línguas, que em sua grande maioria só existem aqui.

Rodrigues (2005) ainda afirma que o número de pesquisadores é muito pequeno diante da necessidade de pesquisas em línguas indígenas e diante da quantidade de línguas indígenas brasileiras que necessitam de estudos urgentes em face do risco de extinção. Portanto, as afirmações do autor remetem-nos à conclusão de que, constatada a necessidade e urgência de estudos linguísticos e de formação de pesquisadores em línguas indígenas, os estudos linguísticos que foram realizados sobre línguas indígenas brasileiras, até o momento, são poucos ou insuficientes diante do número de línguas indígenas brasileiras existentes e ainda inexploradas.

Nesse sentido, as precárias condições em que se encontra grande parte dos povos indígenas no Brasil, bem como o pequeno número de descrições linguísticas mais amplas justificam a urgência de estudos nessa área. A investigação linguística atinge, então, dois objetivos: por um lado, propicia o direito legítimo da perpetuação de visões de mundo particulares e, portanto, dos mais variados complexos culturais; por outro, registra, para a humanidade, a singularidade desses povos, nos seus mais diversos aspectos, inclusive o linguístico.

Nesse grande universo, merece destaque ao terena, ainda pouco pesquisada, no que concerne a abordagens linguísticas descritivas, de que decorre a inexistência de um conhecimento completo sobre essa língua.

Assim, considerando a necessidade de estudos linguísticos das línguas indígenas brasileiras e o interesse subjacente a esta pesquisa em contribuir para o conhecimento dos universais linguísticos, optou-se pela língua terena, pois seu estudo, “assim como de qualquer língua natural seria uma importante contribuição para o conhecimento dos universais lingüísticos [...], da natureza da linguagem [...] e da cognição humana [...]” (PACHECO, 1999, p. 2).

Justifica-se, pois, esta pesquisa por uma série de razões: (1) sua relevância social e cultural, porque analisa e descreve aspectos linguísticos da língua terena utilizada por uma população significativa de índios; (2) sua relevância científica, porque foi desenvolvida por meio de pesquisa e material bibliográfico relativamente recente, abordando questões ainda não respondidas, em busca de reflexões que permitam o debate e o diálogo entre outros estudos e pesquisas que a este trabalho antecederam ou a ele sejam posteriores; (3) sua repercussão em âmbito nacional como fonte de dados, em um momento em que, embora haja pesquisas pontuais sobre as línguas indígenas faladas no Brasil, ainda se carece de pesquisas descritivas dessas línguas, em especial da língua terena.

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para a descrição da língua terena e, por extensão, para o enriquecimento de estudos sobre línguas Aruák. Como objetivo específico primordial, destaca-se: descrever aspectos morfológicos da língua terena falada nas comunidades Bananal e Lagoinha, na região de Taunay, em especial o nome e o verbo, identificando os morfemas derivacionais e flexionais.

A metodologia contou com trabalho de campo para coleta de dados, com base em Samarin (1967), Kibrik (1977) e Abbi (2001); a análise dos dados coletados fundamentou-se nas reflexões teóricas de Givón (1984; 2001), Haan (2009), Payne (2001) e Shopen (1992).

Metodologia de pesquisa

A pesquisa linguística para descrição de línguas consiste, essencialmente, de dois momentos: a pesquisa de campo e a análise dos dados coletados. Para realizar o trabalho de campo, foram necessários, inicialmente, nesta pesquisa, estudos relacionados à prática do trabalho de campo, como a forma de intervenção do pesquisador, o perfil e características dos falantes, com base nas obras de Samarin (1967), Kibrik (1977) e Abbi (2001). Para a análise dos dados, seguiu-se a abordagem funcionalista, com base em autores como Givón (1984; 2001), Haan (2009), Payne (2001) e Shopen (1992).

A metodologia seguida no trabalho de campo com a língua terena consistiu em coletar dados linguísticos junto à comunidade indígena da região de Taunay, especificamente com as comunidades vizinhas Lagoinha e Bananal, localizadas a 70 km da sede do município de Aquidauana/MS.

Durante pesquisa de iniciação científica realizada no período de 2006 a 2007, com o plano de pesquisa “O povo terena: quantos são, onde estão os índios e suas escolas na região de Aquidauana/MS”, inserido no Projeto de Pesquisa “Educação Escolar Indígena: língua, raça, cultura e identidade”, foi possível fazer um levantamento populacional das aldeias do município de Aquidauana, assim como um levantamento populacional dos indivíduos residentes em tais comunidades.

Constatou-se que, no município de Aquidauana, existem nove comunidades terena, a saber:

Tabela 01: Comunidades terena de Aquidauana e números de indivíduos por comunidade²

Comunidades	Número de indivíduos						
	0 a 14 anos		15 a 20 anos		População Geral		Total
	F	M	F	M	F	M	
Água Branca	120	143	30	40	325	387	1045
Bananal	214	277	65	77	914	1059	2606
Colônia Nova	42	39	12	10	99	89	291
Imbirussú	27	44	9	17	77	128	302
Lagoinha	119	133	17	49	273	362	953
Córrego Seco	21	25	6	13	120	134	319
Limão Verde	219	207	54	65	588	640	1773
Morrinho	57	74	25	14	132	161	463
Ypegue	137	161	56	52	411	431	1248
Total							9000

Das nove comunidades apresentadas, apenas três são bilíngues terena-português (Bananal, Água Branca e Lagoinha), enquanto as demais são molíngues em língua portuguesa, em que poucos indivíduos, geralmente os idosos, são falantes da língua terena. Assim, considerando essas informações, justificamos a escolha das comunidades Bananal e Lagoinha, pois estas estão entre as aldeias com maior número de falantes bilíngues.

O trabalho nessas comunidades justifica-se também pelo fato de serem receptivas a pesquisas e pesquisadores, considerando que já realizávamos pesquisa nesta região, durante o curso de graduação, com objetivos voltados para a Educação Escolar Indígena, com projetos de extensão e pesquisa, entre eles o projeto de pesquisa já mencionado. Assim, já estávamos adaptados às comunidades citadas e estas adaptadas a nossa presença.

² A tabela 02 foi elaborada a partir dos dados contidos em Rosa e Souza (2007).

Por se tratar de uma língua com poucos registros de estudos linguísticos, a pesquisa envolveu duas atividades básicas: 1) coleta e transcrição dos dados; 2) análise e interpretação dos dados coletados. Assim, para o estudo dos aspectos da língua terena, foram realizadas, junto à comunidade indígena de Taunay, três etapas de atividades de trabalho de campo.

A primeira iniciou-se no dia 15 de janeiro de 2009 e estendeu-se até o dia 20 de junho de 2009, totalizando cinco meses e cinco dias de trabalho de campo. Nessa primeira etapa, fizemos contato com as comunidades envolvidas, pois, mesmo diante do fato de já estarmos há algum tempo em contato com a comunidade, tínhamos uma nova pesquisa, com novos objetivos (e em área específica da língua). Portanto, tínhamos que informar a nova proposta e pedir autorização para realizar tal trabalho nas comunidades.

Com a autorização das lideranças e esclarecidos os objetivos de nosso trabalho, iniciamos a pesquisa junto à comunidade. Nesse período, ainda não contávamos com a autorização da FUNAI, o que não acarretou problemas de contato, pois obtínhamos a autorização das lideranças das comunidades envolvidas na pesquisa. Nesse momento, trabalhamos com sentenças que buscavam informações sobre as classes de palavras do terena, como os nomes e informações verbais, conforme descrito no item “O *corpus*”, a seguir. Os dados obtidos na primeira etapa foram confirmados e novos dados foram coletados na segunda etapa da pesquisa de campo.

A segunda etapa de pesquisa de campo teve início no dia 10 de novembro de 2009 e encerrou-se em 17 de março de 2010, totalizando quatro meses e sete dias de trabalho. Essa segunda etapa de trabalhos foi realizada com a anuência da Funai, que autorizou a realização do trabalho com início em 9 de novembro de 2009 e término em 30 de novembro de 2010 (Anexo). Nessa fase, além de confirmação dos dados coletados na etapa anterior, aplicamos novos questionários, buscamos respostas para dúvidas sobre a língua e realizamos discussões sobre os processos morfológicos que caracterizam a língua terena.

Enquanto os dados eram transcritos e analisados e as dúvidas discutidas com os indígenas, elaborou-se esta dissertação. Assim, com uma primeira versão da dissertação finalizada, sentimos a necessidade de buscar novas informações sobre a morfologia verbal da língua terena. Nesse sentido, realizamos a terceira etapa de

pesquisa de campo com início em 28 de junho de 2010 e término em 15 de agosto de 2010.

Os dados foram gravados usando-se gravador digital e transcritos, ainda em campo, para conferência e análise junto aos falantes bilíngues. Também foram utilizados, como fonte de dados, o diário de campo do pesquisador e conversas informais com os indígenas.

As sessões de coleta foram planejadas para, inicialmente, coletar os dados para a realização das análises e, posteriormente, fazer comprovações dos dados transcritos nas sessões anteriores. Assim, a cada coleta, eram feitas as transcrições, analisados os dados e, a partir dessas análises, elaborava-se um novo questionário relacionado aos dados que ainda se fazia necessário coletar, para, então, realizar uma nova sessão de coleta.

A constituição do *corpus*

O questionário para a coleta dos dados foi elaborado pela pesquisadora, visando, em primeira instância, coletar dados sobre verbos (tempo, modo, aspecto, morfemas verbalizadores e nominalizadores), pronomes (pessoais, possessivos, indefinidos, interrogativos, demonstrativos) e nomes, bem como sobre as categorias de gênero, número e denotadores de posse. Na formulação do questionário, utilizaram-se como base as informações teóricas contidas, especialmente, em Givón (1984; 2001), Haan (2009), Payne (2001), Shopen (1992), que possibilitaram as noções sobre os aspectos morfológicos que deveriam ser considerados nas análises.

Assim, por se tratar de uma pesquisa sobre os aspectos morfológicos da língua terena e, considerando o verbo como classe de palavra primordial das línguas, o primeiro questionário foi organizado da seguinte forma: a) foram elencados cerca de 50 verbos, entre eles verbos transitivos, intransitivos e ditransitivos; b) para cada verbo, foram formuladas sentenças considerando as categorias de tempo, modo, aspecto, número e gênero, bem como os processos de nominalização, verbalização, marcação pronominal, além de advérbios e adjetivos, considerando sentenças imperativas, negativas, afirmativas, condicionais e interrogativas.

O questionário foi organizado e aplicado junto aos informantes em sessões individuais. Outros mecanismos de coleta de dados também foram aplicados, como o diário de campo utilizado pela pesquisadora, o registro de falas espontâneas, interferência de membros da comunidade no momento da coleta e textos orais em terena, que versavam sobre questões do cotidiano do informante. Esta última fonte (os textos orais) foi importante para verificar o comportamento dos verbos no momento da fala, em um contexto significativo para o informante, pois, na coleta de sentenças isoladas, apenas, não é possível verificar as ocorrências dos morfemas da língua de uma forma significativa.

Conforme a necessidade, após cada coleta de dados, o questionário era reformulado, havendo a inserção de novos itens e a exclusão de outros. Assim, o questionário inicial de 1200 sentenças totalizou, ao final, cerca de 2000 sentenças e cinco textos orais coletados em trabalho de campo, em aproximadamente 137 horas de gravações de áudio, mais 14 horas de gravação de áudio para confirmação dos dados gravados anteriormente.

Os questionários foram aplicados a nove indígenas. Durante as entrevistas, as sentenças eram ditas em português e transferidas para a língua terena pelo falante, sendo permitidas, também, explicações, por parte do indígena, dos processos que ocorrem na língua. Essas explicações e “traduções” fizeram que o questionário tomasse, muitas vezes, rumo diferente daquele pré-moldado pela pesquisadora, confirmando aquela “modificação na ação do linguísta” a que se referiu Oliveira (*apud* ROSA, SOUZA e SILVA, 2008, p. 165): “sua [do linguísta] atuação passa a ser de elucidação conceitual da reflexão linguística conduzida pelos próprios falantes, que se constituem em pesquisadores de suas próprias línguas”. Como apontam Rosa, Souza e Silva (2008, p. 165), “o pesquisador passa a ser o professor índio que, do seio de sua prática pedagógica, envolvido com as questões suscitadas, propõe procedimentos numa ordem que lhe parece adequada e que não precisa de maneira nenhuma seguir a ordem preconizada pela linguística”.

Dos indígenas que contribuíram com as informações sobre a língua terena, oito eram falantes bilíngues terena-português e apenas um é monolíngue em língua terena, havendo a necessidade de acompanhamento de um indígena bilíngue durante as conversas. O falante monolíngue não possui nenhum tipo de escolarização, não sabendo

ler ou escrever. Cinco indígenas são professores da rede municipal de ensino de Aquidauana com formação em nível superior, dois possuem apenas nível fundamental de escolarização e um possui nível médio.

Dos nove indígenas entrevistados, cinco eram homens e quatro, mulheres; um tinha a idade de 94 anos, dois, idade entre 30 e 35 anos, um com 22 anos e cinco com idade entre 40 e 55 anos.

Assim, com objetivos e metodologia estabelecidos, contato com a comunidade indígena de Taunay, aceite dos sujeitos entrevistados e coleta e análise dos dados, os resultados são aqui apresentados em quatro capítulos.

O Capítulo I, “O povo terena”, tem por objetivo apresentar a história do povo terena. Inicia-se por um breve histórico que considera a história indígena geral, constituindo um caminho que se inicia no período imperial, perpassando pela questão indígena na província de Mato Grosso, até constituir a história do povo terena, em que são apresentados os aspectos culturais, sociais, econômicos, geográficos e linguísticos.

O Capítulo II, “A língua Terena”, apresenta os aspectos linguísticos da língua terena. Inicia-se com uma explanação sobre a família linguística Aruák, para, então, realizar-se a contextualização da língua terena, de forma a apresentar algumas informações sociolinguísticas. Em seguida, faz-se uma relação dos trabalhos linguísticos descritivos já realizados sobre a língua, assim como uma apresentação em síntese dos trabalhos de cunho descritivo-morfológico realizados e que serviram de base teórica para as reflexões realizadas nesta dissertação.

No Capítulo III, “Aspectos linguísticos gerais da língua terena”, são apresentados os aspectos morfológicos da língua terena para que o leitor deste trabalho possa compreender alguns morfemas encontrados nas sentenças dispostas nos exemplos usados para explicar os aspectos relativos à morfologia da língua terena.

No Capítulo IV, “Os morfemas verbais do terena”, apresentam-se os morfemas que se ligam aos verbos, considerando as formas pronominais presas, os morfemas de tempo, modo e aspecto, os morfemas verbalizadores e nominalizadores, entre outros.

Este trabalho destina-se ao povo terena, aos estudiosos das línguas indígenas brasileiras e às pessoas que tenham interesse em informações sobre as línguas indígenas brasileiras, em especial sobre a língua terena e aspectos gerais da família Aruák. Tanto a

análise linguística quanto o banco de dados podem servir de base para futuras pesquisas envolvendo a língua e o povo terena, como: comparação do terena com outras línguas da mesma família; comparação entre a variedade do terena falado na região de Taunay e as de outras comunidades terena; verificação de universais ou categorias gramaticais e o próprio aprendizado da língua terena; descrição de aspectos da morfofonologia³, sintaxe e, também, de outras questões pertinentes à morfologia da língua. Este trabalho também pode contribuir para a elaboração de materiais didáticos que sirvam de apoio ao ensino da língua terena pelos professores indígenas.

³ Segundo Varshney (2009, p. 139), a análise e classificação das diferentes formas fonológicas em que aparecem morfemas, ou pelas quais eles são representados, tanto em uma língua individual, como nas línguas em geral, é chamado de morfofonêmica ou morfofonologia. A morfofonêmica é uma espécie de sistema de sinais para representar morfemas que são formas fonêmicas. A morfofonêmica de uma língua nunca é tão simples. Há sempre muitas ocorrências de dois ou mais morfemas representados pela mesma forma fonética, como ilustrado pelo exemplo de *meet* ‘encontro’ e *meat* ‘carne’ do Inglês, e os casos em que um único morfema é representado ora por uma forma fonética, ora por outra. Por exemplo, o morfema de plural em Inglês é representado por diversos alofones como /s/, /-z/, /-iz/. Segundo o autor, a morfofonêmica de uma língua nunca é trivial; qualquer descrição sistemática de qualquer língua deve abrangê-la. O sistema morfofonêmico, de acordo com Hockett (*apud* Varshney, 2009), é "o sistema de sinais que acopla o sistema gramatical e o sistema fonológico".

CAPÍTULO I: O POVO TERENA

O povo terena é remanescente indígena da população tribal Guaná, sendo uma etnia marcada por muitas levadas migratórias até a formação das comunidades⁴ em reservas indígenas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 24). A maioria dos terena é falante da língua materna terena. Observa-se, nas comunidades dessa etnia, uma situação linguística diversificada, partindo de contextos totalmente bilíngues (terena-português), até alcançar contextos de monolinguismo em língua portuguesa, conforme apontado anteriormente.

Para compreender o processo de desenvolvimento histórico dessa população, faz-se necessário retornar ao período colonial, retomando a história da “civilização” dos povos indígenas, especialmente no Estado de Mato Grosso, considerando que os fatos ocorridos a essa época colaboraram para as condições e transformações culturais dos índios da sociedade contemporânea, especificamente os terena. Faz-se necessário, também, realizar estudos sobre a língua terena, contextualizando-a historicamente e compreendendo seu papel para os indivíduos terena.

Assim, este capítulo visa a: 1) construir a trajetória histórica do povo, mediante historiografia que vem sendo constituída a partir do pensamento de autores que se vinculam, em especial, à História e à Antropologia, apresentando aspectos sociais, culturais e linguísticos; 2) apresentar a língua terena e suas características linguísticas. Assim, o leitor poderá conhecer o objeto de estudo deste trabalho e o contexto histórico-social em que se constitui.

⁴ O termo “aldeia” vem sendo substituído, em nome do “politicamente correto”, por “comunidades”, para evitar que se exteriorizem preconceitos.

1.1 Do Brasil à província de Mato Grosso: uma síntese⁵ da questão indígena no período colonial

O império teve por objetivo maior ocupar e explorar o território brasileiro, que, além de amplo, era rico em matérias-primas e mão de obra escrava para realizar o trabalho de extração. Para esse fim, D. João VI, em 1808, adotou uma política indigenista, descrita por Moreira Neto (1971, p. 343-347), que tinha por objetivo primordial “promover a ocupação efetiva das áreas indígenas em Minas Gerais e no Paraná, concedendo aos colonos interessados em explorá-las todos os direitos legais de propriedade. Além disso, reservava aos colonos o direito de exploração do trabalho compulsório do índio.”

As consequências de tais políticas indigenistas não poderiam ser outras que não as explorações e atrocidades efetuadas com as populações indígenas, desde o trabalho escravo até o extermínio de grupos inteiros, amparados e concedidos por lei, como, por exemplo, o salvaguardado nas Cartas Régias de 13 de maio e 5 de novembro de 1808. Cunha (1992, p. 57-60) afirma que a primeira declarava guerra aos índios botocudos e a segunda, aos índios barbados-botocudos e que, “feita a guerra, os índios prisioneiros deveriam ser distribuídos entre os comandantes, os fazendeiros e outros interessados, que teriam o direito de explorá-los por dez anos, e todo o mais tempo, que durar a sua ferocidade, ou seja, por tempo indeterminado.”

Os conflitos entre os colonizadores e as populações indígenas perduraram até a Independência do Brasil, quando surgiram outras propostas com acentuadas conotações nacionalistas, com o objetivo de melhorar a situação do indígena no Brasil. Uma das propostas mais significativas foi apresentada por José Bonifácio de Andrada e Silva em *Apontamentos para Civilização dos Índios do Império do Brasil*. José Bonifácio foi, portanto, um dos primeiros defensores da questão indígena. Seus projetos colaboraram até mesmo para a revogação das Cartas Régias (CUNHA, 1992, p. 347).

⁵ Utilizamos o termo “síntese” para anunciar a breve explanação histórica que fazemos sobre o período histórico colonial na província de Mato Grosso, pois trata-se aqui de um pequeno recorte dessa passagem histórica que é repleta de informações e acontecimentos vinculados a todo o território brasileiro. E, mesmo em relação à região de Mato Grosso, hoje dividida em dois estados brasileiros, fazemos uma breve explanação, visto que as seis páginas deste item ainda não são suficientes para relatar um período histórico com tantas informações importantes a serem mencionadas.

Os projetos criados por José Bonifácio tiveram suas propostas inseridas em muitos decretos e atos adicionais. Vasconcelos⁶ (1999, p. 47) afirma que “o próprio Decreto Imperial n° 426, de 24/07/1845, que *Contém o Regulamento acerca das Missões de Catequese, e civilização dos Índios*, reproduziu basicamente o que havia sido pregado por José Bonifácio”.

A catequização como forma de civilização dos índios foi motivo de muita discussão, pois, de acordo com o consenso de pensadores brasileiros do século XIX, era impossível “levar adiante um projeto de unidade nacional, preservando culturas extremamente diferentes” (VASCONCELOS, 1999). Tal fato também colaborou para o desaparecimento de muitas línguas indígenas brasileiras, pois, para formar uma unidade nacional, era necessário que todos os indivíduos residentes nesse território falassem uma única língua, que fosse comum a todos, a língua portuguesa. Assim, para que a língua portuguesa se tornasse a língua oficial no país, “foi preciso que ela lutasse contra as línguas indígenas, numa guerra lingüística que começou há muitos anos e que continua até hoje” (BRASIL, 1998, p. 117).

Duas correntes diferentes surgiram, no que concernia à forma adequada de pacificar e civilizar os índios: uma defendia a força como forma eficaz; a outra, métodos brandos como a única saída para a integração dos indígenas à sociedade. Respaladas pela legislação do império, de 1834, que dava autonomia às assembleias legislativas sobre o estabelecimento de colônias e a promoção da catequese e civilização dos índios, algumas províncias optaram por perseguir e punir os índios arredios, enquanto outras decidiram pela catequização, incluindo em seus orçamentos as despesas necessárias à catequese e civilização dos indígenas. (VASCONCELOS, 1999, p. 48-57).

A Lei de Terras (Lei n° 601, de 18/9/1850) foi regulamentada em 1854, fazendo que ganhasse destaque a questão indígena entre os estudiosos, o que iria acentuar-se no decorrer do século XIX em razão do sistema escravista. Cunha (1987, p. 68) aponta que essa lei assegurou aos indígenas, considerados selvagens, a reserva de terras para colonização e aldeamento, mas “as terras distribuídas só poderiam ser

⁶ O livro *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*, de Vasconcelos (1999), foi utilizado como fonte principal na organização dos relatos históricos referentes à questão indígena no Estado de Mato Grosso, por se tratar de uma obra minuciosa e pela dificuldade de acesso a outras fontes históricas que descrevem esse mesmo período histórico.

alienadas a partir do momento em que o governo imperial, por ato especial, reconhecesse que os índios já estavam civilizados”.

Mesmo a catequese sendo considerada uma forma passiva de civilização dos povos indígenas, visava-se à garantia de posse das terras por intermédio dos povoamentos e não se tratava de um movimento em prol da proteção ao índio. Assim, “o índio, que representava a grande maioria da população e que espontaneamente se submetia ao aldeamento, era visto como auxiliar dos padres. O arredo, porém, era dado como inimigo, tendo de ser pacificado para o aldeamento”. (VASCONCELOS, 1999, p. 60)

Nos primeiros anos após a Independência do Brasil, em Mato Grosso e nas demais províncias, ações governamentais relativas aos povos indígenas foram tomadas arbitrariamente. Todos os problemas que surgiam eram resolvidos na própria província, pois o interesse do governo central estava voltado às questões fronteiriças, ou seja, manter uma política de boa vizinhança com os estados de fronteira: alguns governantes de província elogiavam o plano de “catequese e civilização”, como o presidente da província de Mato Grosso, Gomes Jardim, que, “apoando-se em recomendações do Imperador elogiou o plano [...], como sendo o aparato protetor, estratégico e ideal para combater os abusos praticados pelos brancos”. Outros ridicularizavam o trabalho dos missionários. (VASCONCELOS, 1999, p. 76-7).

A função histórica do índio na formação do Estado nacional brasileiro foi explicitada com o início da Guerra do Paraguai, em dezembro de 1864:

[...] tanto os Guaná como os Mbayá-Guaicuru, Kadiwéu, atuaram ativamente ao lado do exército brasileiro durante o conflito. O seu recrutamento e engajamento na tropa não se deu apenas pela força do exército mas também pela própria necessidade de impedir que suas terras invadidas ficassem sob o domínio dos paraguaios. (VASCONCELOS, 1999, p. 86-7).

Passada a Guerra do Paraguai, a situação dos índios agravou-se, pois passaram por uma fase de desarticulação grupal, mesmo com a insistência dos governantes em prol da permanência dos projetos de catequese e civilização, em uma época em que os missionários eram exonerados de seus cargos de diretores de aldeias. Os índios não alcançaram a garantia de permanecer livres em suas terras, e, após o término do conflito, intensificou-se a apropriação das áreas indígenas. Essa situação

continuou a agravar-se até o início do século XX, quando foi denunciada por Cândido Mariano Rondon, o que permitiu a adoção de algumas medidas para amenizá-la. Era evidente que ocorreriam perseguições armadas e a repressão a todos os grupos indígenas que insistiram em resistir à “civilização”. Os índios resistentes e arredios eram considerados obstáculos para a efetivação da ocupação e colonização da província de Mato Grosso, sendo acusados de afugentar a população, considerando-se necessário afastá-los das áreas cobiçadas. Por pressões do governo central e presidentes das províncias, no final do século XIX, o ataque e extermínio de grupos indígenas com objetivo de penetrar em seus territórios foi, no entanto, tomando características menos agressivas. (VASCONCELOS, 1999, p. 95-109).

Assim, o século XIX foi marcado pelos conflitos entre índios e “brancos”. Os “brancos” atacavam com seus instrumentos de repressão, marcados por bandeiras e expedições punitivas, enquanto os índios se defendiam com suas correrias, atacando e assaltando os invasores. No início do século XX, os povos indígenas passaram a ter evidências de que tudo seria diferente e que se iniciava uma era de conquistas. Trabalhos e pesquisas sobre as culturas indígenas começaram a ser realizados com base nos estudos científicos de autores como Charles Wagley e Eduardo Galvão. Nesse período, constam também as contribuições de Claude Lévi-Strauss e Darci Ribeiro para o estudo das sociedades indígenas brasileiras (NEGRI FILHO, 2007, p. 06).

No século XX, também foram criadas instituições que visavam à proteção aos povos indígenas brasileiros. Em 20 de julho de 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a partir do Decreto nº 8072. Lima (1992, p. 156) relata que o SPI surgiu como Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), que, além de proteção aos índios, tinha a tarefa de “fixação no campo da mão-de-obra rural não estrangeira [...], por meio de um sistema de controle do acesso à propriedade e treinamento técnico da força de trabalho, efetivado por meio de unidades de ação denominadas centros agrícolas” (LIMA, 1992, p. 156).

Segundo o autor, em 1918 o SPI perdeu a verba e a responsabilidade pelas tarefas de localização de trabalhadores nacionais, a partir da lei orçamentária 3454, de 6 de janeiro de 1918, transferidas, então, ao Serviço do Povoamento:

Ainda que tal tenha se dado, a *proteção oficial* manteria ao longo de toda a existência do Serviço a intenção de transformar os índios em pequenos produtores rurais capazes de se auto-sustentarem, apesar de distintas visões do ser indígena terem dado ensejo a diferentes construções discursivas. A idéia de transitoriedade do índio (Leite e Lima, 1986; Lima, 1989b: 141-56) teria o peso de um esquema mental profundamente imbricado na prática do Serviço, mesmo quando supostamente já tivesse sido abandonada enquanto suporte do exercício do poder de Estado sobre os *índios*, alicerce que seria de uma das inovações trazidas pelo SPI, apresentada em 1911 ao ministro da Agricultura Pedro de Toledo: a proposta de um regime jurídico especial para os índios, que se materializaria no Código Civil e, particularmente, na lei nº 5484, de 27/6/1928. (LIMA, 1992, p. 160).

O SPI foi extinto no ano de 1966, em meio a acusações de corrupção e, em 1967, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A FUNAI é o órgão do governo brasileiro que estabelece e executa a política indigenista no Brasil, dando cumprimento ao que determina a Constituição de 1988. Assim, compete à FUNAI:

[...] promover a educação básica aos índios, demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas, estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas. A Fundação tem, ainda, a responsabilidade de defender as Comunidades Indígenas, de despertar o interesse da sociedade nacional pelos índios e suas causas, gerir o seu patrimônio e fiscalizar as suas terras, impedindo as ações predatórias de garimpeiros, posseiros, madeireiros e quaisquer outras que ocorram dentro de seus limites e que representem um risco à vida e à preservação desses povos. (FUNAI, 2009)

A estrutura institucional da FUNAI, além da sede em Brasília, compreende 45 administrações regionais, 14 núcleos de apoio indígena, 10 postos de vigilância e 344 postos indígenas, distribuídos em diferentes pontos do país (ISA, 2009).

No final do século XX, tanto em Mato Grosso quanto no restante do país, a maior preocupação dos interessados na questão indígena era o risco acentuado de extinção dos povos indígenas, cuja população, estimada em alguns milhões no século XVI, reduzira-se a menos de 120 mil indivíduos na década de 1970 (NEGRI FILHO, 2007, p. 1).

Durante a revolta constitucionalista, em 1932, o Estado de Mato Grosso ficou dividido, e o sul “aproveitou a situação”, formando um pequeno governo durante

90 dias. Em sequência, no ano de 1977, o governo federal decretou a divisão do Estado de Mato Grosso, formando então Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O argumento foi a dificuldade para desenvolver a região, em decorrência da grande extensão territorial e diversidade étnica, em especial, indígena.

Assim, a caracterização do índio exige novas abordagens no final do século XX, considerando as alterações no contexto social e político que percorreram o tempo, desde o período colonial, perpassando pela divisão do Estado de Mato Grosso.

Tais alterações não se deram apenas com os índios mato-grossenses, mas também com os povos indígenas de todo o Brasil, que passaram por alterações do contexto social e político das regiões em que estavam inseridos.

As organizações não governamentais de apoio aos índios multiplicaram-se no fim da década de 1970 e, pela primeira vez, organizou-se um movimento indígena de âmbito nacional, no início da década de 1980. Essa mobilização explica os direitos conquistados na Constituição de 1988:

Em primeiro lugar, abandonou-se a perspectiva assimilacionista que sempre marcou a tradição constitucional brasileira e a política indigenista oficial. A principal medida nesse sentido foi o fim da atribuição de direitos civis com base em critérios de aculturação dos índios. Além disso, o direito à posse da terra foi reconhecido como “originário”, derivado do fato histórico de terem sido os índios os primeiros ocupantes do Brasil, e não em atenção à necessidade de proteção por serem frágeis (NEGRI FILHO, 2007, p. 1).

A população indígena brasileira era, no ano de 1990, de aproximadamente 250 mil indivíduos, ou 0,2% da população nacional, distribuídos em cerca de 200 povos que falavam mais de 170 línguas diferentes. (NEGRI FILHO, 2007).

Em 1997, há duas estimativas diferentes da população indígena brasileira: “Instituto Socioambiental (ISA), 1997: 280 mil indivíduos; Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 1997: 329 mil indivíduos” (BRASIL, 2001, p. 8).

Comparando-se o censo referente à década de 1970 ao de 1997, houve um aumento da população indígena brasileira em mais ou menos 58%, mas, mesmo diante desse aumento populacional, não há como comparar esses dados ao período em que os europeus chegaram ao Brasil. Muitos povos indígenas desapareceram como consequência do que se chama

[...] “‘o encontro’ de sociedades do Antigo e do Novo Mundo. Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e microorganismos mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitão mercantil. Motivos mesquinhos e não deliberada política de extermínio conseguiram esse resultado espantoso de reduzir uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos pacos 200 mil índios que hoje habitam o Brasil” (CUNHA, 1992, p. 12).

Em síntese e considerando as reflexões de Vasconcelos (1999), Negri Filho (2007), Lima (1992), Cunha (1992)⁷, atualmente, no século XXI, as populações indígenas estão sendo objeto de muitos estudos. Reforça-se a necessidade de o índio lutar por seus direitos, em especial de deixar nítido que os povos indígenas são passíveis de transformações, em uma sociedade que acredita que o índio, para ser índio, deve ter as características do período cabralino, desconhecendo sua história e desconsiderando sua cultura, tapando-se os olhos diante das transformações que foram impostas aos povos indígenas. Pouco tem sido feito, no entanto, em relação às línguas indígenas brasileiras, que eram motivo de atenção por parte dos “civilizadores” ou “colonizadores” apenas no momento em que se fazia necessária a comunicação e a civilização dos índios, ou seja, a língua indígena era utilizada em momentos em que a comunicação para o comércio se fazia necessária ou para os objetivos de catequização; caso contrário, demonstrava-se o desprezo por tais línguas, considerando-as como gírias, dialetos, línguas pobres e imperfeitas. Mesmo relatos históricos pouco se referem às línguas indígenas, citando-as apenas no momento em que se fala sobre a forma de comunicação entre “brancos” e índios e a respeito do processo de catequização.

1.2 Processo de desenvolvimento histórico do povo terena

Representando um subgrupo Guaná ou Txané, o povo terena, ao lado de outras tribos do grande grupo linguístico Aruák, aparece como uma das etnias que mais contribuíram à formação do Sudoeste brasileiro, e, para compreender sua trajetória histórica, faz-se necessário remeter à história do grupo Guaná. Assim, os grupos mais meridionais do grupo Aruák estariam divididos em dois ramos, cuja história e cultura desenvolveram-se em linhas diferentes: as subtribos “Chané”, localizadas a oeste, ao

⁷ Ver também: CARVALHO, CARVALHO e GALAN (2001) e GRUPIONI (2003).

longo dos Andes, que teriam ocupado a franja noroeste do Chaco, e as subtribos “Guaná”, localizadas na bacia do rio Paraguai, que ocupavam a região nordeste, limitando a área cultural chaquenha, em extenso semicírculo. (OLIVEIRA, 1976, p. 24-25).

Os povos guaná não eram os únicos habitantes do Chaco. Os mbayá guaicuru e os guarani também habitavam aquela região, estabelecendo contatos com os guaná. Os guaná não mantinham uma relação muito amigável com os últimos, sendo muitos os conflitos, diferentemente da relação com os mbayá guaicuru, que foi uma parceria de grande importância nas lutas contra tribos inimigas e contra espanhóis e portugueses (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 36)⁸.

Os guaná, em decorrência da crescente pressão de outras tribos do Chaco ou talvez atraídos pelas vantagens de um comércio com os europeus, no início do século XIX, deslocaram-se para as terras orientais do Rio Paraguai, penetrando em território brasileiro em levadas sucessivas, que perduraram até fins do século. (SILVA, 1949, p. 279).

Quatro subgrupos Guaná atravessaram o rio Paraguai: os terena, os layâna, os kinikináu e os exoaladi, estes últimos também conhecidos por “guaná”, o que tem provocado uma confusão por coincidir com a denominação do conjunto dos subgrupos guaná. Esses grupos teriam atravessado o rio Paraguai em ondas sucessivas, instalando-se na região banhada pelo rio Miranda, entre os paralelos de 19° e 21° de latitude, a partir da segunda metade do século XVIII, sendo encontrados por viajantes do século XIX. (OLIVEIRA, 1976, p. 26).

Os subgrupos exoaladi e layâna⁹ vieram a desaparecer, e pequeno número de seus remanescentes estão espalhados por comunidades terena. Os kinikináu¹⁰ também foram considerados extintos, mas algumas pesquisas¹¹ desenvolvidas recentemente têm mostrado que essa etnia ainda existe, embora sua aldeia possua um número muito reduzido de indivíduos. Os terena tiveram outra história, passando, no

⁸ A obra *A história do povo terena*, de Bittencourt e Ladeira (2000), é utilizada, nesse relato histórico, como fonte, pois trata-se de uma obra mais detalhada sobre o percurso histórico do povo terena no Estado de Mato Grosso do Sul.

⁹ Há um grupo pequeno de layâna habitando, hoje, a comunidade Lalima, em Miranda/MS.

¹⁰ Há, em Porto Murtinho/MS, índios kinikinau, habitando a comunidade São João. Um grupo de indivíduos kinikinau habitam a comunidade terena de Lalima, no município de Miranda/MS. Tanto os layâna como os kinikináu, em Lalima, foram “classificados” como terena.

¹¹ Souza (2008); Castro (2002), entre outros.

decorrer dos anos, por um aumento populacional significativo e garantindo usufruto de terras da união destinadas à formação de aldeias, ainda que insuficientes.

Os terena sobreviveram por tantos anos pelo fato de serem os mais isolados dos subgrupos Guaná. Durante um período da Guerra do Paraguai, em que toda a população unia-se para defender-se dos inimigos, os terena mantinham-se afastados. Somente quando não foi mais possível afugentarem-se, os terena juntaram-se à população fugitiva e participaram da guerra. (OLIVEIRA, 1976, p. 59).

Os dados históricos relatam que os terena lutaram na Guerra do Paraguai em troca da garantia de suas terras, direito este que não foram garantido pelo governo brasileiro. Azanha e Ladeira (2004, p. 1) relatam que, após o término da Guerra do Paraguai, o território ocupado pelos terena foi invadido, de modo que os indígenas tiveram que disputar o restante do território com toda a população pós-guerra (militares, comerciantes, entre outros). Diante dos fatos, algumas comunidades desapareceram e outras se formaram. A população terena, espoliada de maior parte de seu território, estendeu-se por uma larga área e passou a ocupar locais viáveis para sua instalação, mesmo que precários.

No ano de 1888, o café havia se tornado o principal produto de exportação do Brasil, e o governo pôs fim ao trabalho escravo e começou a incentivar a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas de café. Com os lucros advindos da exportação do produto, foi possível aperfeiçoar os meios de comunicação. Uma política de instalação de linhas telegráficas havia sido iniciada por D. Pedro II (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 79), porém, em 1889, D. Pedro II foi tirado do poder e o Brasil tornou-se república, sendo governado por um presidente. O novo governo ampliou a política de construção de estradas de ferro e linhas telegráficas, visando melhorar a comunicação e o transporte entre o interior do país e o litoral. Como o telégrafo era o meio de comunicação à distância mais rápido e moderno da época, em 1900 “foi organizada uma Comissão para ligar o trecho do telégrafo de Cuiabá até a fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Essa Comissão foi liderada por Cândido Mariano da Silva Rondon, que já havia participado de outros trabalhos de construção da linha telegráfica”. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 79).

A construção da linha telegráfica necessitaria de muita mão de obra, levando Rondon a convencer os índios a ajudar na instalação. Os primeiros índios a

participar do trabalho foram os bororo, substituídos, posteriormente, pelos terena, quando a linha chegou à margem do rio Taquari. Estes participaram da Comissão até o término da construção.

No ano de 1904, durante a construção da linha telegráfica até a fronteira com a Bolívia, foi fundada a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A construção iniciou-se em 1905, sendo realizada, ao mesmo tempo, em Mato Grosso e São Paulo, para encontrarem-se no meio do caminho. Os terena trabalharam na construção do trecho Mato Grosso da ferrovia. No ano de 1917, as duas construções encontraram-se, chegando ao fim a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil. (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 84).

Bittencourt e Ladeira (2000) relatam que, no início do século XX, o governo foi obrigado a ocupar-se dos problemas vividos pelas populações indígenas, pois estava havendo resistência às dominações, desencadeando conflitos entre índios e não índios. O período foi marcado pela atuação de “bugreiros”¹², contratados por agências para desocupar territórios, a fim de facilitar a posse das terras por fazendeiros e a especulação da terra. Os conflitos passaram a ser notícia na mídia da capital e também internacionalmente, o que provocou vários debates, dificultando o estabelecimento de uma política que fosse aceita por todos, havendo discordâncias relacionadas à educação e ao controle dos povos indígenas.

Com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), as reservas passaram a ser administradas por funcionários do governo, como apontam Bittencourt e Ladeira (2000). O índio, como sempre, continuou, no entanto, em desvantagem com relação aos seus direitos, visto que eram cumpridos apenas em partes. “O tamanho das áreas demarcadas pelo antigo SPI era muito menor do que era o território ocupado pelos terena antes da Guerra do Paraguai e por isso os índios continuaram a trabalhar nas fazendas como mão de obra. Não foi respeitada a idéia de território” (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 96).

No ano de 1918, o SPI instalou um posto na aldeia de Cachoeirinha com o propósito de apoiar os terena, mas esse apoio foi sendo transformado em dominação, perda de direitos e de autonomia política. Segundo Azanha e Ladeira (2004, p. 12),

¹² Termo utilizado para denominar os matadores profissionais de índios, que eram chamados pejorativamente de “bugres” pelos não índios.

O “encarregado do posto”, em pouco tempo, passaria a interferir em praticamente todos os aspectos da vida social Terena: da mediação de conflitos internos entre famílias à lavratura – e guarda dos registros – das ocorrências civis (nascimento, casamento e óbitos) até a gestão dos contratos de trabalho e estabelecimento de uma “guarda indígena” para a manutenção da “ordem”: em cada detalhe e momento, ficava marcado que os Terena, ali, viviam por concessão.

Assim, o modo de vida dos terena passou a ser orientado pelo não índio, pois o SPI, por seus poderes, passou a utilizar os indígenas como mão de obra para as atividades de agropecuária da região, por ser uma forma de arrecadar dinheiro¹³.

Em 1964, o SPI encerrou suas atividades e, em 1967, foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O chefe desse novo órgão herdou do seu antecessor do SPI os mesmos poderes. Assim,

o aumento da procura em “escala” da mão-de-obra para as usinas de cana daria motivo para que aquele funcionário público [...], passasse a cobrar uma taxa, por índio contratado, dos intermediários (“gatos”) das usinas. O dinheiro assim arrecadado deveria ser utilizado na “manutenção” de algumas atividades do posto. Este recurso passaria a ser, nos anos 80, o principal atrativo para a disputada “capitania”... e fonte importante de ganhos para o Posto Indígena – cuja prestação de contas é em geral um segredo, apenas partilhado pelo chefe do PI e o “capitão”. (AZANHA; LADEIRA, 2004, p. 6-7).

A administração da “changa”¹⁴ passou a ser o principal papel desempenhado pelo núcleo de poder da reserva indígena, fazendo parecer ser essa atividade a única forma de amenizar o problema da superpopulação nas reservas indígenas, especialmente, influenciando os jovens a pensar que, se quisessem construir suas vidas nas aldeias, esse seria o único caminho.

A falta de uma área suficiente para a população indígena é a principal das várias explicações usadas para justificar a saída dos terena de suas reservas, mas, muito pode ser feito em prol das comunidades indígenas, independentemente das disputas territoriais.

¹³ Para aprofundamento desta questão, ver também Baltazar (2010).

¹⁴ Trabalho temporário nas fazendas e usinas de açúcar.

1.3 O povo terena, hoje: características sociais, culturais e econômicas

1.3.1 Estatística populacional e localização

Segundo dados estatísticos do Summer Institute of Linguistics (SIL), os terena contam com uma população de aproximadamente 18 mil indivíduos, enquanto o Instituto Socioambiental (ISA), baseado nos dados da FUNASA (2001), contabiliza cerca de 16 mil indivíduos.

Os terena, por serem uma população indígena numerosa – a segunda maior do estado de Mato Grosso do Sul, superada apenas pelos guarani-kaiowá –, mantêm um contato intenso com a população regional. Segundo o ISA (2009), “essa intensa participação no cotidiano sul-matogrossense favorece a atribuição aos terena de estereótipos tais como ‘aculturados’ e ‘índios urbanos’”.

A região habitada pelos terena, segundo Martinez (2003, p. 37), vai de Miranda a Sidrolândia, passando pelos municípios de Aquidauana, Anástacio, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque, Bonito, e Rochedo, dividindo-se nas seguintes comunidades: Lalima, Cachoeirinha, Babaçu, Pilade, Rebuá, Argola, Passarinho, Moreira, Brejão, Taboquinha, Água Branca (Aquidauana), Água Branca (Nioaque), Córrego do Meio, Buriti, Água Azul, Limão Verde, Córrego Seco, Lagoinha, Imbirussu, Bananal, Colônia Nova, Ipegue, Jaraguá, Bálsamo e Aldeinha (urbana). Há ainda, de acordo com o SIL (2009), famílias terena que vivem fora das reservas indígenas, nas grandes cidades ou em terras indígenas (TI) de outras etnias, como na TI Kadiwéu (Porto Murtinho), TI Guarani (Dourados) e na TI Araribá (Estado de São Paulo). Estima-se que 13629 indivíduos habitam as TI relacionadas, ou cerca de 2400 famílias.

Em pesquisa realizada recentemente, Marques (2009, p. 26) apresenta, porém, uma organização diferente das terras indígenas terena no Estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com a autora, após as emancipações realizadas ao longo dos anos, os territórios municipais e comunidades terena do Estado de Mato Grosso do Sul foram reorganizados geograficamente.

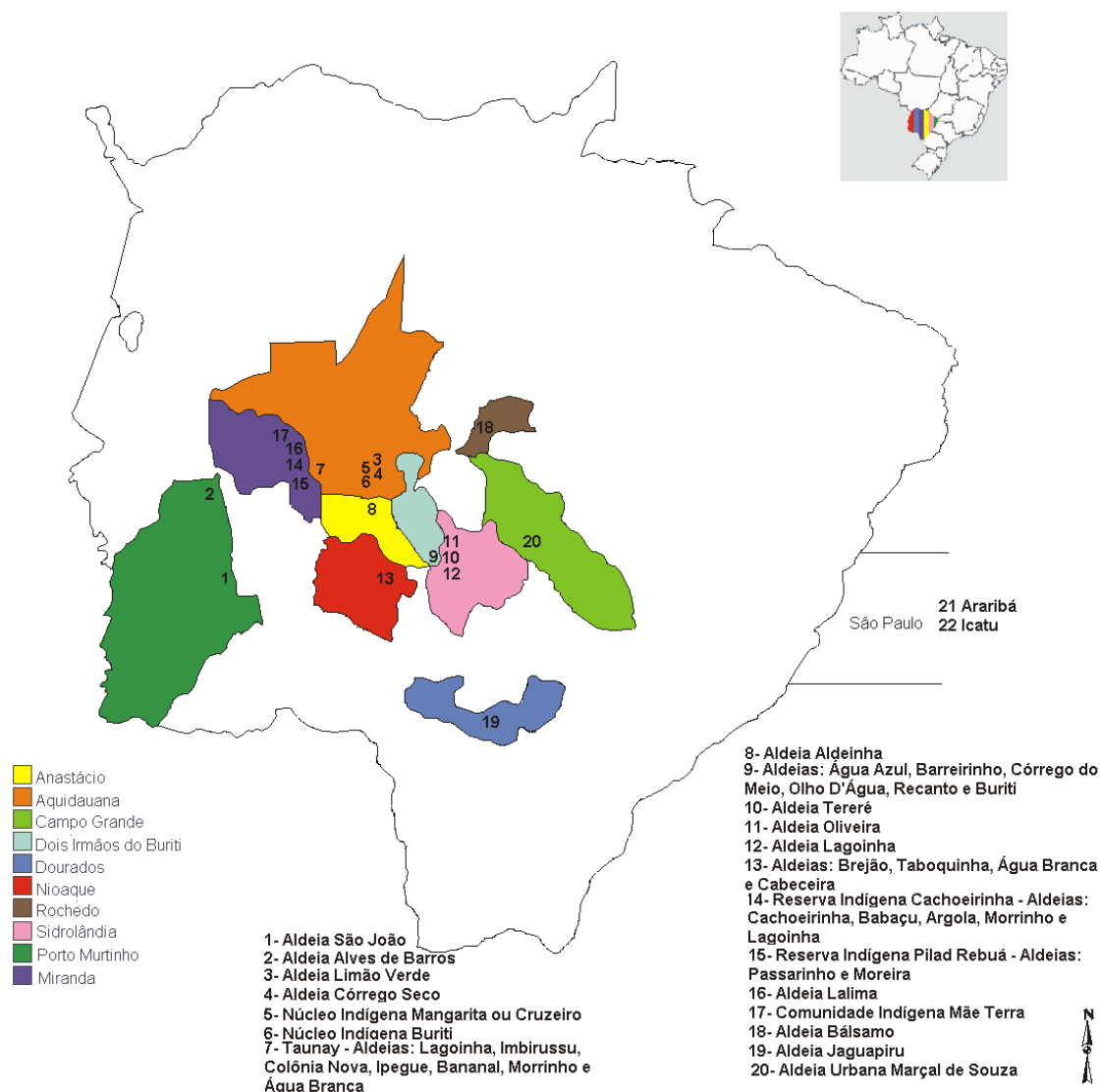
Em Aquidauana, na estrada de Cipolândia, entre os morros do Amparo e Vigia, na Serra de Santa Bárbara, localizam-se as comunidades Limão Verde e Córrego Seco e os núcleos de famílias indígenas Cruzeiro ou Mangarita e Buriti. No Distrito de

Taunay, localizam-se as comunidades Lagoinha, Imbirussu, Colônia Nova, Ipegue, Bananal, Morrinho e Água Branca. Em Anastácio, existe uma comunidade urbana: Aldeia Aldeinha. Em Dois Irmãos do Buriti, localizam-se as comunidades indígenas Água Azul, Barreirinho, Buriti, Córrego do Meio, Olho D'água, e Recanto. Em Sidrolândia, situam-se Tereré, Oliveira e Lagoinha. Em Nioaque, localizam-se as comunidades Brejão, Taboquinha, Água Branca e Cabeceira. Em Miranda, na Reserva Indígena de Cachoeirinha, estão as comunidades Cachoeirinha, Babaçu, Argola, Morrinho e Lagoinha; próximas à zona urbana do município de Miranda, nas terras indígenas de Pilad Rebuá, estão as comunidades Passarinho e Moreira. A 50 Km da sede do município Miranda, localiza-se a comunidade Lalima. Em Dourados, encontra-se a comunidade Jaguapiru. Em Rochedo, localiza-se a comunidade Bálsamo. Em Campo Grande, localiza-se a comunidade Urbana Marçal de Souza.

Em 2006, os indígenas da região adentraram em uma fazenda no município de Miranda e fundaram o acampamento Mãe Terra, hoje denominado de Comunidade Mãe Terra, em processo de legalização.

Marques (2009) apresenta um mapa para mostrar, geograficamente, a organização das terras indígenas citadas. Na Figura 1, dispõem-se geograficamente as comunidades indígenas terena nos municípios sul-mato-grossenses.

Figura 01: Localização das Aldeias Terena nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul¹⁵



1.3.2 Características físicas

Os índios terena são apresentados por Taunay (1968, p. 112) como ágeis, ativos e de inteligência astuciosa. Acrescenta o autor que esse povo “aceita com dificuldade nossas idéias e conserva arraigados os seus usos especiais, talvez por espírito mais firme de liberdade”. Assim o autor descreve homens e mulheres terena:

¹⁵ Fonte: Marques (2009, p. 29).

O homem é robusto, corpulento, de boa estatura: o seu semblante apresenta o nariz um tanto achatado na base; as sobrancelhas pouco oblíquas, em alguns indivíduos bastas e desenhadas com regularidade; as vezes é pugibarba, outras tem buço e barbas bem aparentes. A desconfiança transluz nos seus olhares inquietos, vivos; a dobrez nos seus gestos. Escondem com gosto os sentimentos que os agitam; falam com volubilidade, usando de seu idioma sempre que podem, e indicando o aborrecimento em se expressarem em português. As mulheres são de estatura baixa: tem a cara larga, beijos finos, cabelos grossos e compridos. As vezes, o seu tipo tem um cunho de amenidade que admira, grande regularidade nas feições e expressão de inteligência (TAUNAY, 1968, p. 112).

No que diz respeito aos vestuários e enfeites usados pelos terena, Silva (1949, p. 288-9) aponta que

[...] o vestuário mais comum era o xiripá, um saiote que ia da cintura até os joelhos. [...] O cabelo era puxado para cima e amarrado atrás da cabeça. Usavam alpercatas de couro, de forma pentagonal, com uma tira de couro que descancava no peito do pé. Durante o inverno protegiam-se do frio com camisas sem mangas, tecidas de algodão, denominadas repenoti. Costumavam depilar completamente o corpo empregando uma pinça (mais tarde uma lâmina de ferro curvada). [...] Usavam colares, nacati, pulseiras, imo-taki, e enfeites para a perna, imo-hevê.

Atualmente, os terena usam roupas compradas no comércio não indígena e que são usadas pelos não índios. A maioria se pinta apenas em momentos de festas ou em ocasiões especiais. Alguns utilizam ainda enfeites, como colares, no seu dia a dia, e grande parte faz uso das bijuterias confeccionadas pelos não indígenas.

1.3.3 Organização social¹⁶

Os terena dividiam-se, socialmente, em duas metades endogâmicas e simétricas: a sukirikionó e a xumonó. Segundo Silva (1949, p. 319), “a divisão dos Terena em chumo-onô e sukiriki-ono se tornava patente, porém, durante a época das colheitas, por ocasião da festa anual dos Terena, a Oheokoti”.

Cada uma dessas metades dividia-se ainda em três camadas, também endogâmicas: os naati ou naati-atxé (chefes das famílias); os waherê-txané ou maxati-

¹⁶ A esse respeito ver também Baltazar (2010), Isaac (2004) e Souza (2008).

txané (homens comuns); os kauti (cativos) (Silva, 1949; Sant'ana, 2004). Silva (1949, p. 319) aponta que “o acesso às classes era determinado ou pelo nascimento ou por algum feito heróico, praticado durante a guerra”. O casamento podia ser realizado apenas entre indivíduos da mesma classe. Aquele que se casasse com alguém da classe inferior seria rebaixado para tal.

Atualmente, essa divisão em classes não é nítida nas comunidades terena, porém esses valores ainda estão vivos em suas memórias e ações. A divisão é perceptível na dança kohixoti kipâ'e (dança da ema), conhecida também por “dança do bate-pau”, uma manifestação cultural que é explicada no item 1.3.7, neste capítulo.

De acordo com o ISA (2009)¹⁷, as comunidades terena não contavam com um cacique ou capitão para todo o grupo. Cada família possuía um naati (chefe). Os naati formavam um conselho e escolhiam por consenso o presidente desse “órgão”, em que todos tinham direito de manifestar-se. O “cargo” de cacique foi sugerido pelo não índio para facilitar a comunicação com a comunidade indígena, de modo que, nos dias atuais, cada aldeia possui um cacique e um conselho tribal. O ISA (2009) relata que “cada setor ou aldeia resolve, dentro de certos marcos normativos, as pendências jurídico-políticas entre seus membros. Assuntos que dizem respeito ao conjunto dos setores da reserva são tratados em reuniões grandes, com a presença de todas as lideranças dos setores”.

1.3.4 Habitações e organização física das comunidades¹⁸

As comunidades terena eram organizadas, fisicamente, de forma diferente de como se encontram atualmente, e suas casas tinham características peculiares. Segundo Silva (1949, p. 287-8),

Os Terena habitavam aldeias, oneo, onde as casas se distribuíam em círculo ao redor de uma praça central. A aldeia constituía uma unidade política mas a unidade econômica era a família. Cada casa, ovocuti, possuía a sua plantação, cavané, organizadas pelos membros da família [...].

Os antigos Terena construíam casas com telhados, os quais desciam até as proximidades do solo, descansando sobre paredes de cerca de

¹⁷ Instituto Socioambiental.

¹⁸ Ver também: Baltazar (2010); Isaac (2004); e, Pereira (2009).

1m.60 de altura, no centro e nos extremos três postes sustentavam uma viga central sobre a qual se apoiavam caibros e ripas. A cobertura era feita de sapé ou folhas de acure [...].

As casas eram de forma retangular, e as paredes da frente e dos fundos se apresentavam inclinadas para o interior no alto. Segundo afirmam alguns informantes, as portas eram simples aberturas, sem outra proteção. A praça central ao redor da qual se dispunham as casas era denominada none-ovocuti. [...] As roças, cavané, eram feitas por detrás das casas.

Hoje, as comunidades possuem, na maioria, aspectos citadinos, contando com ruas, iluminação pública, água encanada, entre outros. As casas são de alvenaria, embora ainda existam casas nos moldes antigos, de pau a pique e sapé.

De acordo com a descrição do ISA, as residências são estabelecidas a partir de um foco aglutinador, baseado em parentelas agnáticas:

Constituídas por grupos domésticos ligados por laços agnáticos (linha de germanos masculinos), suas famílias de procriação (esposas, filhos e netos) e seus agregados eventuais (filhos adotivos, “primos”, ou “tios”), centrado (e organizado) na figura de um chefe – o pai ou (com a morte deste) o irmão mais velho (ISA, 2009).

As casas de determinado grupo agnático, em geral, localizam-se próximas umas das outras, e o apoio mútuo, a cooperação, inclusive no que concerne a política, é a regra. O grupo doméstico que é abrigado em cada residência é composto no seu limite mínimo por duas gerações (pais e filhos) e, no máximo, por quatro gerações (avós, pais, filhos e netos) (ISA, 2009).

A maioria das aldeias conta com escolas, postos de saúde e pequenas casas comerciais, como padaria, minimercado, entre outras.

1.3.5 Crenças e religião¹⁹

Na organização social dos terena, os médicos-feiticeiros desempenhavam um papel importante:

Eram eles responsáveis pelo bem estar físico dos índios. Castelnau constatou esse fato, e as histórias que nos foram contatadas sobre a

¹⁹ Ver também: Baltazar (2010), Isaac (2004) e Pereira (2009).

morte de médicos-feiticeiros são numerosas. Ao médico-feiticeiro, koichomuneti, estavam afetas, além das tarefas de curar, as de localizar o inimigo nas guerras e prever os possíveis resultados de uma expedição guerreira. Os koichomuneti atuavam também nas partidas de caça, localizando os animais procurados. Possuíam eles espíritos protetores aos quais recorriam quando necessitavam de auxílio. Os koichomuneti tinham poderes sobre os vivos e os mortos. Anualmente, durante o mês de abril, cabia-lhes reunir os índios, promovendo a festa anual do Oheocoti, de caráter religioso. (SILVA, 1949, p. 320).

Segundo o autor, os koixomunetí eram neutros com relação à divisão de Surikionó e Xumonó, de modo que ambas as metades poderiam consultá-lo. Esses indivíduos habitavam afastados das demais casas da comunidade, para que pudessem realizar seus trabalhos em meio ao silêncio e sem incomodar a vizinhança. Além de contar com o auxílio do koixomunetí, cada família possuía um pajé, ou seja, uma pessoa de parentesco consanguíneo que tinha conhecimentos sobre plantas medicinais e auxiliava sua família em casos de saúde. Os pajés não realizavam trabalhos espirituais, o que não quer dizer que eles não possuam esse tipo de conhecimento.

Segundo Souza (2009, p. 153), na cultura terena atual, não há, aparentemente, lugar para a religiosidade tradicional, “haja vista a existência de várias denominações cristãs dentro das aldeias”.

Os terena são, em grande parcela, divididos, religiosamente, em católicos e protestantes. Assim, podem-se encontrar prédios de instituições religiosas nas terras indígenas, como a Igreja Católica, UNIEDAS, Assembléia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras, mas, de acordo com o ISA (2009) e com Souza (2009), os terena, apesar dos vários anos de contato, especialmente os residentes em aldeias mais “tradicionais”, utilizam os poderes dos seus curadores, recorrendo a estes para curar doenças que são interpretadas como “males do espírito” e que afetam o corpo do indivíduo.

1.3.6 Atividades econômicas²⁰

Antigamente, os terena habitavam uma região muito rica em caça e plantas alimentícias e, apesar de caracterizados como agricultores, sua subsistência não

²⁰ Ver Baltazar (2010).

dependia apenas das plantações. Assim, os terena tinham lavoura em que cultivavam milho, mandioca, batata doce, banana ou outras plantas e, além disso, confeccionavam cerâmicas, cestarias e fiavam (SILVA, 1949, p. 289-95).

Os trabalhos na comunidade terena eram divididos da seguinte forma, como aponta Martins (2002, p. 63): “os trabalhos domésticos, a confecção de artefatos de cerâmica, a fiação de algodão e de outras fibras vegetais eram tarefas femininas. Aos homens cabia a cestaria, a caça e a pesca. Eram também os homens que preparavam a terra para o plantio, sendo a semeadura tarefa feminina”.

Mas, de acordo com Silva (1949, p. 296), “devido à falta de territórios adequados para a caça, pesca e coleta, o terena de hoje vêm-se forçados a limitar suas atividades à agricultura ou ao trabalho nas fazendas vizinhas”.

Assim, os terena possuem campos de cultivo permanentes. Os produtos produzidos na roça são usados para consumo próprio, e o excesso é comercializado nas cidades em feiras ou de casa em casa. Os produtos mais plantados são mandioca, arroz, feijão, milho, abóbora, melancia e maxixe. (ISA, 2009).

Os terena ainda trabalham com a criação de gado nas fazendas vizinhas e muitos ficam longas temporadas trabalhando em usinas canavieiras.

A caça, pesca e coleta são atividades ainda com fundamental importância para a subsistência, em especial para os mais pobres que não possuem recursos para adquirir proteína animal no comércio das cidades, no entanto hoje não ocorrem em grande escala, pois as reservas indígenas são pequenas e com recursos naturais escassos, além de essas atividades serem proibidas nas fazendas vizinhas das aldeias.

Alguns terena trabalham nas escolas, postos indígenas e postos de saúde que existem nas aldeias, e os que não conseguem fonte de renda na aldeia vão para as cidades em busca de emprego.

1.3.7 Arte terena²¹

Antigamente, os terena desenvolviam atividades, como a confecção de cerâmica, cestaria e fiação. Para fabricar a cerâmica (panelas e potes), empregavam o processo de espirais de argila. Costumavam enfeitar os objetos fabricados com desenhos

²¹ Para aprofundar essa questão, além de Baltazar (2010), ver também Jesus (2007) e Isaac (2004).

em preto e branco. As cestarias eram fabricadas de carandá, piri ou bambu e eram utilizadas para guardar e transportar alimentos. Para carregar crianças, eram feitos cestos especiais, adaptados às costas das mulheres e presos à cabeça por meio de faixas de algodão. Para fiar, empregavam fibras de algodão de palmeiras e de um arbusto denominado Yuhi, utilizando fusos de vareta de madeira e totual de barro. Confeccionavam bolsas, faixas de algodão e outras peças (SILVA, 1949, p. 295).

Martins (2002, p.66) aponta que hoje esses artefatos não são mais fabricados em todas as comunidades, a não ser nas comunidades do município de Miranda/MS, que são as que mais conservaram esse hábito tradicional. “Uma parte da produção desses objetos é consumida internamente nas aldeias, como bens de uso cotidiano [...] enquanto outras peças destinam-se ao consumo regional [...] ou são consumidas como ‘souvenir’ pelos turistas em visita ao Estado”.

Os terena também praticavam muitas festas. Segundo Silva (1949), a maioria das festas ocorria em tempo de colheita, quando os alimentos eram abundantes e as atividades agrícolas exigiam mais interação:

A festa religiosa, o Oheokoti, realizada por volta de Abril, era o ponto de partida de outras tais como o Cotchóvono-neti, o Tchucutchú e o Pirituti. Outras festas havia, porém eram realizadas em qualquer época, e durante a estação das chuvas. (SILVA, 1949, p. 365).

Outra festa praticada pelos terena era a dança do “bate-pau” ou Kohixotikipa’é:

Em suas linhas gerais o “bate-pau” consiste em dois grupos de índios, que chefiados por dois “caciques” dançam em filas paralelas e depois se separam em dois grupos distintos. Depois de separados, os dois grupos repetem os mesmos passos dançados anteriormente, mas cada grupo procura executar melhor os diferentes passos e durante maior tempo, pondo a prova a sua resistência. O grupo que resistir por mais tempo é o vencedor, e o seu “cacique” é carregado em triunfo ao redor da Aldeia, por todos os que tomaram parte na dança. No “bate-pau” tomam parte, em número par, índios vestidos com diademas e saíotes de penas de ema e com o corpo pintado de branco e preto. [...] Dois tambores cilíndricos e duas flautas de bambu fornecem a música e o ritmo necessários a dança. [...] A pintura dos dançarinos era característica de cada grupo: um grupo se pintaria, por exemplo, dividindo o corpo em duas partes simétricas pintando-as de vermelho e branco, e o outro grupo usaria as cores azul e preto. Uma outra

maneira de diferenciar os grupos seria a de pintar-se com ricas verticais e o outro, com ricas horizontais. (SILVA, 1949, p. 367-8).

Em suas festividades, os terena costumam pintar-se com tintas naturais extraídas do urucum (vermelho) e do jenipapo (preto). Ainda realizam a dança kohixoti kipâ'e “dança da ema”, desenvolvida pelos homens, e a “siputrena”, desenvolvida pelas mulheres.

1.3.8 A língua

O terena, pertencente à família lingüística Aruák, é a língua indígena falada pelo povo Terena, em comunidades que possuem contexto de bilinguismo (terena-português).

No capítulo II, a seguir, apresentamos algumas discussões em torno da língua terena, contextualizando-a linguisticamente e elencando os trabalhos linguístico-descritivos realizados até o momento.

CAPITULO II: A LÍNGUA TERENA

Segundo Rodrigues (2002, p. 17), os povos indígenas são apresentados, muitas vezes, como sendo um povo homogêneo, na tentativa de incutir este pensamento nos brasileiros. Cada povo indígena é diferente dos não índios e entre si, com características e habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofia distintas e peculiares a cada grupo, distinguindo-se, também, por línguas diferentes. Neste sentido, considerando a individualidade do povo terena e as características linguísticas e sociais da língua que utilizam, apresentamos neste capítulo informações sobre a língua terena e a família linguística Aruák. Também são elencados os trabalhos linguístico-descritivos já realizados sobre a língua, tanto no meio acadêmico quanto por missionários. Portanto, este capítulo organiza informações baseadas nas reflexões dos autores Aikhenvald (1999), Butler (1977, 1978 e 2003), Ekdahl e Butler (1979), Ekdahl e Grimes (1964), Eastlack (1968), Harden (1946), Martins (2009), Rodrigues (2002), Silva (2009) e Tourville (1991).

2.1. A família linguística aruák e a língua terena

As línguas, mesmo que partindo de princípios e propriedades comuns, estão sujeitas a grande número de fatores de instabilidade e variação, sujeitas a constante alteração. Nesse sentido, as línguas indígenas, assim como as demais línguas do mundo, têm sido protagonistas de uma história de sucessivas multiplicações. E, como consequência dessa história, algumas, embora substancialmente diferentes, conservam muitos elementos comuns entre si, permitindo reconhecê-las, embora com certa dificuldade, como descendentes de uma única língua antecessora. No momento em que se reconhece uma origem comum para determinado grupo de línguas, os linguistas constituem uma família linguística. (RODRIGUES, 2002, p. 17-8).

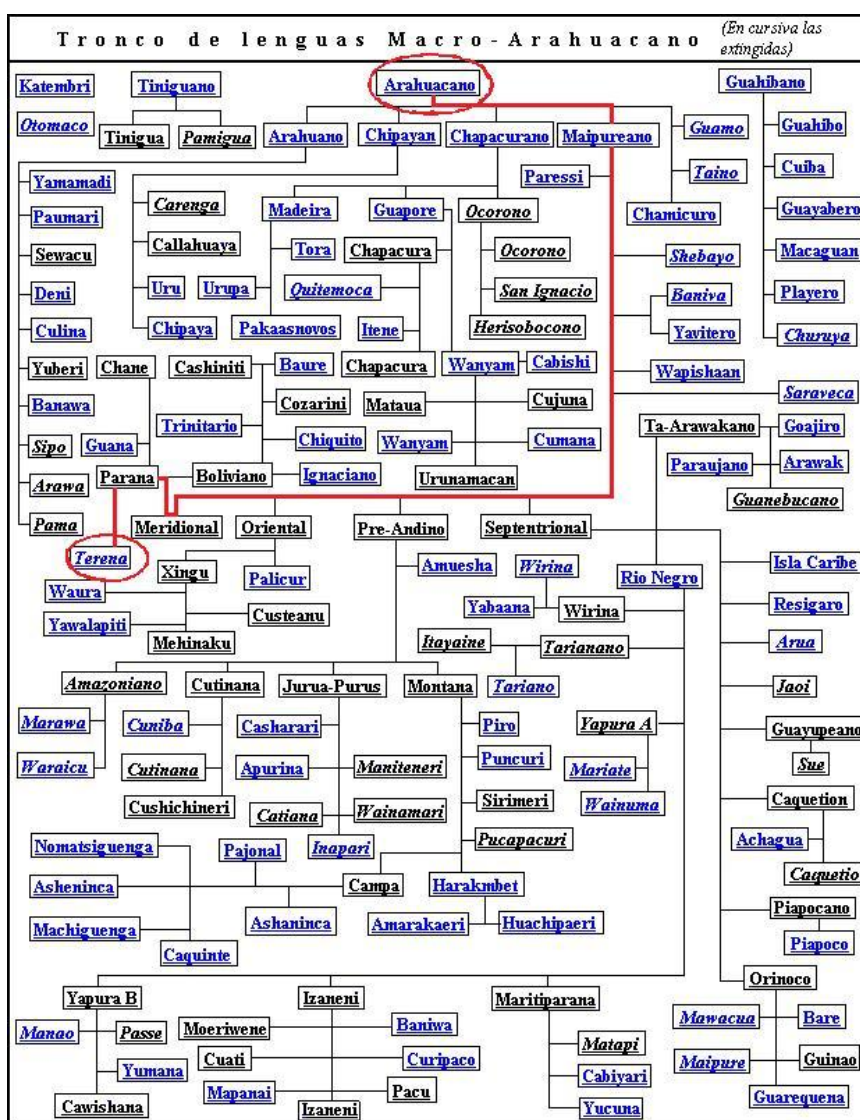
O terena é uma língua indígena classificada, pelos linguistas, como pertencente à família linguística Aruák, que pode ser denominada, também, de Arawak, Maipuran ou Família Arahucana.

Segundo a Promotora Española de Linguística (PROEL, 2009), “el tronco arahuacano [...] contiene más lenguas distintivas que cualquier otra familia del

hemisfério occidental y es internamente más diverso que cualquier otros grupo genético em Sudamérica”.

Na Figura 2, é possível visualizar todas as línguas pertencentes ao tronco linguístico Arahuaicano, de acordo com a PROEL (2009). As línguas representadas pela cor azul ainda são faladas, enquanto as representadas pela cor preta são extintas. A ligação da língua terena à família arahuacana é representada pela marcação em vermelho.

Figura 02: Tronco de línguas macro-arahuacano.²²



²² Fonte: Promotora Española de Linguística (PROEL). Disponível em: <http://www.proel.org/index.php?pagina=mundo/amerindia/arawak> Acessado em: 16/04/2009.

De acordo com a PROEL (2009), “antes da conquista espanhola línguas arahuacas foram faladas em regiões estranhas do sul do Caribe ao Chaco e as fontes do rio Xingu, no sul do Brasil e da foz do Amazonas para as encostas dos Andes”²³. Na Figura 3, é possível observar a localização geográfica da família linguística Arahucana.

²³ “antes de la conquista española las lenguas arahuacas eran habladas en regiones desconectadas entre sí desde el Caribe hacia el sur hasta el Gran Chaco y las fuentes del río Xingu en Brasil meridional y desde la desembocadura del Amazonas hasta las laderas de los Andes”

Figura 03: Família arahuacana²⁴



Aikhenvald (1999, p. 65) afirma que a família linguística aruák contém o maior número de línguas no sul da América. Geograficamente, ela abrange quatro países da América Central: Belize, Honduras, Guatemala, Nicarágua, e oito da América do Sul: Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru, Brasil

²⁴ Fonte: Promotora Espanhola de Linguística (PROEL). Disponível em: <http://www.proel.org/index.php?pagina=mundo/amerindia/arawak> . Acessado em: 16-04-2009

(e, antigamente, a Argentina e o Paraguai). Há cerca de 40 línguas aruák vivas. Para as línguas extintas, há dados muitas vezes não suficientes para apresentar uma informação precisa. Assim, na Tabela 1 apresenta-se uma avaliação cautelosa feita por Aikhenvald (1999) sobre o que acredita serem línguas Aruak distintas.

Tabela 02: Línguas aruák²⁵²⁶

Aruák Sul e Oeste			
1 Aruák Sul			
1a	Te	Terena	A leste do rio Paraguai, rios Miranda e Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, no Município de Avaí, perto de Bauru, São Paulo; c. 9,800 - G, T, W, D
1b	Ki	†Kinikinao ²⁷	Miranda, Mato Grosso do Sul, Brasil; extinta no início de meados do século XX - W
1c	La	†Guana/Layana	Rios Yacare e Galván, no Paraguai, Miranda, Mato Grosso do Sul no Brasil - W
1d	Cha	†Chané/Izocéño	Rio Itiyuro, Província de Salta, Argentina - W
1e	Bau	Bauré	Rio Blanco, Provincia Beni, Bolívia; c. 5,000 – G, W
1f	Ig	Moxo ou Ignaciano	Rio Mamoré, Planície do Moxo, Província Beni, Bolívia; c. 5,000 – G, D
1g	Tri	Moxo: Trinitário	Rio Mamoré, Província Beni, Bolívia; c. 5,000 – GR
1h	Pai	†Paiconeca	Fonte do rio Paraguai, Província Santa Cruz, Bolívia – W
1i	Pau	†Pauna	Rio Baures, Província de Santa Cruz, Bolívia – W
1j	Apl	†Apolista	Apolobamba, Bolívia; não está claro se trata-se de uma língua ou duas – W
1k	Sa	Salumã (Enawenê-nawê)	Cabeceiras do Juruena, Mato Grosso, Brasil; c. 154 – W
2 Pareci-Xingu			
Xingu			
2a	Wa	Waurá	Rio Batoví, Parque do Xingu, Brasil; c. 130 – GR, W, D
2b	Me	Mehinaku	?Dialeto de Waurá, entre Batoví e Curisevo, Parque do Xingu, Brasil; c. 95 – GR, W
2c	Ya	!Yawalapiti	Rio Curisevo, Parque do Xingu, Brasil; c. 135 – P (M), W
2d	Cu	†Kustenaú	Rios Batoví e Jatobá, Parque do Xingu, Brasil; extinta no século XX – W
Pareci-Saraveca			

²⁵ Notas: apenas as línguas vivas e as línguas extintas com materiais disponíveis são incluídas na Tabela 01. Línguas em perigo são marcadas com !; Línguas extintas estão assinaladas com †. Os nomes que provavelmente se referem a dialetos são dados entre parênteses. A segunda coluna dá as siglas pelas quais as línguas são referidas no texto; por exemplo, Te para Terena. As seguintes abreviações são usadas para indicar os materiais disponíveis: T - textos, G - gramática, PED GR - gramática pedagógica, M - morfologia, P - fonologia, GR - breve descrição gramatical, W - listas de palavras, D – Dicionário. (AIKHENVALD, 1999, p. 71).

²⁶ Fonte: Tradução da Tabela 3.1. do artigo “The Arawak Language Family”, de Alexandra Y. Aikhenvald (1999, 67-71). [Tradução nossa].

²⁷ Apesar de Aikhenvald (1999) apontar o Kinikinau como uma língua extinta, pesquisas recentes antropológicas (CASTRO, 2002) e linguísticas (SOUZA, 2008) afirmam a existência deste povo e língua.

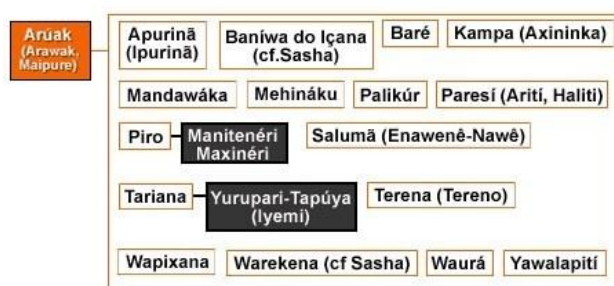
2e	Pa	!Pareci (Haliti)	Rios Jubá, Guaporé, Verde, Papagaio, Buriti e Jurueña, Mato Grosso, Brasil; c. 600 (inclui dialetos Waimare, Caxiniti, Kozarini ou Pareci-Cabixi) – G, W, D
2f	Sr	†Saraveca	Rios Verde e Paragua, Província de Santa Cruz, Bolívia – W
3 Aruák Sudoeste			
Piro-Apuriná			
3a	Pi	Piro (Maniteneri, Maxineri)	Acre, Brasil: c. 1,000; Montanha Peruana: c. 2,000 – G, W, D, GR
3b	Cho	Chontaquiro	Rios Iaco e Chandless, Acre, Brasil, ?a dialeto de Piro – W
3c	Ap	Apurina/Ipurina, Cangiti	Ao longo dos afluentes do rio Purús, partes do sul do Amazonas e norte do Acre, Brasil; c. 2,000 - GR, W
3d	Iñ	†?Iñapari	Madre de Dios, Peru, perto da extinção – W, GR
3e	MaPi	?Mashko-Piro	Madre de Dios, Peru, ?dialeto de Iñapari (David L. Payne 1991: 362) – W Outras línguas extintas do Purús e seus afluentes: †Maniteneri, †Huachipairi, †Cushitineri, †Cuniba, †Kanamaré, †Morique/Mayoruna (Rio Javari, fronteira do Brasil e Peru) – W
4 Campa (Ca)			
4a	Asha	Ashaninca	Departamento de Cuzco, Apurimac/Ene, Tambo, Lower Perene, Peru; c. 15,000-18,000-G, D, W
4b	Ashe	Asheninca	Departamento de Cuzco, Pchis, Apurucayali, Upper Perene, Cabeceira Ucayali, Peru; c. 18,000-25,000- P, M, GR, D, W
4c	Cq	!Caquinte	Departamento de Cuzco, Peru; c. 200-300 – P, M
4d	Ma	Machiguenga	Cuzco, Andes; c. 7,000-12,000 – GR, W
4e	No	Nomatsiguenga	Departamento Cuzco, Peru; c. 2,500-4,000 – GR, W
4f	PC	Pajonal Campa	Gran Pajonal, Cabeceira Ucayali, Cuzco, Peru; c. 8,000 - P, M, GR, W; Perene, Pichis e Ucayali podem ser dialetos; outras línguas Campa podem ser faladas no Acre, Brasil (RODRIGUES, 1986: 72: 235)
5 Amuesha			
5	Am	Amuesha	Departamento de Cuzco, Peru, Loreto; c. 6,000-8,000 - GR, D in pre., W
6 Chamicuro			
6	Cha	†Chamicuro	Departamento de Cuzco, Peru; extinta na segunda metade do século XX – T, P (M)
Norte Aruák			
7 Rio Branco			
7a	Wp	Wapishana	Rios Branco, Tacutú, Maú, Surumu em Roraima, Brasil: c. 1,500; e regiões adjacentes da Guiana: c. 9,000; Atorai, a partir dos rios Rupunumi e Cuyuwini, Brasil e Guiana – GR, W, D
7d	Mw	!Mawayana/Mapidian/ ?Mawakwa	Roraima, Brasil; cerca de uma dúzia de antigos falantes em aldeias Wai Wai – W
8 Palikur			
8a	Pr	Palikur	Rios Oiapoque e Urucaia, Amapá, Brasil: c. 800; Áreas adjacentes à Guiana Francesa: c. 400 – T, D, G, W
8b	Mr	†Marawan	Rio Oiapoque, Amapá, Brasil; extinta no século XX – W
8c	Aro	†Aruan/Aroã	Ilha Marajó, Brasil - W
9 Caribe, ou Extremo Norte			
9a	IC	†Ilha Carib (Iñeri)	Dominica; extinta no início do século XX – GR, W
9b	Ga	Garifuna (Black Carib, Cariff)	Nicaragua, Belize, Guatemala, Honduras; c. 100,000 – GR, PED RG

TA – Subgrupo Arawak do Caribe			
9c	LAr	Lokono/Arawak	Suriname: c. 700; Guiana: c. 1,500; Guiana Francesa: c. 150-200; alguns no leste da Venezuela – GR, G, T, W
9d	Guaj	Guajiro/Wayyu	Venezuela, Colômbia, Península Guajiro; c. 300,000 – T, D, GR, G, PED GR, W
9e	Añ	Añun/Parauhano	Estado de Zulia, Venezuela, Lago de Maracaíbo; quase extinta – GR, G
9f	Tai	†Taino	Ilhas Bahama, Espanhola, Porto Rico, Cuba; Jamaica extinta dentro de 100 anos de conquista (ROUSE, 1992: 5) - poucas palavras
9g	Cq	†Caquetio	Costa venezuelana; extinto em meados do século XVI (Oliver 1989: 55) – poucas palavras
9h	She	†Shebayo	Trinidad, ?Costa Venezuelana; extinta antes do século XX – poucas palavras
10 Norte Amazônia			
Colombiana			
10a	Re	†Resigaró	Fronteira nordeste do Peru, aldeias Bora e Ocaina; falado anteriormente sobre o rio Caquetá; poucos falantes em 1970 - G, D
10b	Yu	!Yucana (†Guarú)	Miritiparaná, Amazonas, Colômbia; c. 600-700 – GR, W
10c	Acha	!Achagua	Meta, Colômbia; c. 200 – G, W (GR antiga)
10d	Pia	Piapoco	Vaupés, Colômbia, c. 3,000 – G, GR, W
10e	Cab	!Cabiari	Rio Miritiparaná, Colômbia; c. 50 – W
10f	Mp	†Maipure	Território Vichada, Colômbia – W, GR †Cabre outra língua antigamente falada no território Vichada, na Colômbia, para a qual uma lista de palavras curtas está disponível.
Alto Rio Negro			
10g	BIç	Baniwa de Içana/Kurripako	Incluindo dialetos: Carru, Carútana, Dzawi-nai, Pauliene (Pacú), Catapolitani, Hohôdene, Siuci; Kumandene (Ipeka), Ayanene, etc.; Rio Içana e seus afluentes, nas fronteiras do Brasil, Colômbia, Venezuela; c. 3,000-4,000 – GR, D in prep., T, W
10h	Ta	!Tariana	Rio Vaupés, Brasil; c. 100 adultos – GR, D in prep., G in prep., T, W
10i	Guar	!Guarequena	Rio Xié, afluentes do Içana, Brasil: c. 2; Guzmán Blanco, Venezuela: c. 300 – GR, W
Orinoco			
10j	Ba	!Bare	Casiquiare, Amazonas, Venezuela, curso superior do Rio Negro, Brasil; apenas alguns falantes da antiga esquerda (†Guináu: estado de Bolívar, Venezuela: W) – G, D in prep., GR, W
10k	BGua	!Baniwa of Guainia	Incluindo o dialeto Warekena de Xié (WX); Rio Xié, afluentes do Içana, Brasil: c. 10; Guainia, Venezuela: c. 200 – G, D in prep., W
10l	Yav	†Yavitero (Baniwa de Yavita)	Aldeia de Yavita, rio Atabapo – G, W
10m	Mnd	†Mandawaka	Baria, rio Pasimoni na Venezuela; possivelmente extinta – W
10n	Yb	†Yabaana	Marauia, Cauaboris, Brasil; extinta na segunda metade do século XX – W
Médio Rio Negro			
10o	Ka	!Kaiłana	Brasil; alguns falantes relatados em 1950s – GR, W
10p	Mn	†Manao	Brasil, extinto no século XVIII – T, W
10r	Bhw	!Bahwana/Chiriana	Rio Demeni, Amazonas, Brasil, 1 falante relatado – G, pequeno D

			Outra língua estinta do Rio Negro e seus afluentes: †Amarizana (rios Vera e Aguas Blancas, Meta, Colombia), †Anauya (Amazonas, Venezuela), †Cariyai (Rio Negro e Padauri), †Mariaté (Rio Iça, Brasil), †Pasé (Rios Negro, Japurá, Iça, Brasil), †Wainuma (rio Iça, Amazonas, Brasil), †Waraicú/Araikú (Rio Juraí, Amazonas, Brasil) – W, †Wirina (Marari, Rio Branco, Brasil), †Yumana (Rios Puré e Joami, Amazonas, Brasil) – W
--	--	--	--

As línguas da família Aruák faladas no Brasil são, portanto, baníwa do içana, warekéna, tariána, baré, wapixána, palikúr, apurinã, píro, kampa, paresí, salumã, mehináku, waurá, yawalapití e terena, cuja organização dentro da família aruak encontra-se na Figura 4.

Figura 04: Família Aruak no Brasil²⁸



Este trabalho tem por objeto a língua terena, pertencente ao subgrupo brasileiro da família linguística aruák, falada pela maioria das pessoas que se reconhecem como terena.

O uso da língua terena é desigual nas várias reservas indígenas terena. Por exemplo, nas comunidades Buriti e Nioaque, é pouco utilizada, enquanto na comunidade Cachoeirinha, os jovens mal falam o português (ISA, 2009). Observamos, também, que, nas comunidades indígenas do distrito de Taunay, em Aquidauana/MS, apenas três comunidades são falantes da língua terena (Água Branca, Bananal e Lagoinha), enquanto as demais são monolíngues em língua portuguesa (Imbirussú, Colônia Nova, Ipegue e Morrinho). Outro fator perceptível, além da desigualdade de uso da língua terena, são as variantes faladas nas diferentes comunidades, que necessitam de um estudo sociolinguístico. As comunidades Bananal e Cachoeirinha são

²⁸ Fonte: ISA – Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/outras-familias> Acessado em 15/04/2009

exemplos dessa variação linguística da língua terena, que alcança os níveis fonológico, morfológico e sintático, como esclareceremos adiante.

As relações socioeconômicas têm levado aos grupos indígenas à necessidade de aprender a língua majoritária do país. Tornou-se necessário saber essa língua para compreender as relações de trabalho, consumo, escoamento de produção e as negociações de forma geral. Essa língua é necessária para que as populações indígenas conheçam o funcionamento da sociedade envolvente e, ainda, que elas tenham acesso a informações e tecnologias variadas (BRASIL, 1998). Nesse sentido, de acordo com Rosa (2007), a língua terena não tem desempenhado uma função dentro da maioria das aldeias, já que a língua portuguesa influencia nesse meio. A língua terena passa a ser usada, assim, apenas em momentos de comunicação familiar ou em momentos em que os indígenas não querem ser entendidos pelos não índios. Muitos pais, na comunidade, têm certa resistência em ensinar a língua terena para seus filhos, embora essa não seja a realidade de todas as aldeias.

2.1.1 Estudos linguísticos descritivos sobre a língua terena

A maior parte das pesquisas sobre o povo terena está voltada para questões históricas, antropológicas e educacionais e poucas pesquisas são feitas na área específica de línguas (Letras/Linguística). Com referência à língua terena, há trabalhos linguísticos de natureza sociolinguística e outros de cunho descritivo. A maioria desses últimos foi desenvolvida pelo *Summer Institute of Linguistics* (SIL).

Dentre os trabalhos voltados para a descrição linguística da língua terena aos quais foi possível ter acesso por meio de exaustivo levantamento bibliográfico, destacamos: **a)** *Syllable structure of terena* (HARDEN, 1946); **b)** *Some problems of segmentation in terena* (BENDOR-SAMUEL, 1960); **c)** *An outline of the grammatical and fonological structure of terena* (BENDOR-SAMUEL, 1961); **d)** *A structure-function description of terena phrases* (BENDOR-SAMUEL, 1963a); **e)** *Stress in terena* (BENDOR-SAMUEL, 1963b); **f)** *Terena verb inflection* (EKDAHL e GRIMES, 1964); **g)** *Some prosodic features in terena* (BENDOR-SAMUEL, 1966); **h)** *Terena (arawakan) pronouns* (EASTLACK, 1968); **i)** *Terena dictionary* (EKDAHL, 1969); **j)** *A homonymy-avoiding transderivational constraint in terena* (WILKINSON, 1976); **k)**

Derivação verbal em terena (BUTLER, 1977); **l)** *Modo, extensão temporal, tempo verbal e relevância contrastiva na língua terena* (BUTLER, 1978); **m)** *Aprendendo terena I e II* (EKDAHL e BUTLER, 1979); **n)** *The nasal morpheme* (TOURVILLE, 1991); **o)** *The multiple functions of the definite article in terena* (BUTLER, 2003); **p)** *Descrição fonológica da língua Terena (Aruák)* (SILVA, 2009); **q)** *Fonologia da língua terena* (MARTINS, 2009).

Para localizar o leitor e visando às reflexões linguísticas contidas nos capítulos III e IV desta dissertação, expõe-se, a seguir, uma síntese dos trabalhos com aspectos morfológicos do terena que foram utilizados nesta pesquisa, em ordem cronológica: Ekdahl e Grimes (1964), Eastlack (1968), Butler (1977 e 1978), Ekdahl e Butler (1979) e Tourville (1991). Destaca-se que, conforme aponta Sebastian Drude (2010), faz-se necessário, ao trabalho do lingüista, ao descrever uma língua ou aspectos dela, considerar o que já foi produzido anteriormente. Fato que justifica atenção especial aos textos de Butler (1977 e 1978) e Ekdahl e Butler (1979), “linguistas/missionárias” que residiram no Distrito de Taunay, aprenderam a língua terena, descreveram-na e influenciaram o seu ensino em ambiente escolar, gerando, inclusive, o Projeto Raízes do Saber, adotado pela rede municipal de ensino de Aquidauana/MS, em 1999, como política pública municipal para o ensino da língua materna Terena nas escolas das comunidades terena²⁹.

Terena verb inflection (EKDAHL e GRIMES, 1964)

Nesse artigo, Ekdahl e Grimes apresentaram a flexão dos verbos em terena, que são compostos por uma base mais marcadores flexionais. Os autores fazem explicações sobre a base verbal, flexão (modo, pessoa, número e outras categorias flexionais), frases verbais e restrições em nível clausal (morfológico). Constataram que a base verbal divide-se em duas classes principais: ativas e adjetivas, em que pode ocorrer a marcação de modo atual ou potencial. Os autores identificaram, também, o

²⁹ Nos arquivos da Gerência Municipal de Educação de Aquidauana, pode-se encontrar cópia do Projeto Raízes do Saber e material gravado, com imagem e som, de práticas de ensino da língua, seguidos de comentários dos professores e da própria Nancy Butler. Aliás, a proposta do Raízes do Saber vem sendo retomada, com algumas modificações teórico-metodológicas, pelos professores indígenas que participaram do projeto inicial, em uma espécie de “Laboratório experimental” com uma comunidade não falante, em Aquidauana/MS. Trata-se do Projeto Ko’êru, desenvolvido na comunidade de Vila Trindade por meio de parceria entre a UFMS/CPAQ, UEMS e Prefeitura Municipal.

morfema referencial **–ea**, podendo indicar a) referente distinto do sujeito, b) instrumento, ou c) movimento de distância de um lugar específico. No plano fônico, o status do verbo é, segundo o autor, marcado por um de três padrões de acentuação, denominados básico, deslocado e final.

Pronomes terena (aruák) (EASTLACK, 1968)

Eastlack (1968) faz uma descrição dos pronomes da língua terena, iniciando pela explanação dos fonemas que utiliza para apresentar os exemplos na língua terena, para, em seguida, dar início à discussão da substituição de frases substantivas por pronomes.

As primeiras formas pronominais descritas são os pronomes pessoais livres e a forma como ocorrem nas sentenças: **ûndi** ‘eu’, **îti** ‘você’, e **ûti** ‘nós’. Em seguida, Eastlack descreve as formas pronominais presas baseando-se na análise e descrição sobre prosódia de Bendor-Samuel (1960): n-prosódia, y-prosódia, v-prosódia e zero-prosódia.

Eastlack também apresentou as formas livres e presas dos pronomes pessoais, que são as mesmas formas livres dos pronomes pessoais e o mesmo processo de formação dos pronomes pessoais presos, para caracterizar a forma presa do pronome possessivo. A diferença entre possessivos e pessoais é que os primeiros ocorrem ligados aos nomes, enquanto os pessoais são ligados aos verbos.

Após apresentar os pronomes possessivos, Eastlack descreve o que chama, em seu artigo, de sufixos objetivos: **–a** ‘ele/ela’, **–nu** ‘me’, **–pi** ‘lhe’, **–Vvi** ‘nos’, e os sufixos **–vo** ‘própria pessoas’, **–koko** ‘recíproco’ e **–kono** ‘sujeito objetivo’.

Os pronomes demonstrativos **ne** ‘esse/aquele’ e **ra** ‘esse/aquele’ foram descritos por Eastlack, assim como as palavras interrogativas **na** ‘interrogativo quantitativo’, **kuti** ‘interrogativo para lugar’, e **kuti itukóvo** ‘interrogativo para pessoas’.

Por fim, Eastlack anuncia o problema para explicar substantivos possuídos alienável e inalienavelmente, mas termina o artigo sem fazê-lo, justificando a necessidade de uma análise mais aprofundada.

Derivação verbal em terena (BUTLER, 1977)

Butler, nesse trabalho, faz uma discussão sobre a formação de verbos denominados, em sua descrição, de estativos e ativos. Segundo a autora, a forma de derivação simples implica a formação de bases verbais a partir do processo de afixação, e os verbos são divididos em estativos de classe A, B, C e D e ativos de classe W, X, Y e Z, conforme o processo de derivação de suas formas. A derivação composta, conforme Butler, implica a formação de formas verbais a partir do uso do verbo auxiliar, identificado na língua, pela missionária, nas formas **kôe** ou **kíxo**.

Segundo a autora, qualquer verbo estativo, ativo ou causativo pode tornar-se descritivo, e tanto as formas verbais descritivas quanto as não descritivas podem ser nominalizadas.

Para os processos de verbalização, Butler identificou os morfemas **ko-** ~ **ka-**, **i-** ~ **e-**, **-x+-o** como verbalizadores, porém alguns processos que a missionária julgou ser uma verbalização eram processos de transitivização e intransitivização, que foram reconhecidos mais tarde na descrição feita por Butler e Ekdahl (1979).

Modo, extensão temporal, tempo verbal e relevância contrastiva na língua terena (BUTLER, 1978)

Butler teve por objetivo, nesse artigo, apresentar e explicar quatro categorias da flexão verbal da língua terena: modo, extensão temporal, tempo verbal e relevância contrastiva.

Segundo a autora, o terena possui verbos ativos, estativos e existenciais. Os modos podem ser atual ou potencial: o primeiro é realizado por uma forma verbal definida e o segundo, por uma forma indefinida, ocorrendo em sentenças imperativas, condicionais e negativas.

Para Butler, a extensão temporal pode ser durativa ou pontual. A primeira é marcada pelo sufixo **-ti**, enquanto a segunda é não marcada. O sistema temporal-aspectual dividiu-se em futuro e não futuro, sendo o futuro marcado pelo morfema **-mo**, e o não futuro não-marcado, cuja diferenciação temporal em passado e presente,

segundo a autora, é possível apenas a partir de contextos linguísticos, como palavras adverbiais de tempo.

No que concerne à relevância contrastiva, Butler apresenta o sufixo **–ne**, que pode ser ligado tanto ao verbo quanto ao substantivo; no primeiro, diferencia um item possuidor de todos os outros itens semelhantes de uma classe; no segundo, tem relevância contrastiva com relação a tempo (tempo discursivo ou tempo “momento” de fala), lugar, maneira ou grau.

Aprenda Terena volume I e II (BUTLER E EKDAHL, 1979)

Aprenda Terena, desenvolvido por Butler e Ekdahl (1979), é um material didático-pedagógico³⁰ para o ensino que, apresentado em dois volumes, é a descrição morfológica mais ampla da língua terena, porém não possui objetivos científicos ou acadêmicos e, sim, a evangelização. Assim, as descrições são feitas da forma mais simples possível, em face de seu caráter pedagógico. Os exemplos, raras vezes, apresentam-se em contextos de sentenças; são oferecidos, quase sempre, como palavras isoladas e sem glosa, observando-se apenas a tradução em português.

No volume I, as missionárias apresentaram a forma de pronúncia do alfabeto terena, assim como as formas ortográficas da língua, tratando em especial do processo de nasalização, de glotais, acentuação e vogais idênticas.

Em seguida, foram discutidos gênero, número, formas pronominais pessoais e possessivas presas, sufixos objetivos, sufixos pluralizadores **–noe** e **–hico**, os elementos citacionais **coê** e **quíxoa**, o morfema **–ne** ‘agora’, numerais, dias da semana, o morfema **–que** ‘a, em’, o morfema **–mo** ‘futuro’.

³⁰ Usamos “material didático-pedagógico”, pois entendemos que *Aprenda Terena I* e *Aprenda Terena II* ultrapassam, em forma e conteúdo, as cartilhas de alfabetização, já que apresentam reflexões mais aprofundadas dos aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos da língua descrita, mas parecem não alcançar o *status* de uma gramática. Trata-se, pois, de um compêndio didático-pedagógico, resultante de produções iniciadas em 1959, em formato de cartilhas e que tinham como objetivo a alfabetização. Dentre essas produções, localizamos, nos Estados Unidos, 17 cartilhas, a saber: Oti: 1 Cartilha Terena (1959); Vokomo! 2 Cartilha Terena; Vokomo! Ikokovoti ka’i: 2 Cartilha Terena; Vokomo! Ipoti pupu’i: 4 Cartilha Terena; Vokomo! Ohikoti tipe: 5 Cartilha Terena; Vokomo! 6 Cartilha Terena; Itopo’kixokonoe! 7 Cartilha Terena; Kuri’kuri’koxo ake tiketi: 8 Cartilha Terena; Po’i kaxe ndokopá Ra vaxikita hokonu: 9 Cartilha Terena; keno’óko ra sini, omehyó’ikoa, ikutixa ivokovoti: 10 Cartilha Terena; Enepo kahya’a yonea ra yeno vaka ivu’ixo: 11 Cartilha Terena; Ypema: 12 Cartilha Terena; Pikoáne iu’o’koenehi tikotike: 13 Cartilha Terena; Eyékoxeaku varututu ra ayuiti itaikoponone ovoi: 14 Cartilha Terena; Enepo ne koexoe itipu’ixovo ouke pangu: 15 Cartilha Terena; Eha’axohi ulalake uke, sipuraukea maripa ka’i: 16 Cartilha Terena; e, Kixóa yusikea komitike’ko’ivea: 17 Cartilha Terena.

Butler e Ekdahl também descreveram, no primeiro volume, a classificação dos verbos, apresentando a distinção da classe verbal **-xo** e **a-** e todas as suas ocorrências nas sentenças, sejam elas negativas, condicionais ou imperativas.

As autoras descreveram, também, as sentenças com verbos descritivos, os demonstrativos **ra** e **ne**, o tempo verbal, o morfema **-ti** ‘descritivo’, a ordem dos sufixos, os advérbios de lugar, a acentuação de substantivos, a posse, os morfemas negativos (**aco**, **áco’one**, **avo**, **haina**), os grupos consonantais, o morfema reflexivo **-vo**, a indicação e ênfase de sujeito e objeto, ordem sintática de sujeito e objeto. Butler e Ekdahl descreveram os morfemas **-ti** ‘descritivo’, **-Vvo** ‘ação iminente’, **-pono** ‘movimento no sentido de’, **-icopo** ‘neste caso, então’, **-xapa** ‘coletivizador’, **-po** ‘outra vez’, **-mea** ‘talvez’, **-ea** ‘sufixo referencial’, **-cu** ‘nominalizador’, **-ine** ‘depois’, **-iquene** ‘finado’, **co-** ‘verbalizador’, **co-** ‘transitivizador’, entre outros.

No volume II, Butler e Ekdahl descrevem cláusulas temporais (passadas, costumeiras e futuras), nove tipos de frases auxiliares, sentenças condicionais simples e sentenças contrárias à realidade, **coê** ‘auxiliar intransitivo’, **quíxoa** ‘auxiliar transitivo’, quantificadores, qualificadores que pluralizam, cores, uso inclusivo e exclusivo de números, formas irregulares de segunda pessoa, topônimos, nominais, enumeração e demonstrativos.

Butler e Ekdahl descrevem, ainda, os seguintes morfemas: **-hi** ‘pejorativo’, **póehaane** ‘só ou apenas’, **co-** ‘transitivizador’, **i-** ‘intransitivizador’, **-co** e **i-** ‘causativizadores’, **-e** ‘descritivizador’, **-co** ‘nominalizador’, **-x+-o** ‘verbalizador’, **ya** ‘por meio de’, **-ni** ‘estado ou ação incompleta’, **cóyeecone** ‘sempre’, **muhhícovaa** ‘até/mesmo’, **manírapo**, **imáco** ‘exclamações’, **-coco** ‘recíproco’, **-cono** ‘passivo’, conectivos **itea**, **quene**, **queno** ‘porém/mas’, **-hi** ‘dizem que’, **-pini** ‘esquecido’, **-pera** ‘supõe ou será que’, **-nini** ‘aspecto ineficaz’, **imócone**, **hunócoti**, **tucú** ‘até’, **-Vpepo** ‘certeza’, **ñovo/-iñovo** ‘no passado’, **vo’ócuque** ‘porque’, **mecúne**, **mecúque**, **mêcu** ‘passado’, **-oxo** ‘muito’, **áco’oneoxo**, **ínapooxo** ‘quanto mais’, **-xu** ‘como de costume’, **-heixo** e **-ix** ‘contínuo’, **ixómo** ‘sempre’, **-noe** ‘coletivizador’, **maca** ‘para que/a fim de que’, **-que** ‘em/a’, **-inovo** ‘coitadinho’, **-iyea** ‘anteriormente’, **-quena** ‘quem costuma fazer’, **-neequene** ‘ação ou estado desde o começo’, **-e/-u** ‘nominalizador’, **issúco** e **coépeco** ‘matar’ e, **-ne**, **-que** e **-pe** ‘nominalizadores’.

Harmonia nasal do terena (TOURVILLE, 1991)

O texto “Harmonia nasal do terena” refere-se a um capítulo da tese de doutorado de Tourville (1991), em que é discutida a nasalização para marcar a primeira pessoa do singular. Embora não seja um trabalho de morfologia e, sim, de aspectos fonológicos, o trabalho de Tourville é utilizado e considerado na explicação da primeira pessoa do singular no capítulo III desta dissertação, o que justifica esta síntese.

Tourville inicia o texto apresentando o inventário fônico de Bendor-Samuel (1960), para, em seguida, propor uma discussão sobre nasalização da prosódia de primeira pessoa, ainda com base no mesmo autor.

Em outro tópico, Tourville introduz mais duas análises diferentes da harmonia terena: 1) a análise com base em Piggott (1988), que propõe que a morfologia apresenta um traço [+ nasal], que se organiza no segmento à esquerda da palavra e então espalha-se sobre a palavra inteira antes que uma regra converta segmentos [+ sonoro, - contínuos] em segmentos [+ nasais]; os segmentos [+ sonoros, - contínuos] podem, portanto, adquirir a especificação [+ nasal] e [+sonoro]; 2) a de Trigo (1988), com uma teoria que contraria a apresentada por Piggott (1988), propondo que ambos os valores do traço estejam presentes e, para explicar a transparência nasal, ele sugere que [+ nasal] espalha-se de segmentos nasais flutuantes marcando a primeira pessoa, mas não de nasais que são prosodicamente habilitadas e são bloqueadas apenas por segmentos [- nasais].

Assim, considerando as divergências teóricas sobre nasalização da primeira pessoa, Tourville realiza um estudo sobre a teoria de mapeamento e adjunção de Chomsky e de espalhamento nasal, concluindo que “a universal constraint, the Double-Head Constraint, prohibits processes and rules from creating by, both, a Soft Palate node and a Spontaneous node”. (TOURVILLE, 1991, p. 193).

Como se pode observar por meio das sínteses dos estudos lingüístico-descritivos sobre o terena, apenas Ekdahl e Grimes (1964), e Butler (1977, 1978) apresentam análises específicas sobre verbos e apenas Butler e Ekdahl (1979) apresentam uma descrição mais ampla sobre a morfologia da língua, tratando-se de um material teórico-metodológico para o ensino.

Considerando que essas foram as únicas referências localizadas que buscam descrever e analisar os aspectos morfológicos dessa língua, em especial o verbo em terena, julgou-se relevante e pertinente aprofundar a reflexão sobre os aspectos morfológicos do terena. Para tanto, fez-se necessário ir a campo e coletar dados sobre a língua, com metodologias de pesquisa de campo específicas para o estudo linguístico descritivo, como apresentado nos capítulos que seguem.

CAPITULO III: ASPECTOS MORFOLÓGICOS GERAIS DA LÍNGUA TERENA

As primeiras análises da língua terena foram realizadas por missionários entre 1946 a 1979, porém, a língua ainda requer estudos de caráter científico, visto que os estudos missionários visavam atender apenas a objetivos religiosos. Os trabalhos missionários foram em fonologia, morfologia e sintaxe, explanados no item 2.1.1 do capítulo II. Apenas dois trabalhos sobre fonologia são os únicos trabalhos linguísticos acadêmicos, desenvolvidos até o momento, que descrevem toda a fonologia da língua terena. Tem-se, também, como citado no capítulo anterior, a tese de Tourville (1991), que não será explanada neste capítulo por se referir apenas ao morfema nasal do terena, não abordando uma visão geral da fonologia da língua que aqui se faz necessária. Isso não diminui, todavia, o seu valor, visto que é importante para explicar outros processos discutidos neste trabalho, como, por exemplo, a formação da primeira pessoa do singular em terena, que será abordada no último capítulo.

O objetivo deste capítulo é apresentar os aspectos gerais da morfologia da língua terena, em especial descrições sobre os nomes, focalizando posse, gênero, número e verbalização, e sobre o sistema pronominal da língua. Para tal, foram utilizados como suporte teórico os autores Aikhenvald (1999); Booij (2005); Givón (1984); Kroeger (2005); Payne (2001); Rosa (2003) e Shopen (1992). Para a compreensão dos aspectos morfológicos e considerando a transcrição dos dados utilizados nesta dissertação, apresentamos os trabalhos específicos e acadêmicos sobre a fonologia geral da língua terena que foram realizados por Silva (2009) e Martins (2009).

Silva (2009) realizou um estudo descritivo sobre a fonologia da língua terena falada na Comunidade Cachoeirinha, com base estruturalista. O estudo realizado por Silva (2009) apresenta divergências em relação aos estudos realizados anteriormente, e estes últimos apresentam divergências entre si.

Visto o pouco tempo para realizar um estudo fonológico da língua, e não sendo este o foco e objetivo desta dissertação, será apresentada a seguir uma síntese do estudo realizado por Silva, por tratar-se de uma pesquisa recente e por ser o inventário fonético elaborado pela pesquisadora o que se aproxima das transcrições fonéticas do

corpus coletado e transcrito especialmente para este trabalho, considerando que os fones encontrados durante esta pesquisa são os mesmos descritos no trabalho citado.

Segundo Silva (2009), o primeiro estudo sobre a fonologia da língua Terena foi realizado por Bendor-Samuel³¹, em 1960, para quem a língua terena possui 14 fonemas consonantais, incluindo as semivogais (/p, t, k, ʔ, s, ʃ, h, hy, m, n, l, r, w, j/), e cinco fonemas vocálicos (/i, e, a, u, o/).

Em 1968, Eastlack apresenta um outro quadro de fonemas diferentes para a língua terena, com 19 fonemas consonantais (/p, b, m, v, t, d, s, z, n, r, l, ʃ, ʒ, j, k, g, ʔ, h, hh/) e 5 fonemas vocálicos (/i, e, a, o, u/) (SILVA, 2009):

Butler, em 1978, da acordo com Silva (2009), aponta que a língua terena possui 14 fonemas consonantais. A autora propõe como fonema a fricativa labiodental surda /v/, ausente do quadro de Bendor-Samuel (1960) e já identificada por Eastlack (1968). Butler (1978) identificou os fonemas consonantais (/p, t, k, ʔ, v, s, ʃ, h, hy, m, n, l, r, j/) e os fonemas vocálicos (/i, e, a, u, o/).

Na análise de Silva (2009), não foi encontrada a ocorrência dos sons aspirados, nem a ocorrência do segmento /hh/, identificado por Eastlack (1968). No que concerne aos segmentos [v] e [w], nas análises de Eastlack (1968) e Butler (1978), esse som é representado por /v/; na análise de Bendor-Samuel, por /w/; em Silva (2009), leva-se em consideração a ocorrência do fone [w] em posições de margem da sílaba (início e coda), geralmente ocupadas por segmentos consonantais e, por esse motivo, optou-se pelo fonema /w/.

Em relação aos fonemas /b/, /d/, /z/, /ʒ/, /g/, as análises de Silva (2009) diferem das análises feitas por Eastlack. Esses segmentos, de acordo com Silva, ocorrem apenas acompanhados de pré-nasalização e em ambiente morfofonológico de concordância com a primeira pessoa, de modo que foram considerados segmentos fonéticos, resultando em 13 fonemas consonantais.

As três descrições anteriores apresentam o mesmo quadro de segmentos vocálicos composto por 5 segmentos; a descrição feita por Silva (2009) difere das anteriores em dois aspectos: a escolha de fonemas vocálicos e vogais alongadas. As opções para fonema foram as vogais abertas, uma vez que elas são predominantes nos

³¹ O quadro de Bendor-Samuel (1960) apresenta os símbolos segundo a tabela de Pike; Silva (2009) apresenta os dados equivalentes segundo a tabela de símbolos do IPA.

dados, e ainda por ocorrer na língua a harmonia vocálica: várias palavras são pronunciadas com todas as vogais abertas, como, por exemplo: [vara:ka] ‘arancuã’, [tɔrɔ:rɔ] ‘cabaça’, [vetɛkɛkɛ] ‘jacaré’, [hɔ:ɛ] ‘peixe’, [hɔjɛnɔ] ‘homem, macho’, etc. Nas análises de Silva (2009), foram consideradas também as vogais alongadas /a:/, /ɛ:/, /i:/, /ɔ:/ e /u:/ como fonemas. A justificativa para essas considerações: de acordo com os princípios básicos da análise fonológica estruturalista, para demonstrar a ocorrência de um fonema é necessário comprovar, por meio de par mínimo (em ambiente idêntico ou análogo), o contraste ou oposição entre os segmentos fonéticos (fones).

O inventário de fones da língua terena elaborado por Silva (2009), apresenta 22 fones consonantais e 18 fones vocálicos.

Tabela 03: Inventário de fones consonantais do terena propostos por Silva (2009).

	Bilabial	Labiodental	Alveolar	Pós-alveolar	Palatal	Velar	Glotal
Oclusiva	[p]		[t]			[k]	[ʔ]
Africada				[tʃ]			
Fricativa		[v]	[s]	[ʃ]			[h]
Pré-nasal	[^m b]		[ⁿ d], [ⁿ z]		[ⁿ ʒ]	[ⁿ g]	
Nasal	[m]		[n]		[ɲ]		
Lateral			[l]				
Tepe			[r]				
Aproximante	[w]				[j]		
Lateral aproximante					[ɬ]		

Tabela 04: Inventário de fones vocálicos do terena propostos por Silva (2009).

	Anterior		Central		Posterior	
	Arredondado	Não Arredondado	Arredondado	Não arredondado	Arredondado	Não arredondado
Fechado	i i: ĭ		i		u u: ũ	
Meio fechado	e ĕ				o õ	
Meio aberto	ε ε:				ɔ ɔ:	
Aberto			a a: ă			

Em 2009, Martins defendeu uma tese de doutorado intitulada *Fonologia da Língua Terena*, com o objetivo de realizar uma descrição preliminar do sistema fonológico da língua terena. A pesquisa também foi realizada na Comunidade Cachoeirinha. Para tal, o pesquisador adotou o modelo proposto por Pike (1947) e identificou 24 sons consonantais ([p, t, k, ʔ, v, s, ʃ, h, f, tʃ, m, n, ɲ, ^mb, ⁿd, ⁿz, ^ɲdʒ, ^ɲʒ, ^ɲg, l, lʲ, r, w, j]) e 25 sons vocálicos ([i, ĭ:, ĩ, u, û:, ũ:, e, ê:, ĕ:, ě, i, ĭ:, o, ô:, õ, õ:, ε, ê:, ɔ, ô:, a, â:, ă, ă:]) na língua terena.

As análises de Martins (2009) e Silva (2009) diferem na identificação de alguns sons pré-nasalizados: Martins (2009) identificou [^ɲdʒ, ^ɲʒ, ^ɲg] e Silva (2009), [ⁿʒ, ⁿg]. Silva (2009) também descreveu o fone consonantal [ʎ] e Martins (2009), os fones [lʲ, f]. No que diz respeito aos sons vocálicos, Silva (2009) e Martins (2009) identificaram sons diferentes em suas análises. Martins (2009) identificou os sons vocálicos [ĩ:, û:, ũ:, ê:, ĕ:, ĭ:, ô:, õ:, ê:, ô:, â:, ă:], enquanto Silva (2009) identificou os sons vocálicos [i:, u:, ε:, ɔ:, a:].

Vamos seguir, nesta dissertação, a análise proposta por Silva (2009), por esta apresentar análise de fonemas mais próxima aos que identificamos em nossa pesquisa, conforme tabela 05 e 06.

Tabela 05: Inventário de fones consonantais do terena.

	Bilabial	Labiodental	Alveolar	Pós-alveolar	Palatal	Velar	Glotal
Oclusiva	[p]		[t]			[k]	[ʔ]
Africada				[tʃ]			
Fricativa		[v]	[s]	[ʃ]			[h]
Pré-nasal	[^m b]		[ⁿ d], [ⁿ z]		[ⁿ ʒ]	[^ŋ g]	
Nasal	[m]		[n]		[ɲ]		
Lateral			[l]				
Tepe			[ɾ]				
Aproximante	[w]				[j]		
Lateral aproximante					[ɬ]		

Tabela 06: Inventário de fones vocálicos do terena.

	Anterior		Central		Posterior	
	Arredondado	Não Arredondado	Arredondado	Não arredondado	Arredondado	Não arredondado
Fechado	i i: ĭ				u u: ũ	
Meio fechado	e ĕ				o õ	
Meio aberto	ɛ ɛ:				ɔ ɔ:	
Aberto			a a: ã			

Nossas análises diferem das realizadas por Silva (2009) em apenas dois aspectos: 1) constatamos o fone consonantal [^ŋg], identificado por Martins (2009), enquanto Silva identificou o fone consonantal [ⁿg]; 2) não constatamos a presença do som vocálico [i] identificado por Silva (2009).

As descrições dos fones da língua terena foram apresentadas diante da necessidade de se compreenderem os exemplos expostos neste trabalho para explicar os aspectos da morfologia terena, considerando que tais exemplos encontram-se dispostos em sua forma fonética, pois são provenientes da fala direta dos indígenas, transcritas para a análise de dados.

3.1. Tipologia linguística

As línguas podem ser classificadas a fim de que possam ser ordenadas por critérios científicos a serem elaborados pela lingüística descritiva, comparada ou histórica, havendo assim os seguintes métodos classificatórios: a) genealógico: que possibilita agrupar as línguas em famílias por estas apresentarem parentesco, ou seja, uma origem comum; b) geográfico: possibilita agrupar as línguas de acordo com as áreas geográficas que ocupam; e c) estrutural ou tipológico: classifica a língua de acordo com sua estrutura interna. (BORBA, 1973; MATTOSO CÂMARA JR., 1989).

Por se tratar de um trabalho de cunho linguístico-descritivo, classificamos o terena a partir da tipologia morfológica e sintática.

3.1.1 Tipologia morfológica

Segundo Borba (1973, p. 95-6)³², a classificação tipológica ou estrutural das línguas começou a ser estudada no século XIX por Schleicher, que afirmava haver três tipos de línguas, isolantes, aglutinantes e flexivas. Posteriormente, Sapir (1962) incorporou à tipologia linguística o tipo de língua polissintética.

Borba (1973, p. 96-8) apresenta a definição para línguas isolantes, aglutinantes e flexivas:

a) ISOLANTES: caracterizam-se pelo vocábulo indecomponível em dois ou mais segmentos. Suas palavras não têm flexão, isto é, não têm terminações gramaticais que variam com a mudança de função, isto é, não têm terminações gramaticais que variam com a mudança de função na construção. O exemplo clássico de língua isolante é o Chinês, que, propriamente falando, não faz distinção entre nome, verbo, adjetivo ou outra parte do discurso. Assim uma mesma combinação de fonemas pode significar, por exemplo, *grande*, *grandeza*, *grandemente*, *crescer*, de acordo com o tom [...] ou sua posição na oração [...].

b) AGLUTINANTES: são aquelas que aglutinam numa só palavra os vários elementos, cada um com uma conotação fixa, cada um

³² Borba (1973) é um autor da vertente estruturalista, mas este trabalho, apesar de ter como suporte o funcionalismo, utilizou seus conceitos para explicar alguns termos que pertencem à linguística geral, o que não trará contradições aos nossos estudos, visto que, “embora frequentemente contrastado ao estruturalismo, o funcionalismo surge como um movimento particular dentro do estruturalismo, enfatizando a função das unidades linguísticas”. (CUNHA, 2008, p. 159). Dessa forma, este trabalho não deixará de considerar as unidades lingüísticas do ponto de vista funcional.

preservando sua própria individualidade, cada um somando-se ou separando-se mecanicamente do complexo usado como palavra. Nestas línguas a unidade vocabular não exerce muita polaridade estrutural, pois os elementos componentes, apesar de serem requeridos para pertencer à palavra, são bastante independentes. A tendência é para as formas livres (+), isto é, o que seria o elemento de composição pode ser encontrado em quase todas as posições em diferentes palavras. O turco é tido como exemplo de língua aglutinante. Nele, os vários morfemas se seguem uns aos outros, comumente em sequências de seis ou mais, com retenção clara, porém, da forma de cada um, o que facilita a segmentação. Assim, temos a raiz *sev* cujo sentido fundamental é *amor*. A ela se aglutinam vários morfemas: *sev-mek* – amar; *sev-er* – amante, ele ama; *sev-er-im* – eu amo; *sev-me-mek* – não amar; *sev-dir-mek* – causar amor; *sev-ish-mek* – amar um ao outro; *sev-ish-dir-mek* – causar amor um ao outro; *sev-in-mek* – amar-se, alegrar-se; *sev-in-dir-mek* – causar alegria etc., etc.

c) FLEXIVAS (também ditas amalgamantes): nelas o vocábulo é formado de semantema e morfema, isto é, os elementos aglutinados se modificam para expressar os diversos acidentes da idéia. Seus elementos de composição caracterizam-se, pois, pela flexão nominal, verbal etc. e, embora originalmente independentes, tornam-se tão amalgamados com o semantema (+) que não podem ser separados mecanicamente do complexo formador da palavra. As línguas indo-européias e semíticas são flexivas. [grifos do autor].

Sobre as línguas polissintéticas, Borba (1973, p. 98-9) afirma que são línguas

onde não há rigorosamente palavras ou então há vocábulos-frase formando um todo complexo de noções, isto é, o vocábulo tem a mesma extensão da oração, cujos elementos (sujeito, verbo, objeto etc.) se combinam numa unidade única sem possibilidade de existência autônoma. Ex.: certas línguas indígenas americanas como o *nauatl* – *ni-petla-tšīwa* (faço fitas, de *petla-tl* fita); *pawni* – *ta-t-îtkawit* (cavo a lama, de *ta* – indicativo; *t* – eu; *îtkâr^u* – lama; *pît* – cavar; *r + p = w*); esquimó – *takusar-iartor-uma-galuar-nerp-â* (você pensa que ele realmente tenciona ir tratar disto?) – literalmente: ele se preocupar com isto + ele vai a + ele tenciona – ele assim faz + mas você pensa que ele + partícula interrogativa de 3ª pessoa). [grifos do autor].

Borba (1973, p. 96) aponta que as classificações das línguas em isolantes, aglutinantes e flexivas foram desenvolvidas a partir do conceito tradicional de palavra, concebida como:

primeiro plano de estrutura lógica porque, nas línguas com que estamos habituados, primeiro as palavras são constituídas, depois as

orações. Os componentes imediatos das orações são as palavras ou grupos de palavras e os componentes imediatos destas são os elementos de composição (+). Quando não há esses dois níveis estruturais, a sentença constitui-se diretamente de elementos de composição. Em tal caso não haveria palavras. Isto acontece nos chamados idiomas polissintéticos [...].

Os três tipos de línguas citados, de acordo com Borba (1973, p. 98), não são, todavia, suficientes para enquadrar todas as línguas conhecidas. Diante de tal fato, segundo o autor, foi realizada uma nova classificação, tomando o vocábulo a partir da noção que expressa, havendo possibilidade de ser simples, complexo e muito complexo, originando as línguas analíticas, sintéticas e polissintéticas.

Atualmente, como aponta Rosa (2003), baseando-se nos estudos desenvolvidos por August Schleicher (1821-1868), apresentam-se três tipos de línguas: a) isoladas; b) aglutinantes; c) flexionais. A esses tipos, há quem acrescente as **línguas polissintéticas**, que, segundo a autora, apresenta características flexionais e aglutinantes e, por esse motivo, não foram reconhecidas como um tipo de língua independente das demais. As línguas polissintéticas, segundo Rosa (2003, p. 36), “caracterizam-se por apresentar a incorporação, entendida como a realização de significados lexicais por meio de afixos como opção à realização desses significados por meio de palavras”.

Neste trabalho, o terena é classificado como uma língua aglutinante, por verificar-se que o verbo e o nome aglutinam morfemas que expressam significados diferentes do exposto pela raiz verbal ou nominal, sendo facilmente identificados, conforme a conceituação oferecida por Borba (1973) sobre línguas aglutinantes.

A característica aglutinante da língua terena pode ser verificada nos exemplos a seguir:

(01)³³

a) ⁿdetu -k -ɔ -pɔ w̃w̃w̃
 1sg/cortar -t -real -refl 1sg.poss/dedo
 ‘Eu me cortei no meu dedo’.

b) vãnẽ -ʒ -ɔ -tʃi -mo nakaku
 1sg/comprar -t -real -durat -fut arroz
 ‘Eu estarei comprando arroz’.

Observa-se nos exemplos (01a e b), que se aglutinam ao verbo morfemas que marcam modo, consoantes temáticas, reflexivos, tempo, bem como a nasalização que caracteriza a primeira pessoa do singular. Aglutina-se morfema também em torno do nome (exemplo 01a), como é o caso da nasalização que marca a primeira pessoa do singular possessiva no substantivo **w̃w̃w̃** ‘dedo’.

Apesar de as línguas polissintéticas apresentarem características aglutinantes e flexionais, como aponta Rosa (2003), o terena não pode ser classificado como tal, pois seu vocábulo não possui a mesma extensão de uma oração na língua, sendo necessário, em uma sentença, mais que uma palavra para transmitir a ideia que se quer expressar, diferentemente do que ocorre no exemplo do esquimó apresentado por Borba (1973). Nos exemplos (01a e b) do terena, foi necessário usar um verbo e um substantivo para expressar o sentido completo da sentença e, a estes, forem aglutinados morfemas, diferentemente do esquimó, em que os morfemas que têm sentido de verbo e de nome aglutinam-se formando uma única palavra que transmite o sentido de uma oração completa.

³³ É necessário esclarecer que as traduções em língua portuguesa nos exemplos da língua terena não são traduções literais da língua pesquisada, visto que muitas expressões da língua terena não podem ser traduzidas literalmente para a língua portuguesa. Dessa forma, a análise realizada nesta pesquisa considera apenas a língua terena, independentemente da língua portuguesa, que é utilizada apenas para compreender o sentido do que é dito na primeira, visto que a pesquisadora não é falante da língua terena. Ou seja, a análise foi realizada evitando-se comparações com as ocorrências da língua portuguesa, considerando-se que cada língua possui sua própria tipologia.

3.1.2 Tipologia sintática

Uma determinada língua pode ser classificada quanto à tipologia morfológica, assim como, quanto à tipologia sintática ou da ordem dos constituintes. Maia (2006, p. 183) afirma que “há seis possibilidades lógicas de combinação dos constituintes oracionais, a saber, **SOV, SVO, VSO, VOS, OVS e OSV**, sendo que nem todos ocorrem com a mesma frequência nas línguas do mundo”.

Averiguar qual é a ordem canônica de uma língua não é tarefa fácil, como afirma o autor e, para tal, têm sido propostos muitos critérios, como

a menor marcação pragmática (Keenan, 1978: 267-9), a maior co-ocorrência de traços gramaticais (Li & Thompson, 1978: 225-33), a ordem mais tipicamente encontrada nas orações transitivas declarativas simples (Derbyshire & Pullum, 1981: 192), a maior produtividade gramatical (Hawkins, 1983: 13). (MAIA, 2006, p. 184).

De acordo com a explicação acima, pode-se constatar que a ordem fixa da língua terena é VOS (Exemplo 02), havendo uma ordem sintática enfática SVO (Exemplo 03), em que o sujeito ocorre precedendo o verbo como forma de topicalização:

(02)

a) tɛtukɔ wɔw hɔjɛnɔ iwse
cortar dedo homem José
‘José cortou o dedo do homem’.

b) kojpekɔ si:ni nɛ hɔjɛnɔ
matar onça det homem
‘O homem matou a onça’.

(03)

a) ɛnɛpɔ =nɛ hɔjɛnɔ kojpekɔ si:ni
enf =det homem matar onça
‘O homem matou a onça’.

- b) ɛnɛpɔ =nɛ hɔjɛnɔ niko -tʃi pa:nãna
 enf =det homem comer -durat banana
 ‘O homem está comendo banana’.

Pudemos verificar em nossos dados que, em sentenças com pronominais pessoais livres ocorre a ordem sintática VSO:

(04)

- a) nɔ: -nɛ u:tʃi pe:ʃow
 plantar-concl 1pl feijão
 ‘Nós plantamos feijão’.

- b) tetukw-a u:tʃi hi:pɔ u:tʃi
 cortar -3sg.obj 1pl unha 1pl.poss
 ‘Nós cortamos a nossa unha’.

Considerando a tipologia linguística morfológica e sintática do terena, são apresentados em sequência os morfemas da língua. Os morfemas que são ligados diretamente ao verbo são apresentados no capítulo 4, que versa sobre a morfologia verbal, especificamente.

3.2 Aspectos morfológicos da língua terena

3.2.1 Nomes

Nome, segundo Schachter (1992, p. 7), é o termo atribuído à classe de palavra que congrega nomes de pessoas, lugares e coisas, porém, segundo o autor, essa definição teórica não é suficiente para determinar a formação de uma classe, e sim uma base geral para denominar uma classe de palavras que foi criada a partir de outros princípios, como, por exemplo, a função dos nomes na sentença. Os princípios usados para determinar a classe de nomes são, portanto, baseados em caracterizações semânticas, morfológicas ou sintáticas.

O estudo semântico dos nomes, de acordo com Givón (1984, p. 56-7), é realizado a partir da semântica lexical, podendo influenciar nas questões morfológicas e

sintáticas. O autor aponta que as características semânticas para delimitar os nomes são: entidade, temporal, concreto, animado e humano, destacando que “*entidade* significa ‘aquilo que existe’, *temporal* ‘existe em um determinado momento’, *concreto* ‘existe em termos de tempo e lugar’, *animado* engloba todo o exposto sob o significado de ‘organismo vivo’, e *humano*, que engloba todo o exposto sob o significado de ‘ser humano’”.

No que concerne à caracterização morfológica,

há típicos morfemas gramaticais/flexionais que tendem a agrupar-se em torno das [...] bases nominais. Alguns deles se agrupam aos nomes já na sua forma de citação lexical. Outros se agrupam a eles somente em sentenças ou contexto do discurso. O fato de todos esses morfemas agruparem-se em torno de nomes não é um fenômeno morfológico arbitrário. Ao contrário, eles nem pertencem aos traços lexicais semânticos dos nomes, ou à sua regra semântico-proposicional, ou a algum aspecto da sua função discursivo-pragmática. Pode-se, assim, enunciar um princípio geral para a morfologia flexional (para toda a morfologia, na verdade): características semânticas proposicionais e/ou discursivo-pragmáticas que estão intimamente associadas tendem também a co-lexicalizar.³⁴ (GÍVON, 1984, p. 57) [Tradução nossa].

Na caracterização sintática, conforme o autor, os nomes desempenham funções como sujeito/agente, objeto/paciente, dativo/beneficiário, benefactivo, locativo, tempo, modo, instrumento, predicado nominal, entre outras. Os nomes podem ser classificados como as palavras que exercem a função de núcleo do sintagma nominal.

A caracterização morfológica é realizada, na língua terena, por meio de morfemas que ocorrem ligados somente aos nomes. São exemplos os morfemas verbalizadores {**ko-**}, {**i-**} (Exemplos 5a e 5b); o morfema de posse {**-na**} (Exemplo 5c); o morfema de locativo {**-ke**} (Exemplo 5d) e as formas pronominais possessivas presas de primeira e segunda pessoas do singular (Exemplos 5c e e) e primeira pessoa do plural (Exemplo 5f).

³⁴ is typical grammatical/inflectional morphemes that tend to cluster around the [...] nominal bases. Some of them are grouped the names already in its lexical form of service. Others have grouped them only in the context of sentences or discourse. The fact that all these morphemes group together around names is not an arbitrary morphological phenomenon. Rather they belong to neither lexical semantic features of names, or their semantic-propositional rule, or some aspect of their discourse-pragmatic function. One can thus formulate a general principle for inflectional morphology (for the morphology, actually): propositional semantic features and / or discursive-pragmatic that are closely related also tend to co-lexicalize.

(05)

a) $\epsilon\eta\epsilon\rho\omega$ =ne $h\omega j\epsilon\eta\omega$ **k\omega-** $j\epsilon\eta\omega$ -ne $s\epsilon\eta\omega$
 enf =det homem vbzdor- esposa -concl mulher
 ‘O homem casou com a mulher’.

b) **i-** $k\omega t\upsilon$ -ʃ -o -a: -tʃi $nik\omega k\omega n\omega tʃi$ ne $s\epsilon\eta\omega$
 vbzdor- quente -t -real -3obj -durat comida det mulher
 ‘A mulher a mulher esteve esquentado a comida’.

c) nik -\omega -tʃi $s\omega\rho\omega:r\omega$ ne $\eta gam\omega$ -**na**
 comer-real-durat milho det 1sg.poss/cavalo -posse
 ‘O meu cavalo está comendo milho’.

d) pi -h -\omega -tʃi -m\omega $ihikaʃ\omega kutʃi$ -**ke** $h\omega j\epsilon\eta\omega$ $kali\omega:n\omega$
 ir -t -real-durat-fut escola -loc homem criança
 ‘O menino estará indo para a escola’.

e) $puʔitʃi$ ne **ki:re** -na
 gordo det 2sg.poss/porco-posse
 ‘O teu porco está gordo’.

f) $um\omega tʃi$ ra **v-** $\omegaʃ\epsilon\eta\epsilon$
 longo det 1pl.poss-camilho
 ‘O nosso caminho é longo’.

Sintaticamente, o substantivo ocorre na função de sujeito, como núcleo do sujeito, e na posição complemento do verbo, na função de objeto (exemplo 07).

(06)

[ɛnɛpɔ =nɛ **pe:fow**]_s [avɔ na -a -pu]_p³⁵
 enf =det feijão neg plantar -irr -pass
 ‘O feijão não foi plantado’.

Observa-se, no exemplo (06), que o sujeito é formado por **ɛnɛpɔnɛ** **pe:fow** ‘esse feijão’, e **ɛnɛpɔnɛ** ‘aquele/aquela’ é pronome demonstrativo, na função de adjunto adnominal e **pe:fow** ‘feijão’ é o nome, pois está na função de núcleo do sujeito.

(07)

[ɛnɛpɔ =nɛ **hɔjɛnɔ**]_s [nɔ -ɔ **pe:fow** **kavanɛ-kɛ**]_p
 enf =det homem plantar -real feijão canteiro-loc
 ‘O homem plantou feijão no canteiro’.

No exemplo (07), há três nomes nas funções de sujeito, objeto direto e adjunto adverbial, respectivamente. No sujeito **ɛnɛpɔnɛ** **hɔjɛnɔ** ‘aquele homem’, **ɛnɛpɔnɛ** é pronome demonstrativo, na função de adjunto adnominal e **hɔjɛnɔ** ‘homem’ é o nome, comportando-se como núcleo do sujeito. No predicado **nɔ: pe:fow kavanɛkɛ** ‘plantou feijão no canteiro’, tem-se o verbo **nɔ:** ‘plantar’, o nome **pe:fow** ‘feijão’, na função de objeto direto, e o nome **kavanɛkɛ** ‘canteiro’, que está na função de núcleo do adjunto adverbial, além de estar marcado morfologicamente pelo morfema locativo {-kɛ}.

Nos exemplos (06) e (07), a palavra **pe:fow** ‘feijão’ classifica-se como nome, pois, no primeiro exemplo, é núcleo do sujeito e, no segundo, objeto direto.

³⁵ Neste exemplo, o verbo **nɔ:** ‘plantar’ sofre uma alteração vocálica como consequência de seu uso no modo *irrealis*. Isso ocorre porque, quando o verbo recebe o sufixo de modo irrealis {-a}, todas as vogais **o** do verbo se transformam em **a**, por meio de uma harmonia vocálica. A sentença **ɛnɛpɔnɛ pe:fow avɔ na:pu** ‘O feijão não foi plantado’ está no modo *irrealis*, por apresentar uma negação (ver item 4115 do capítulo IV), o que justifica a harmonia vocálica do verbo **nɔ:**. Esta mesma sentença, em modo *realis*, seria uma sentença afirmativa: **ɛnɛpɔnɛ pe:fow nɔ:wɔnɛ** ‘O feijão está plantado’.

Ademais, como em português, integra, como núcleo, uma locução adverbial. Em terena, há o morfema locativo {-ke}, ao passo que, em português, a adverbialização é produzida pela preposição.

3.2.1.1 Posse

Payne (2001, p. 40) afirma que as línguas podem apresentar três distinções de posse para os nomes: (1) nomes possuídos *versus* não possuídos, caracterizada por nomes que podem ser possuídos e por nomes que não podem ser possuídos de forma alguma; (2) nomes inerentemente possuídos *versus* opcionalmente possuídos, em que todos os nomes podem ser possuídos, alguns obrigatoriamente, enquanto em outros a posse é facultativa; (3) nomes possuídos alienavelmente *versus* possuídos inalienavelmente em que todos os nomes podem ser possuídos, porém em cada nome pode ocorrer apenas um tipo de posse: alienável ou inalienável.

Segundo Payne (2001, p. 105),

a posse alienável é o tipo de posse, que pode ser desfeita, por exemplo, eu posso transferir a posse dos meus bens materiais para outra pessoa, daí o meu relacionamento com meus bens materiais é de posse alienável. A posse inalienável é o tipo de posse que não pode ser encerrada. Línguas que distinguem possessão inalienável incluem sempre termos de parentesco e partes do corpo dentro da classe de itens inalienavelmente possuídos. Assim, a cabeça de uma pessoa será sempre a cabeça daquela pessoa e seus irmãos e irmãs serão sempre seus irmãos e irmãs. Além de partes do corpo e os termos de parentesco, algumas línguas incluem certos itens culturalmente importantes dentro da classe dos bens inalienáveis, como flechas, canoas, facões. Por último, pode haver alguns itens que, semanticamente, parecem pertencer a uma classe de substantivos possuídos, mas, que são agrupados com a outra classe, sem motivo aparente, por exemplo, uma língua pode tratar rochas como inalienável e irmãos como alienáveis. [Tradução nossa]³⁶.

³⁶ [...] alienable possession is the kind of possession which can be terminated: e.g. I can transfer possession of my worldly goods to someone else, hence my relationship to my worldly goods is one of alienable possession. Inalienable possession is the kind of possession that cannot be terminated. Languages which distinguish inalienable possession always include kinship terms and body parts within the class of inalienably possessed items. My head will always be my head, and my brothers and sisters will always be my brothers and sisters. Apart from body parts and kinship terms, some languages include certain culturally important items within the class of inalienable possessions, such as cows, canoes, machetes, etc. Finally, there are usually a few items that semantically seem to go with one class, but

Diante do exposto e de acordo com Butler e Ekdahl (1979), pode-se afirmar que a língua terena possui distinção de posse entre alienável e inalienável. Os itens lexicais que são, como apontam as autoras, intimamente relacionados a seres humanos, como termos de parentesco, partes do corpo e objetos pessoais, são de posse inalienável.

Butler e Ekdahl (1979, p. 71) apresentam os seguintes exemplos para posse inalienável:

(08)

- a) Partes do corpo: hhêve ‘pé/perna dele’, pâho ‘boca dele’;
- b) Termos de parentesco: há’á ‘pai dele’, xe’éxa ‘criança dele’;
- c) Substantivos derivados: óvucu ‘casa dele’, várereope ‘arado dele’, oyé’eu ‘o que ela cozinhou’.

Observamos, nos exemplos das linguistas, a ausência de glosa e de aplicação das palavras em um contexto/sentença, dificultando a compreensão do processo de marcação de posse na língua. É necessário ressaltar, também, que os exemplos de Butler e Ekdahl (1979) estão grafados, enquanto os nossos são transcritos foneticamente da fala direta dos índios. Assim, a partir de nossos dados, temos uma parte das palavras que foram utilizadas pelas autoras de forma isolada ocorrendo em sentenças nos dados coletados, para exemplificar a posse inalienável. Vejamos:

(09)

- a) pa:ho ‘boca’ > ɔkɔʔɔkɔnɛ ^mbaho nɛ hojɛno
 machucar 1sg.poss/boca det homem
 ‘O homem machucou a minha boca’.
- b) haʔa ‘pai’ > elɔketʃi okowo ⁿzaʔa
 feliz emoção 1sg.poss/pai
 ‘Meu pai está feliz’.

which are grouped with the other class for no apparent reason: e. g., a language may treat rocks as inalienable and brothers as alienable.

- c) ovoku ‘casa’ > uheʔekotʃi j- ovoku
 bonito 2sg.poss- casa
 ‘Tua casa é bonita’.

Vejamos outros exemplos com itens inalienáveis que não foram utilizados por Butler e Ekdahl (1979), mas que fazem parte de nossos dados:

(10)

- a) mōkeʃa ‘irmã’ > ka:rinetʃi ne mō^hgeʃa
 doente dem 1sg.poss/irmã
 ‘Minha irmã está doente’.

- b) hi:pō ‘unha’ > ⁿdetuko ⁿʒi:pō
 1sg/cortar 1sg.poss/unha
 ‘Eu cortei a minha unha.’

Os nomes possuídos inalienavelmente não recebem marcador de posse. E, ao observarmos a ocorrência dos itens inalienáveis em sentenças/contextos, verificamos que, em tais itens, são usados os pronomes possessivos para apenas especificar o possuidor, como nos exemplos acima, em que a nasalização marca a primeira pessoa singular possessiva em **mōkeʃa** ‘irmã’ e **hi:pō** ‘unha’.

Para especificar a posse alienável, utiliza-se o morfema {-na}. A posse alienável, de acordo com Butler e Ekdahl (1979), ocorre em nomes relacionados à fauna, à flora, a empréstimos lexicais, a objetos e instrumentos. As linguistas utilizam os seguintes exemplos para explicar a posse alienável:

(11)

- a) As plantas: sopôro ‘milho’, caraúque ‘feijão miúdo’;
 b) Os animais: hhó’openo ‘animal/pássaro’, tapî’i ‘galinha’;
 c) O universo: cáxe ‘sol/dia’, mêum ‘campo’, huvêo ‘rio’;
 d) Palavras emprestadas: mēssa ‘mesa’, hapātu ‘sapato’. (BUTLER; EKDAHL, 1979, p. 71)

No exemplo a seguir, temos as palavras **me:sa** ‘mesa’ e **kafe** ‘dia’, que foram utilizadas de forma isolada pelas pesquisadoras, mas que, nos nossos dados, ocorrem no contexto de sentenças, tanto na forma possuída como na forma não possuída:

(12)

a) itukɔ -tʃi me:sa ne hojeno
fazer -durat mesa det homem
‘O homem está fazendo a mesa’.

purupuj kɔe me:sa-**na** ne hojeno
bola aux mesa -posse det homem
‘A mesa do homem é redonda’.

b) uhapuj kɔe kafe
claro aux dia
‘O dia está claro’.

mbiw kɔe kafe-**na** kɔʔɔjene hojeno
bom aux dia -posse hoje homem
‘O dia do homem foi bom hoje’.

Nos exemplos (13), são apresentados itens alienáveis que não estão presentes na descrição de Butler e Ekdahl (1979):

(13)

a) mɔ:kɔ-tʃi ne tamuku
latir -durat det cachorro
‘O cachorro está latindo’.

mɔ:kɔ-tʃi tamuku-**na** ne hojeno
latir-durat cachorro-posse det homem
‘O cachorro do homem está latindo’.

b) itukɔ -ne ca:dera ne hojeno
fazer -concl cadeira det homem
‘O homem fez a cadeira’.

itukɔ-tʃi ca:dera-**na** u:tʃi ne hojeno
fazer-durat cadeira-posse 1sg det
homem
‘O homem está fazendo a nossa
cadeira’.

c) ikɔrɔkɔwɔ ne he:ve tʃikɔtʃi
cair det pé árvore
‘O pé de árvore caiu’.

ikɔrɔkɔwɔ ne he:ve ⁿdʒikɔtʃi-**na**
cair det pé 1sg.poss/árvore-posse
‘O meu pé de árvore caiu’.

Observamos, em nossos dados, que, na ausência de argumentos nominais na função de possuidor, o morfema {-na} sempre ocorrerá com pronome possessivo, para qualquer pessoa gramatical:

(14)

a) tamuku ‘cachorro’ > mɔ:kɔ -nɛ ⁿdamuku -na
 latir -concl 1sg.poss/cachorro -posse
 ‘O meu cachorro latiu’.

b) kaʃɛ ‘dia’ > mbiw kɔɛ kaʃɛ -na kɔʔɔjɛɛ
 bom aux 3sg.poss/dia -posse hoje
 ‘O dia dele foi bom hoje’.

c) kamɔ ‘cavalo’ > kɔjpekɔ kɛmɔ -na nɛ hɔjɛnɔ
 matar 2sg.poss/cavalo -posse det homem
 ‘O homem matou o teu cavalo’.

d) tʃikɔtʃi ‘árvore’ > pajaʔine hɛ:vɛ tʃikɔtʃi -na
 crescer pé 3sg.poss/árvore-posse
 ‘A árvore dele/a cresceu’.

Em terena, apenas a posse alienável é marcada por meio do morfema específico de posse {-na}, enquanto a posse inalienável é caracterizada apenas pela presença dos pronomes possessivos nas formas livre ou presa.

3.2.1.2 Gênero

As categorias típicas de gênero definidas por Payne (2001, p. 45-106) são masculino, feminino e não marcado, considerando que há, em muitas línguas, uma rica classificação nominal, que pode ser expressa nos pronomes. Segundo o autor, a classificação nominal pode estar ligada a combinações extralingüísticas, como humano *versus* não humano ou fêmea *versus* macho.

No que concerne à distinção de gênero em terena, Butler e Ekdahl (1979, p. 20) afirmam que “não há distinção de gênero na gramática Terena”.

Com relação à não marcação de gênero em pronominais, concordamos com Butler e Ekdahl (1979), pois não foi encontrada tal distinção, mas, com referência a seres humanos, observamos, em nossos dados, que há a distinção entre masculino e feminino, havendo, porém, não morfema, mas um item lexical específico para feminino e outro item lexical específico para masculino, conforme os exemplos abaixo:

(15)

Feminino

Masculino

a) sɛ:nɔ ‘mulher’

hɔjɛnɔ ‘homem’

b) jɛ:nɔ ‘esposa’

ĩ:ma ‘marido’

c) arunɔɛ ‘moça’

hɔmɔjhow ‘rapaz’

d) ẽ:nɔ ‘mãe’

haʔa ‘pai’

Há distinção semântica de gênero, também, como apontam os dados, em nomes como menino e menina e animais. Para tal, a língua faz uso dos adjetivos **hɔjɛnɔ** ‘macho’ e **sɛ:nɔ** ‘fêmea’, ocorrendo a distinção fêmea *versus* macho como apresentado por Payne (2001):

(16)

a) **sɛ:nɔ** kalivɔ:nɔ
fêmea criança
‘menina’

b) **sɛ:nɔ** tamuku
fêmea cachorro
‘cachorro fêmea’

c) **hɔjɛnɔ** kalivɔ:nɔ
macho criança
‘menino’

d) **hɔjɛnɔ** si:ni
macho onça
‘onça macho’

e) **sɛ:nɔ** kure
fêmea porco
‘porco fêmea’

3.2.1.3 Número

Butler e Ekdahl (1979, p. 35) apontam {-nɔɛ} e {-hikɔ} como pluralizadores da língua terena, em que {-nɔɛ} pluraliza sentenças na segunda pessoa e {-hikɔ} pluraliza sentenças na terceira pessoa.

Na análise dos dados coletados, constatamos que o pluralizador da língua é o clítico {-hikɔ} e que o morfema {-nɔɛ} corresponde a um sufixo que ocorre acompanhado apenas do pronome pessoal de segunda pessoa, ou seja, é um pluralizador pronominal. Assim, a segunda pessoa do plural é marcada não apenas pelo marcador de pessoa, mas também pelo marcador de pluralidade, {i:tsi + -nɔɛ}.

Segundo Butler e Ekdahl (1979, p. 110), a ocorrência de {-nɔɛ} em sentenças de terceira e primeira pessoas do plural caracteriza-o como um morfema coletivizador, porém, a ocorrência de {-nɔɛ} ‘coletivizador’ não foi encontrada em nossos dados.

As pesquisadoras permaneceram por vários anos na região de Taunay (a mesma em que foi realizado este trabalho), onde realizaram seus trabalhos missionários e estudos linguísticos. Assim, em outras regiões há uma variação no uso de {-hikɔ} e {-nɔɛ}. Na Aldeia Cachoeirinha, no município de Miranda/MS, como apontam os dados de Silva (2009), {-hikɔ} e {-nɔɛ} ocorrem livremente na função de pluralizadores em sentenças de segunda e terceira pessoas, divergindo das análises realizadas por Butler e Ekdahl (1979) e das que são aqui apresentadas.

O clítico {-hikɔ}, de acordo com nossas análises, pode ocorrer sufixado a determinadas palavras dependendo do que se deseja pluralizar.

Sufixado ao verbo (exemplo 17a) ou nome em função de objeto (exemplo 17b), {-hikɔ} pluraliza apenas o objeto.

(17)

a) $\varepsilon\eta\varepsilon\phi\omega$ =ne $h\omega j\eta\eta\omega$ $namuk\omega$ -tʃi **-hik\omega** $b\omega:la$
 enf =det homem pegar -durat -pl bola
 ‘O homem está pegando as bolas.’

b) $\varepsilon\eta\varepsilon\phi\omega$ =ne $h\omega j\eta\eta\omega$ $oje:k\omega$ -tʃi $s\epsilon:\eta\omega$ **-hik\omega**
 enf =det homem cozinhar -durat mulher -pl
 ‘O homem está cozinhando para as mulheres’.

O clítico {**-hik\omega**}, sufixado ao núcleo nominal na função de sujeito, pluraliza apenas o sujeito da sentença (exemplo 18):

(18) $\varepsilon\eta\varepsilon\phi\omega$ =ne $h\omega j\eta\eta\omega$ **-hik\omega** $oje:k\omega$ -tʃi $s\epsilon:\eta\omega$
 enf =det homem -pl cozinhar -durat mulher
 ‘Os homens estão cozinhando para a mulher’.

Para pluralizar todos os elementos da sentença, {**-hik\omega**} pode ocorrer junto ao núcleo do sujeito e ao objeto (Exemplo 19a), junto ao núcleo do sujeito e verbo (Exemplo 19b) ou junto ao núcleo do sujeito, verbo e objeto (Exemplo 19c).

(19)

a) $\varepsilon\eta\varepsilon\phi\omega$ =ne $h\omega j\eta\eta\omega$ **-hik\omega** $oje:k\omega$ -tʃi $s\epsilon:\eta\omega$ **-hik\omega**
 enf =det homem -pl cozinhar -durat mulher -pl
 ‘O homem está cozinhando para as mulheres’.

b) $\varepsilon\eta\varepsilon\phi\omega$ =ne $h\omega j\eta\eta\omega$ **-hik\omega** $isuko$ -tʃi **-hik\omega** $tamuku$
 enf =det homem -pl bater -durat -pl cachorro
 ‘Os homens estão batendo nos cachorros’.

c) $\varepsilon\eta\varepsilon\phi\omega$ =ne $h\omega j\eta\eta\omega$ **-hik\omega** $namuk\omega$ -tʃi **-hik\omega** $b\omega:la$ **-hik\omega**
 enf =det homem -pl pegar -durat -pl bola -pl
 ‘Os homens estão pegando as bolas’.

3.2.1.4. {-ke} locativo

Butler e Ekdahl (1979, p. 43) identificaram o morfema **-que**, esclarecendo sobre a forma o seguinte:

-Que equivale a várias preposições em língua portuguesa: *pi'aâti que cáxe* 'na terça-feira', *messácu que* 'na mesa', *óvongu que* 'a/em minha casa', *Miranda-que yónom* 'vou a Miranda', *Miranda-que ungópea* 'estou chegando de Miranda'.

-Que é usado mais comumente com topônimos, e raramente com nomes próprios de pessoa.

Em nossos dados, constatamos a existência do morfema **{-ke}**, que funciona na língua terena da forma descrita por Butler e Ekdahl (1979), porém, nesta pesquisa, consideramos o morfema **{-ke}** como locativo³⁷, pois, “expressa o lugar em que ocorre a ação”. (BORBA, 1973, p. 218).

(20)

a) òũõ pa:nãna-**ke**
1sg/morar banana-loc
'Eu moro na Aldeia Bananal'.

b) pi -h -o -tʃi -mo ihikaʃokutʃi-**ke** hojeno kalivo:mo
ir -t -real-durat-fut escola -loc homem criança
'O menino está indo para a escola'.

3.2.1.5 Prefixos verbalizadores: {kɔ-} e {i-}

A língua terena possui dois prefixos verbalizadores: **{i-}** e **{kɔ-}** e seu alomorfe **{ka-}**. Butler (1977) descreveu esses prefixos como formadores de verbos ativos e estativos, em que **{i-}** forma verbos estativos a partir de bases nominais

³⁷ A presença do morfema locativo, em terena, parece marcar caso locativo, como havia no latim, porém, as discussões sobre caso do terena são estudos a serem realizados em pesquisas futuras, em tese de doutoramento.

(exemplo 21)³⁸ e {**kɔ-**} forma verbos estativos (exemplo 22) e ativos (exemplo 23), também a partir de bases nominais.

(21) muyu ‘podre’ > imúyukoti ‘está podre’

(22)

a) îma ‘marido dela’ > ko’îmati ‘ela tem marido/ ela é casada’

b) pêyo ‘animal doméstico/de estimação’ > kopéyoti ‘ele tem um animal doméstico/de estimação’

(23) mohi ‘jogar’ > komóhiti ‘ele está jogando’

Neste trabalho, não tratamos os sufixos verbalizadores da mesma forma que Butler (1977) o faz em sua descrição. O uso e ambiente dos sufixos verbalizadores do terena são discutidos nos itens a seguir, a partir dos dados coletados na pesquisa que gerou esta dissertação, considerando, também, as discussões já realizadas por Butler (1977) e Butler e Ekdahl (1979).

(A) Prefixo {**i-**}

Segundo Butler (1977, p. 2), no processo de formação dos verbos a partir de prefixação de {**i-**}, afixa-se, também, à base nominal, “consoante de tema verbal /-k/ mais a vogal de tema verbal /-o/”.

Nos nossos dados, constatamos que o prefixo {**i-**} forma verbos a partir de bases adjetivas. Afixa-se, à base adjetiva, também um morfema temático, que pode ser {**-k**} (Exemplo 21a)³⁹ ou {**-ʃ**} (Exemplo 21b) e não apenas {**-k**}, como apresentado por Butler (1977), mais o sufixo *realis* {**-ɔ**}.

³⁸ Os exemplos (21), (22) e (23) são os exemplos utilizados por Butler (1977) para explicar os prefixos verbalizadores {**i-**} e {**kɔ-**}.

³⁹ A palavra **muju** ‘podre’ também é utilizada por Butler (1977) para exemplificar o verbalizador {**i-**}, como podemos ver no exemplo (24a), porém, em nossos dados, a palavra ocorre em sentença contextual e glosada, diferentemente do trabalho mencionado.

(24)

- a) muju ‘podre’ > i- muju -k -ɔ -tʃi ne hajtʃikɔtʃi
 vbzdor- podre -t -real -durat det fruta
 ‘A fruta está apodrecendo’.
- b) kɔtu ‘quente’ > i- kotu -ʃ-o -a: -tʃi nikɔkɔnɔtʃi ne sɛ:nɔ
 vbzdor-quente -t -real -3sg.obj-durat comida det mulher
 ‘A mulher está esquentando a comida.’

(B) Prefixo {kɔ-}

Segundo Butler (1977) e Butler e Ekdahl (1979), o morfema {kɔ-} verbaliza bases substantivas ou temas verbais, originando verbos ativos e estativos, como afirmado anteriormente.

Em nossas análises, constatamos que o prefixo {kɔ-} é usado para formar verbos a partir de bases nominais. Nesse processo, pode ocorrer ou não a sufixação de morfemas temáticos. O condicionamento da ocorrência dos morfemas temáticos está relacionado à função exercida por esses morfemas em determinada base verbal em coocorrência com o morfema verbalizador {kɔ-}. Butler (1977, p. 05) apontou que quando a consoante temática (o que aqui denominamos de morfema temático) ocorre em “companhia de /ko-/ ‘agentivo’, produz-se transitividade. Parece haver uma vinculação entre processo, ação e as consoantes de tema verbal e, portanto, entre estas e a transitividade”. Assim, de acordo com essa reflexão de Butler (1977) e com base em nossas análises, podemos concluir que, quando {kɔ-} dá origem a um verbo transitivo, no processo de verbalização, há, também, a sufixação de tema verbal mais sufixo de modo *realis*. No processo de verbalização, em que {kɔ-} gera um verbo intransitivo, não há a sufixação de morfema temático e sufixo de modo *realis* (Exemplo 26a).

Cabe ressaltar que, de acordo com nossas análises, a função de transitividade do morfema temático está relacionada ao processo de verbalização, e não foi encontrada nenhuma relação com a transitividade em verbos que não são resultados desse processo.

(25)

a) ipara ‘presente’

b) enepɔ =nɛ hɔjɛnɔ kɔ- jpara -ʃ -ɔ ʃuãrũ
 enf =det homem vbzdor- presente -t -real João
 ‘O homem presenteou João’.

(26)

a) arine ‘doença’⁴⁰

b) ka- arine -tʃi nɛ hɔjɛnɔ
 vbzdor- doença -durat det homem
 ‘O homem está adoecendo’.⁴¹

Observa-se que, no exemplo (25), o nome **ipara** ‘presente’, no processo de verbalização, dá origem ao verbo transitivo **kɔjparaʃɔ** ‘presentear’, o que justifica a sufiação de morfema temático mais morfema *realis*.

No exemplo (26), o nome **arine** ‘doença’ dá origem ao verbo intransitivo **ka:rinetʃi** ‘adoecer’, o que justifica a ausência do morfema temático.

O exemplo (26) demonstra que o morfema {**kɔ-**} possui o alomorfe {**ka-**}. Segundo Butler e Ekdahl (1979, p. 159),

[...] ocorre a forma *ca-* antes de substantivos cuja primeira vogal na terceira pessoa possuída é *a*: *cacáneti* ‘está com bichos/bichado/bichoso’ *câne* ‘o bicho dele’. A forma *co-* prefixa substantivos com primeira vogal que não seja *a*: *cohhépiti* ‘custamuito/é caro (tem preço)’, *hhêpi* ‘preço’.

Segundo nossos dados, diante de bases que se iniciam com a vogal **a**, será prefixada a forma {**ka-**} e, diante de outras vogais e consoantes, prefixa-se a forma {**kɔ-**}

⁴⁰ A palavra “doença” presente no exemplo (26), extraído de nossos dados, também está presente nos exemplos de Butler e Ekdahl (1979): **arine** ‘doença dele’ > **ca’arineti** ‘está doente’.

⁴¹ No exemplo (26b), a base verbal inicia-se com **a**; assim, a presença do prefixo {**ka-**} levará a um alongamento da vogal, que não foi apresentado acima para que o leitor possa verificar a presença do sufixo verbalizador. Portanto, no ato de fala, a sentença (26b) ficará **ka:rinetʃi nɛ hɔjɛnɔ**.

b) məkərə ‘surdo’ > məkərə -ʃ -ɔ nə həjənɔ
 suda -t -real det homem
 ‘O homem ficou surdo’.

c) iriko ‘rico’ > iriko -ʃ -ɔ nə sɛ:nɔ
 rico -t -real det mulher
 ‘A mulher ficou rica’.

3.2.2 Pronomes

O pronome, de acordo com Kroeger (2005, p. 135), pode ter significado relacionado ao contexto ou situação do discurso, de modo que a interpretação semântica de pronomes não é fixa, mas depende muito do contexto de uso, ou seja, de quem está falando, a quem se fala, em que ocasião se fala, entre outras informações. Assim, um pronome pode remeter a pessoa, objeto, tempo e lugar no discurso.

Os pronomes podem ocorrer como formas livres ou independentes ou ainda como formas presas ou dependentes. Mattoso Câmara Jr. (1989, p. 100) afirma que “se não se dá a bifurcação fonética entre a forma presa e a livre, a distinção entre uma e outra é às vezes um problema delicado de análise lingüística”. Isso se dá, segundo o autor, pelo fato de muitas formas presas de morfemas, em várias línguas, terem origem de formas livres.

De acordo com Mattoso Câmara Jr. (1989, p. 100), cabe fazer a diferenciação “entre morfemas que na estrutura lingüística atual são vocábulos, porque dela se depreendem como formas dependentes [...], e morfemas que na estrutura lingüística atual são segmentos de vocábulo, ou afixos, porque dela emergem como formas presas”.

Segundo Givón (1984, p. 83), as formas presas tendem a ser ligadas ao verbo, ocorrendo como pronomes-sujeito (exemplo 30a) ou objeto (exemplo 30b), ou aos nomes, ocorrendo como pronomes possessivos (exemplo 30c).

(30)

a) Língua Yagua (PAYNE, 2001, p. 43)

sa- murrááy

3SG-sing

‘He sings.’

‘Ele canta.’

b) Língua Quechua (SCHACHTER, 1992, p. 26)

maqa-ma-nki

hit -me -you

‘You hit me.’

‘Você me bateu.’

c) Língua Ute (Uto-Aztecan em GÍVON, 2001, p. 98)

pía -n

mother-my

‘My mother.’

‘Minha mãe.’

Na língua terena, há ocorrência de formas pronominais livres e presas. As formas livres são os pronomes demonstrativos e indefinidos. As formas presas são os pronomes objetos e de concordância com o objeto. Os pronomes pessoais e possessivos ocorrem com as formas livres e presas.

No caso dos pronomes pessoais e possessivos, observa-se nos dados coletados e analisados para esta pesquisa, maior ocorrência de formas presas, o que parece não estar condicionado a regras, com exceção da primeira pessoa do plural, que deve ocorrer com forma livre diante de algumas formas nominais ou verbais. Isso será explicado nos itens específicos sobre formas pronominais presas, pessoais e possessivas.

3.2.2.1 Pronomes pessoais

As formas pronominais pessoais livres da língua terena identificadas nos dados coletados para esta pesquisa também foram identificadas anteriormente, em 1968, por Eastlack. Assim, os dados coletados e analisados neste trabalho confirmam o que

esse autor identificou há 42 anos, com algumas ressalvas e novas análises morfológicas, que são apresentadas no decorrer da descrição.

Eastlack (1968) identificou as seguintes formas pronominais pessoais livres⁴² em terena: **ûndi** ‘eu’, **îti** ‘você’, **ûti** ‘nós’, e os pluralizadores, que classificou de opcionais, **-noe** e **-hiko**. Segundo o autor, “a ausência de uma forma de primeira ou segunda pessoa indica referência à terceira pessoa”. (EASTLACK, 1968, p. 2).

Butler e Ekdahl (1979) não apresentaram as formas pronominais pessoais livres, atendo-se apenas às explicações sobre as formas pronominais pessoais presas.

A língua terena, de acordo com a análise dos dados coletados para esta pesquisa, possui os seguintes pronomes pessoais livres: {**û:dʒi**} ‘1sg’; {**itʃi**} ‘2sg’; {**ø**} ‘3sg’; {**u:tʃi**} ‘1pl’; {**itʃi + -noe**} ‘2pl’; e, {**ø + -hiko**} ‘3pl’.⁴³

Payne (2001, p. 45) afirma que pode ocorrer distinção de número em nomes e pronomes. A distinção mais comum é singular *versus* plural e a menos comum, singular, dual e plural, havendo línguas que apresentam mais distinções, porém são sistemas raros.

De acordo com Butler e Ekdahl (1979, p. 20), a língua terena possui distinção de número na primeira pessoa. Assim, podemos observar, em nossos dados, considerando também Eastlack (1968) e a observação de Butler e Ekdahl: {**û:dʒi**} marca a primeira pessoa do singular e {**u:tʃi**}, a primeira pessoa do plural.

(31)

a) **û:dʒi** ɔje:kɔ
1sg cozinhar
‘Eu cozinho(ei)’.

b) **u:tʃi** ɔje:kɔ
1pl cozinhar
‘Nós cozinhamos’.

⁴² As formas pronominais pessoais livres são apresentadas na forma ortográfica e glosadas, como na descrição de Eastlack (1968).

⁴³ As formas presas dos pronomes pessoais são explicadas no item 4.1.1.2. do Capítulo IV por fazerem parte da morfologia verbal.

No que concerne aos pronomes de segunda e terceira pessoas do plural, Butler e Ekdahl (1979, p. 35) afirmam que ocorrem quando a marca de plural vem sufixada ao verbo, sendo {-**nɔɛ**}, para a segunda pessoa, e {-**hiko**} para a terceira pessoa, contrariando a descrição de Eastlack (1968), para quem os morfemas pluralizadores {-**nɔɛ**} e {-**hiko**} podem ocorrer tanto com o pronome de segunda pessoa quanto com o de terceira pessoa. As análises dos dados coletados apontaram que {-**nɔɛ**} ocorre com pronome de segunda pessoa e {-**hiko**} ocorre com pronome de terceira pessoa, ratificando as conclusões de Butler e Ekdahl (1979), conforme exemplos abaixo:

(32)

- a) **i:ɬfi** ɔje:kɔ
 2sg cozinhar
 ‘Você cozinha(ou)’.
- b) **i:ɬfi** ɔje:kɔ **-nɔɛ**
 2pl cozinhar -pl
 ‘Vocês cozinham’.

(33)

- a) ɔje:kɔ
 3sg/cozinhar
 ‘Ele cozinha(ou)’.
- b) ɔjekɔɬfi **-hiko**
 3pl/cozinhar -pl
 ‘Eles cozinham(ram)’.

3.2.2.2 Os pronomes possessivos

Os pronomes possessivos em terena, como identificado por Eastlack (1968) e Butler e Ekdahl (1979), podem manifestar-se como formas livres e presas, ambas

similares às formas pronominais pessoais. Essas linguistas não explicaram as razões de os pronomes ocorrerem nas formas livres ou presas na língua.

A partir da análise dos dados coletados para esta pesquisa e em diálogos com os falantes da língua, identificamos que a ocorrência de formas livres ou presas está condicionada à característica morfológica aglutinante da língua terena. Em contexto de uso, o falante utilizará maior porcentagem de formas pronominais presas e menor porcentagem de formas livres. O uso fica a critério do contexto de fala, visto que uma mesma palavra pode ser usada com a forma pronominal possessiva livre ou presa, como podemos observar nos exemplos (34) e (32). A única exceção é a primeira pessoa do plural, que pode ocorrer na forma presa apenas com bases nominais iniciadas por vogais (Exemplo 35c), e a terceira pessoa do singular, que é representada por um morfema { $\emptyset$ } (Exemplos 34c e 35d).

(34)

Pronome livre	Pronome preso
a) $\text{ʃe:ʃa} \text{ } \ddot{u}:dʒi$ filho 1sg.poss “Meu filho”	$nʒe:ʃa$ 1sg.poss/filho “Meu filho”
b) $\text{ʃe:ʃa} \text{ } i:tʃi$ filho 2sg.poss “Seu filho”	$ʃi:ʃa$ 2sg.poss/filho “Seu filho”
c) --	ʃe:ʃa 3sg.poss/filho “Filho dele”
d) $\text{ʃe:ʃa} \text{ } u:tʃi$ filho 1pl.poss “nosso filho”	--

(35)

Pronome preso	Pronome livre
a) $\ddot{o}\ddot{u}\ddot{o}\ddot{n}gu$ 1sg.poss/casa “Minha casa”	$owoku \text{ } \ddot{u}:dʒi$ casa 1sg “Minha casa”
b) j- owoku 2sg.poss- casa “Sua casa”	$owoku \text{ } i:tʃi$ casa 2sg “Tua casa”
c) v- owoku 1pl.poss- casa “Nossa casa”	$owoku \text{ } u:tʃi$ casa 1pl.poss “Nossa casa”
d) owoku 3sg.poss/casa “Casa dele”	--

3.2.2.3 Pronomes demonstrativos/determinantes

Eastlack (1968) identificou dois pronomes demonstrativos na língua terena, **ne** e **ra**, ocorrendo em próclise com um substantivo. Segundo o autor, os demonstrativos são pronomes clíticos; **ra** é utilizado para referir-se a objetos perto do falante e **ne** é vago em referência espacial, sendo necessário usar de advérbios para uma maior precisão de referência dessa ordem. Para Eastlack (1968), o demonstrativo clítico

também ocorre em ênclise com a forma adjetiva **enepo-**, originando adjetivos demonstrativos.

Os pronomes demonstrativos, conforme Butler e Ekdahl (1979), são **ra** ‘este’, **ne** ‘esse/aquele’ e **neco** ‘aquele’. Segundo as linguistas, “quando qualquer dos demonstrativos que começam com *ra* ou *ne* (inclusive *neco*) ficar em posição inicial na cláusula, é obrigatório ser precedido de **enepo** ‘ênfase’”. (BUTLER; EKDAHL, 1979, p. 164).

Butler, em 2003, faz uma nova análise dos morfemas **ne**, **ra** e **neco**:

Em Terena, a classe dos determinantes definidos é composta pelo artigo definido *ne* junto com dois demonstrativos, *ra* 'este/esta' (perto do falante espacialmente, ou de destaque no contexto do discurso) e *neko* 'aquele/aquela' (mais distante no tempo, ou no uso do discurso, com força demonstrativa em relação a uma referência anterior). Considerando que *ra* tem significado lexical de *proximidade espacial* (física ou no discurso com relação à referência anterior) e *neko* tem característica lexical de *mais afastamento no tempo* (entre real ou tempo do discurso), *ne* não possui nenhuma dessas características lexicais, assim é, neste sentido, o membro neutro do conjunto.⁴⁴ (BUTLER, 2003, p. 3) [grifos da autora].

Na análise dos dados coletados para esta pesquisa, identificamos os pronomes demonstrativos **ne**, **ra** e **neko**, também identificados por Eastlack (1968), Butler e Ekdahl (1979) e Butler (2003).

Muitas discussões têm sido realizadas sobre **ne**, **ra** e **neko** no que concerne às suas funções. Butler (2003), como apontado anteriormente, considera **ne** artigo definido e **ra** e **neko** pronomes demonstrativos, sendo todos determinantes, enquanto Eastlack (1968) e Butler e Ekdahl (1979) consideram todos esses morfemas como pronomes demonstrativos.

Os falantes da região de Taunay, campo desta pesquisa, afirmam que, quando utilizam os morfemas **ne**, **ra** e **neko**, eles estão pensando em pronome

⁴⁴ In Terena, the class of definite determiners is made up of the definite article *ne* along with two demonstratives, *ra* 'this' (near the speaker spatially, or prominent in the discourse context) and *neko* 'that' (more remote in time, or in discourse use, demonstrative force with respect to a previous referent). Whereas *ra* has a lexical feature of spatial nearness (either physical or in discourse with respect to prior reference) and *neko* has a lexical feature of more remoteness in time (either actual or discourse time), *ne* has neither of these lexical features, so is, in this sense, the neutral member of the set.

demonstrativo. Porém, falantes da Comunidade Cachoeirinha, em Miranda/MS, afirmaram usar o morfema **nɛ** como artigo definido, não pensando em pronomes demonstrativos, sendo estes últimos apenas os morfemas **ra** e **nɛkɔ**. Essa variação lingüística entre comunidades terena necessita ser estudada aprofundadamente. Portanto, de acordo com as nossas análises e informações dos falantes da língua que residem na comunidade em que este trabalho foi realizado, consideramos os morfemas **nɛ**, **ra** e **nɛkɔ** pronomes demonstrativos e, como também identificado por Butler (2003), determinantes da língua terena.

Segundo Payne (2001, p. 102), “alguns lingüistas usam o termo determinante para se referir a formativos como o/a e um/a. Este termo inclui geralmente também quantificadores [...], numerais, possessivos, bem como demonstrativos”⁴⁵.

Gívon (1984, p. 97) afirma que os determinantes são operadores com funções e comportamento morfossintático específicos no sintagma nominal; muitos deles são morfemas gramaticais não acentuados, cliticizados sobre o substantivo ou sintagma nominal. Assim, segundo o autor, os demonstrativos são geralmente não acentuados e cliticizados quando na função de determinantes, assemelhando-se a artigos e outros determinantes.

O pronome demonstrativo {**nɛ**} ‘aquele(a)’ aponta algo não visualizado pelo falante, ou seja, como afirmam Eastlack (1968) e Butler (2003), é vago em referência espacial.

(36)

a) vanɛʃɔ -tʃi pe:ʃow **nɛ** hojɛnɔ
comprar -durat feijão det homem
‘Aquele homem está comprando feijão’.

b) mare -k -ɔ -tʃi nakaku **nɛ** hojɛnɔ
arrancar -t -real-durat arroz det homem
‘Aquele homem está arrancando arroz’.

⁴⁵ Some linguists use the term determiner to refer to formatives like the and a(n). This term usually also includes quantifiers [...], numerals, possessors, as well as demonstratives.

O pronome demonstrativo {**ra**} ‘este(a)’ aponta algo próximo ao falante, como definido por Butler e Ekdahl (1979, p. 164), Eastlack (1968) e Butler (2003).

(37)

a) vanɛʃɔ -tʃi pe:ʃow **ra** hojɛno
comprar -durat feijão det homem
‘Este homem está comprando feijão’.

b) tɛtu -k-ɔ -nɛ nãũ vaka **ra** sɛ:ɲo
cortar -t -real-concl carne vaca det mulher
‘Esta mulher cortou a carne de vaca’.

O pronome demonstrativo {**neko**} ‘aquele(a)’ aponta algo localizado muito afastado do falante no tempo, como afirmado por Butler (2003).

(38) vanɛʃɔ -tʃi pe:ʃow **neko** hojɛno
comprar -durat feijão det homem
‘Aquele homem estava comprando feijão’.

Conforme identificado por Eastlack (1968), Butler Ekdahl (1979) e Butler (2003) e constatado em nossos dados, quando o pronome demonstrativo ocorre no início da sentença, há a necessidade de usar o morfema {**enepɔ**}. Para Eastlack (1968), como mencionado no parágrafo inicial deste item, o pronome demonstrativo é um clítico⁴⁶ que ocorre em ênclise com a forma **enepo-**, considerada pelo linguista uma forma adjetiva, originando, assim, adjetivos demonstrativos. Com relação à afirmação de Eastlack (1968), concordamos que os demonstrativos são clíticos, porém {**enepɔ**} não é uma forma adjetiva e sim uma forma de topicalização, como afirmado por Butler e Ekdahl

⁴⁶ Segundo Payne (2001, p. 22), clítico é um morfema que funciona vinculado a um nível frasal ou clausal, mas que se liga fonologicamente a alguma outra palavra, conhecida como base. Clíticos cláusula-nível se ligam frequentemente ao primeiro ou último elemento de uma cláusula, se esse elemento é um substantivo, verbo, advérbio, auxiliar, ou qualquer outra classe de palavra. Se o clítico ocorre no primeiro elemento, ele pode ocorrer antes ou depois desse elemento. De acordo com Gívon (2001, p. 54), a diferença entre flexão, afixo e clítico é essencialmente diacrônica, tendo a ver com a “idade” do morfema. A primeira etapa formal no surgimento de um morfema de uma palavra lexical é o de cliticização, segundo o qual o novo morfema é des-acentuado e anexado a uma palavra lexical adjacente dentro da construção onde ele surge (ver HEINE et al. 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; e GIVÓN 1971a, 1999).

(1979) e Butler (2003), pois, de acordo com Foley e Van Valin (1992, p. 355), “topicalização e deslocamento à esquerda envolvem a ocorrência de um tópico externo NP seguido por uma sentença que se relaciona com ele de alguma forma”⁴⁷. Foley e Van Valin (1992, p. 356), concordando com Keenan e Schieffelin (1976) e Duranti e Ochs (1979), afirmam que “as funções primárias dessas construções são introduzir novos referentes em um discurso ou reintroduzir um referente que foi introduzido anteriormente, mas que não foi mencionado no discurso imediatamente anterior”⁴⁸.

Assim, considerando os apontamentos de Foley e Van Valin (1992) e de acordo com a análise de nossos dados, pudemos constatar que o morfema {**enepɔ**} é marca de topicalização que deve acompanhar pronomes demonstrativos em sentenças de ordem SVO (Sujeito, Verbo, Objeto). Todas as vezes em que {**enepɔ**} aparecer na sentença, os pronomes demonstrativos serão cliticizados a tal morfema, o que se justifica por ser o terena uma língua aglutinante, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(39)

a) **enepɔ =ra** ho:jeɲɔ nɔ: pe:ʃow
 enf =det homem plantar feijão
 ‘Este homem planta/plantou feijão’.

b) **enepɔ =neko** ho:jeɲɔ nɔ: pe:ʃow
 enf =det homem plantar feijão
 ‘Aquele homem planta/plantou feijão’.

c) **enepɔ =ne** ho:jeɲɔ nɔ: pe:ʃow
 enf =det homem plantar feijão
 ‘Aquele homem planta/plantou feijão’.

⁴⁷ [...] topicalization and left-dislocation involve the occurrence of an external topic NP followed by a sentence which relates to it in some way.

⁴⁸ [...] the primary functions of these constructions are to introduce new referents into a discourse or to reintroduce a referent which was previously introduced but which has not been mentioned in the immediately preceding discourse.

3.2.2.4 Pronomes indefinidos

Os pronomes indefinidos, de acordo com as análises dos dados coletados para esta pesquisa, ocorrem com as seguintes formas morfológicas: {**ape**} ‘algum(a)/alguém’ (exemplo 40a e b) e {**hew**} ‘todos(as)/tudo’ (exemplos 40c e d).

(40)

a) **ape** nɔ: pe:ʃow
 ind plantar feijão
 ‘Alguém está plantando feijão’.

b) **ape** vaneʃɔ erepenɔʃi
 ind comprar camisa
 ‘Alguém comprou a camisa’.

c) **hew** koj -tʃi -mɔ ehako -p -ew ovoku -ke
 ind aux -durat -fut correr -2sg.obj -? casa -loc
 ‘Todos estarão correndo para suas casas.’

d) **hew** koɛ imɔkja
 ind aux dormir
 ‘Todos dormem/dormiram.’

Cabe registrar que, como se pode observar nos exemplos acima, as formas morfológicas {**ape**} e {**hew**} sempre ocorrem na posição inicial na sentença caracterizada por uma ordem SVO (Sujeito Verbo Objeto), sugerindo uma “regra natural” dessa posição em uma língua em cujas sentenças predomina a ordem VOS (Verbo Objeto Sujeito). Assim, pode-se constatar que, nessa ocorrência dos pronomes indefinidos, há uma topicalização, visto que, na língua terena, a ordem SVO é topicalizadora.

3.2.2.5 Palavras interrogativas

Eastlack (1968) identificou as seguintes palavras interrogativas: **na yé'aaye** 'quantos', **na** 'onde?/quando?', **kuti** 'quem?', **kuti itukóvo** 'quem?' e **kuti itukoa** 'de quem?'. Os exemplos usados por Eastlack são:

(41)

- a) na yé'aaye še'éša? 'Quantos filhos ele tem?'
- b) na yonópo? 'Onde é que ele vai?/Quando é que ele vai?'
- c) kuti koépeko šoáum? 'O que (quem) fez João matar?'
- d) kuti itukóvo koépeko šoáum? 'Quem João matou?'
- e) kuti ituko énepora yutošópeti? 'De quem é este lápis?'

Butler e Ekdahl (1979, p. 190) identificaram, como palavras interrogativas, **na'aye** 'quando?' e **na** e **cuti**, que, segundo as linguistas, são usados em "perguntas que requerem resposta de informação específica, como 'quem', 'por que', 'quando', etc."

Os exemplos (42) são de Butler:

(42)

- a) na/ná'aye oyé'equea? 'quando cozinha/conzinhou?'
- b) na yóno? 'onde foi?'
- c) cuti pihíno? 'por causa de que ele foi?'
- d) cuti coéneeye ne xapâu? 'Com que parece o mamão?'

Nos dados analisados, identificamos as seguintes palavras interrogativas na língua terena: **na:ko** 'onde'; **na:aje** 'quando'; **kutji** 'quem'; **kutjitukowo** 'qual'; **na:je?aj** 'quantos'; e, **nakutji** 'por que'.

A palavra interrogativa **na:ko** 'onde?' interroga espaço.

(43)

- a) **na:ko** nɛ ʃoã:ũ
 qu det João
 ‘Onde está João?’

- b) **na:ko** nɛ hojɛno
 qu det homem
 ‘Onde está aquele homem?’

A palavra **na:aje** ‘quando?’, também identificada por Butler e Ekdahl (1979, p. 129), interroga tempo.

(44)

- a) **na:aje** vaneʃja nakaku nɛ hojɛno
 qu comprar arroz det homem
 ‘Quando o homem compra/comprou arroz?’

- b) **na:aje** imɔkja nɛ kalivɔ:no
 qu dormir dem criança
 ‘Quando a criança dorme/dormiu?’

Em nossas análises, a partir dos dados coletados para esta pesquisa, identificamos que a palavra interrogativa **kutʃi** ‘Quem?’ interroga sobre seres humanos, ao contrário do que afirmam Butler e Ekdahl (1979, p. 179), para quem tal palavra “é usada para significar perguntas variadas”.

(45)

- a) **kutʃi** isukwa tamuku
 qu bater cachorro
 ‘Quem bateu no cachorro?’

- b) **kutʃi** vanɛʃwa ne vaka
 qu comprar det vaca
 ‘Quem comprou a vaca?’

A palavra interrogativa **kutʃitukowo** ‘qual?’ interroga sobre seres vivos, com exceção de humanos. Essa palavra foi identificada por Eastlack (1968) e grafada **kuti itukóvo** ‘quem?’, interrogando sobre seres humanos, o que não se confirma em nossas análises:

(46)

- a) **kutʃitukowo** merakaja -na
 qu 2sg.poss/gato -posse
 ‘Qual é o seu gato?’

- b) **kutʃitukowo** kamɔ ʃuʃapatʃi
 qu cavalo rápido
 ‘Qual cavalo é rápido?’

Em nossos dados, **na:jeʔaj** ‘quantos?’ interroga sobre quantidade, como também identificado por Eastlack (1968), que apresenta a palavra na forma ortográfica **na yé’aaye** ‘quantos?’, divergindo de nossa transcrição, que considera a existência do prolongamento das vogais.

(47)

- a) **na:jeʔaj** ku:ɾɛ venɛw
 qu porco 2sg/vender
 ‘Quantos porcos você comprou?’

- b) **na:jeʔaj** ne ʃi:ʃa
 qu det 2sg.poss/filho
 ‘Quantos filhos você tem?’

Nas análises dos dados, identificamos a palavra interrogativa **nakutʃi** ‘por que?’, que interroga sobre motivos, argumentos.

(48)

a) **nakutʃi** veneʃe -nɛ ra kamɔ
 qu 2sg/comprar -concl det cavalo
 ‘Por que você comprou esse cavalo?’

b) **nakutʃi** isukina tamuku nɛ hoʃɛno
 qu bater cachorro det homem
 ‘Por que o homem bateu no cachorro?’

Como explanado neste capítulo, pode-se verificar que o terena apresenta morfologia nominal caracterizada pela presença de verbalizadores, marcadores de posse, itens lexicais para distinção de gênero feminino e masculino e pluralizadores, que possibilitaram reconhecer o nome na língua. Verificou-se, também, uma variedade considerável de pronomes, como pessoais, possessivos, indefinidos, assim como palavras interrogativas e determinantes.

Assim, considerando os morfemas que circundam o nome, apresentamos o seguinte quadro da estrutura morfológica nominal terena:

Quadro 01: Estrutura morfológica nominal do terena⁴⁹.

-2	-1	Raiz	+1	+2	+3
kɔ- ‘verbalizador’	Formas presas dos pronomes possessivos		-na ‘posse’		-hikɔ ‘pluralizador’
i- ‘verbalizador’			-ke ‘locativo’		
			-ʃ ‘consoante temática’	-ɔ ‘realis’	

⁴⁹ Observa-se que neste quadro apresentamos a posição dos afixos que se ligam ao nome em terena, portanto, considerando os processos de verbalização da língua dispomos, também, os afixos que caracterizam tal processo.

Considerando o fato de a língua terena ser objeto de estudos missionários e acadêmicos anteriores a esta pesquisa, apresentamos abaixo um quadro contrapondo os aspectos já descritos nos trabalhos anteriores e os aspectos inéditos apresentados nesse capítulo sobre o nome em terena.

Quadro 02: O nome em terena: os trabalhos anteriores e as identificações de Rosa (2010).

	Eastlack (1968)	Butler (1977)	Butler e Ekdahl (1979)	Butler (2003)	Rosa (2010) ⁵⁰
Tipologia Morfológica	-	-	-	-	*Classifica como uma língua aglutinante
Tipologia sintática	-	-	-	-	* Identificou: a ordem fixa VOS; ordem sintática enfática SVO; e ordem sintática com pronominais VSO.
Nomes	-	-	-	-	*Caracterização morfológica: por meio de morfemas que ocorrem ligados somente ao nome: os morfemas verbalizadores {ko-}, {i-}; de posse {-na}; de locativo {-ke} e as formas pronominais possessivas presas de primeira e segunda pessoas do singular e primeira pessoa do plural. *caracterização sintática: o nome ocorre na função de sujeito, como núcleo do

⁵⁰ Referência as descrições realizadas nessa dissertação.

					sujeito, e na posição complemento do verbo, na função de objeto
Posse	-	-	*Identificaram posse alienável/inalienável. *Inalienável: itens lexicais que estão intimamente relacionados a seres humanos, como termos de parentesco, partes do corpo e objetos pessoais. *Alienável: marcada pelo morfema {-na}, ocorre em nomes relacionados à fauna, à flora, a empréstimos lexicais, a objetos e instrumentos.	-	*Constatou posse alienável/inalienável. * Os nomes possuídos inalienavelmente são não-marcados. Em tais itens são usados os pronomes possessivos para apenas especificar o possuidor. *Constatou o morfema {-na} como marcador de posse alienável. Na ausência de argumentos nominais na função de possuidor, o morfema {-na} sempre ocorrerá com pronome possessivo, para qualquer pessoa gramatical.
Gênero	-	-	* Afirmam não haver distinção de gênero na gramática Terena.	-	* Constatou não haver marcação de gênero em pronominais; * Com referência a seres humanos há a distinção entre masculino e feminino, havendo, porém, não morfema, mas um item lexical específico para feminino e outro item lexical específico

					para masculino; * Há distinção semântica de gênero, também, em nomes como menino e menina e animais, fazendo uso dos adjetivos hojeno ‘macho’ e semo ‘fêmea’.
Número	-	-	*Apontam {-nɔɛ} e {-hiko} como pluralizadores da língua terena, em que {-nɔɛ} pluraliza sentenças na segunda pessoa e {-hiko} pluraliza sentenças na terceira pessoa.	-	*Constatou que o pluralizador da língua é o clítico {-hiko} e que o morfema {-nɔɛ} corresponde a um sufixo que ocorre acompanhado apenas do pronome pessoal de segunda pessoa, ou seja, é um pluralizador pronominal; * Identificou que o clítico {-hiko} pode ocorrer sufixado a determinadas palavras dependendo do que se deseja pluralizar: a) Sufixado ao verbo ou nome em função de objeto pluraliza apenas o objeto; b) sufixado ao núcleo nominal na função de sujeito, pluraliza apenas o sujeito da sentença; e c) para pluralizar todos os elementos da sentença pode ocorrer junto ao núcleo do sujeito e ao objeto, junto ao núcleo do

					sujeito e verbo ou junto ao núcleo do sujeito, verbo e objeto.
{-ke}	-	-	*Identificaram-no como marcador de várias preposições correspondentes a língua portuguesa.	-	* Identificou como morfema locativo por expressar o lugar em que ocorre a ação.
{kɔ-}	-	*Identificou-o como formador de verbos estativos e ativos a partir de bases nominais.	*Identificaram que o morfema {kɔ-} verbaliza bases substantivas ou temas verbais, originando verbos ativos e estativos.	-	*Constatou que o prefixo {kɔ-} é usado para formar verbos a partir de bases nominais. Nesse processo, pode ocorrer ou não a sufixação de morfemas temáticos. *Conclui que, quando {kɔ-} dá origem a um verbo transitivo, no processo de verbalização, há, também, a sufixação de tema verbal mais sufixo de modo <i>realis</i>. No processo de verbalização, em que {kɔ-} gera um verbo intransitivo, não há a sufixação de morfema temático e sufixo de modo <i>realis</i>.
{i-}	-	*identificou-o como formador de verbos estativos a partir de bases nominais. *no processo de formação dos verbos a partir	-	-	* constatou que o prefixo {i-} forma verbos a partir de bases adjetivas. Afixa-se, à base adjetiva, também um morfema temático, que

		de prefixação de {i-}, afixa-se, também, à base nominal, “consoante de tema verbal /-k/ mais a vogal de tema verbal /-o/”			pode ser {-k} ou {-ʃ} e não apenas {-k}, como apresentado por Butler (1977), mais o sufixo <i>realis</i> {-ɔ}
{-ʃ + -ɔ}	-	*Identificou como processo verbalizador.	*Identificaram como processo verbalizador.	-	*Constatou que bases adjetivas e nominais podem ser verbalizadas sufixando-se às bases o morfema temático {-ʃ} mais o sufixo <i>realis</i> {-ɔ}.
Pronomes pessoais livres	*Identificou as formas pronominais livres: ûndi ‘eu’, îti ‘você’, ûti ‘nós’, e os pluralizadores, que classificou de opcionais, -noe e -hiko .	-	-	-	* Constatou a ocorrência dos seguintes pronomes pessoais livres: {û:dʒi} ‘1sg’; {i:ʃi} ‘2sg’; {ø} ‘3sg’; {u:ʃi} ‘1pl’; {i:ʃi + -noe} ‘2pl’; e, {ø + -hiko} ‘3pl’.
Pronomes possessivos	*Identificou que os pronomes possessivos podem se manifestar nas formas livres ou presas, ambas similares às formas pronominais pessoais.	-	*Identificou que os pronomes possessivos podem se manifestar nas formas livres ou presas, ambas similares às formas pronominais pessoais.	-	*Identificou que a ocorrência de formas livres ou presas está condicionada à característica morfológica aglutinante da língua terena. Em contexto de uso, o falante utilizará maior porcentagem de formas pronominais presas e menor porcentagem de formas livres. O uso fica a critério do contexto de fala, visto que uma mesma palavra pode ser usada com a

					forma pronominal possessiva livre ou presa. * A única exceção é a primeira pessoa do plural, que pode ocorrer na forma presa apenas com bases nominais iniciadas por vogais (Exemplo 34c), e a terceira pessoa do singular, que é representada por um morfema { $\emptyset$ }.
Pronomes demonstrativos/determinantes	*Identificou os pronomes demonstrativos ne e ra, ocorrendo em próclise com um substantivo. Segundo o autor, os demonstrativos são pronomes clíticos; ra é utilizado para referir-se a objetos perto do falante e ne é vago em referência espacial. *O demonstrativo clítico também ocorre em ênclise com a forma adjetiva enepo-, originando adjetivos demonstrativos	-	*Identificou os demonstrativos: ra ‘este’, ne ‘esse/aquele’ e neco ‘aquele’. *Segundo as linguistas, “quando qualquer dos demonstrativos que começam com <i>ra</i> ou <i>ne</i> (inclusive <i>neco</i>) ficar em posição inicial na cláusula, é obrigatório ser precedido de enepo ‘ênfase’”.	*Classifica-os como determinantes definidos do terena sendo: <i>ne</i> artigo definido junto com dois demonstrativos, <i>ra</i> ‘este/esta’ (perto do falante espacialmente, ou de destaque no contexto do discurso) e <i>neko</i> ‘aquele/aquela’ (mais distante no tempo, ou no uso do discurso, com força demonstrativa em relação a uma referência anterior)	*Identificou os pronomes demonstrativos ne, ra e neko. *Considera os morfemas ne, ra e neko pronomes demonstrativos e determinantes da língua terena. *Quando o pronome demonstrativo ocorre no início da sentença, há a necessidade de usar o morfema {enepo}. *Constataram que o morfema {enepo} é marca de topicalização que deve acompanhar pronomes demonstrativos em sentenças de ordem SVO (Sujeito, Verbo, Objeto).

Pronomes Indefinidos	-	-	-	-	*Identificou as formas morfológicas: { ape } ‘algum(a)/alguém’ e { hew } ‘todos(as)/tudo’.
Palavras interrogativas	*Identificou as seguintes palavras interrogativas: na yé’aaye ‘quantos’, na ‘onde?/quando?’, kuti ‘quem?’, kuti itukóvo ‘quem?’ e kuti itukoa ‘de quem?’	-	*Identificaramas palavras interrogativas, na’aye ‘quando?’ e na e cuti usadas em perguntas que requerem resposta de informação específica, como ‘quem’, ‘por que’, ‘quando’, etc.	-	*Identificou as palavras interrogativas: na:ko ‘onde’; na:aje ‘quando’; kutʃi ‘quem’; kutʃitukowo ‘qual’; na:jeʔaj ‘quantos’; e, nakutʃi ‘por que’.

Diante dessas informações, é possível compreender outros aspectos morfológicos, que são apresentados no capítulo a seguir: os morfemas verbais.

CAPITULO IV: OS MORFEMAS VERBAIS DO TERENA

Considerando a classificação da tipologia morfológica e sintática do terena como importante subsídio para visualizar e compreender o verbo, este capítulo tem o objetivo de apresentar uma descrição da morfologia verbal da língua terena, tendo como suporte teórico as obras de Givón (1984, 2001), Haan (2009), Payne (2001), Shopen (1992), Bhat (1999), Comrie (1985, 1976), Palmer (2001), entre outros.

4.1 Verbos: considerações teóricas

O verbo, de acordo com Schauchter (1992, p. 9), “é o nome dado a classe da parte do discurso em que ocorre a maioria das palavras que expressam ação, processos e similares”. Outra definição compatível a essa é a apresentada por Givón (1984, p. 64):

o verbo tende a reunir experiências com menor estabilidade temporal, particularmente estados transitórios, eventos e ações. Assim, os verbos podem expressar mudanças extremamente rápidas, ou processos que possam ter certa duração e até mesmo estado relativamente mais estável. Ou seja, de forma simplificada, os verbos cobrem um determinado intervalo da escala de estabilidade temporal⁵¹ [Tradução nossa].

Givón (1984, p. 64) aponta que a caracterização morfológica é tudo que se “refere aos principais sub-sistemas que aglomeram-se em torno do verbo, como tempo, modo e aspecto; negativos; pronominais; transitividade; di-transitividade; entre outros”.

⁵¹ the verb tends to accumulate experience with lower temporal stability, particularly transient states, events and actions. Thus, the verbs can express extremely rapid changes, or processes that may have some time and even been relatively more stable. That is, in simplified form, the verbs cover a certain range of the scale of temporal stability

4.1.1 Morfemas flexionais

4.1.1.1 Consoantes temáticas

Butler e Ekdahl (1979, p. 171) identificaram, na língua terena, duas consoantes temáticas: **-c/q**⁵² e **-x**, que distinguem uma classe de verbo na língua terena, denominada de **-XO**, que apresenta três subclasses: 1) classe com consoante temática – **c/q**; 2) classe com consoante temática **-x**; e, 3) classe sem consoante temática. Segundo Butler e Ekdahl (1979), os sufixos temáticos, ou consoantes temáticas, não possuem significado próprio e suas ocorrências não são regidas por regras.

Nas análises dos dados coletados para esta pesquisa, identificamos, na língua terena, seis consoantes: **{-k}**, **{-ʃ}**, **{-m}**, **{-w}**, **{-h}** e **{ø}**, que se aproximam às consoantes temáticas identificadas por Souza (2008) ao descrever a língua kinikinau, muito próxima à língua terena por pertencer à mesma família linguística – Aruák. Souza (2008) identificou cinco consoantes temáticas na língua kinikinau: **{-k}**, **{-ʃ}**, **{-w}**, **{-h}** e **{-m}**, diferindo do terena e desta pesquisa, pela não identificação do morfema temático **{ø}**.

Em nossas análises, as consoantes são consideradas temáticas por ocorrerem como tema verbal, ou seja, todos os verbos da língua terena apresentam um dos morfemas mencionados. Isso pode ser observado tanto nas bases verbais, quanto no processo de verbalização de bases adjetivas e nominais, que exige a prefixação de morfema temático. Não apresentarão morfema temático, como apontam Butler e Ekdahl (1979), apenas alguns verbos formados a partir de bases nominais e adjetivas com a prefixação do verbalizador **{ko-}**, pois nesse processo de verbalização não receberão consoante temática os verbos intransitivos originados de bases nominais, como explicado no Capítulo III, item 3.2.1.5.

A ocorrência das consoantes temáticas nos verbos, assim como afirmaram Butler e Ekdahl (1979), não parece estar condicionada a regras, ou seja, parece não

⁵² As consoantes temáticas são apresentadas na forma ortográfica, conforme o fizeram Butler e Ekdahl (1979) em sua descrição.

haver condicionamento para que, em alguns verbos, ocorra consoante temática {-k} e não {-w}, por exemplo.

A seguir, encontram-se exemplos de verbos com os morfemas temáticos identificados em nossos dados:

(49)

a) arufu -k -o hojeno tamuku -na u:tʃi
morder -t -real homem cachorro -posse 1pl.poss
'Nosso cachorro mordeu o homem'.

b) enepo =ne hojeno vane -ʃ -o erepenotʃi
enf =det homem comprar -t -real camisa
'O homem comprou a camisa'.

c) ikoroko -w -o ne hojeno
cair -t -real det homem
'O homem caiu'.

d) komo -m -o hekere hojeno
olhar -t -real estrela homem
'O homem olha/olhou a estrela'.

e) enepo =ne kalivono komo -h -o -tʃi
enf =det criança brincar -t -real -durat
'A criança está brincando'.

f) iso -o -o -tʃi kawane ne hojeno
capir -t -real -durat roça det homem
'O homem está carpindo a roça'.

Observa-se que o morfema temático do verbo na sentença (49f) é o morfema zero. Esse morfema foi identificado dessa forma pela seguinte questão: o sufixo *realis* {-o} está ligado diretamente à última vogal da raiz verbal, de modo que, nesses casos, entre a última vogal da raiz e o sufixo *realis* {-o}, tem-se um morfema temático {o}, visto que todos os verbos da língua, com exceção de alguns que são oriundos de processo de verbalização explicado anteriormente, recebem consoante

temática e, portanto, a presença desse morfema temático. Quando há a ocorrência de sufixo *realis* ligado diretamente a base verbal, é marcada pelo morfema {*ø*}.

Para verificar a ocorrência e distribuição, bem como identificar a existência das consoantes temáticas, fizemos o levantamento de 213 verbos. Ao analisar esses verbos, constatamos que, no que concerne à distribuição das consoantes temáticas, as de maior ocorrência são {-*k*} e {-*ʃ*}: de 213 verbos coletados, 67.2% apresentam tais morfemas temáticos, em que a ocorrência de {-*k*} é de 39.9% e a de {-*ʃ*} é de 27.3%. O morfema {-*w*} ocorre em 20.6% dos verbos, {*ø*} ocorre em 6.2%, {-*h*} ocorre em 3.2% e {-*m*}, em 2.8%.

4.1.1.2 Pronomes presos

Assim como os morfemas pronominais livres, as formas pronominais presas também foram identificadas e descritas por Eastlack (1968) e Butler e Ekdahl (1979), porém nossas análises diferem das anteriores em alguns aspectos que são apresentados nos itens que seguem.

Em nossos dados, constatamos que os pronomes pessoais que vêm afixados aos verbos terena podem ocorrer de três formas: (1) por meio de traço nasal (1Sg); (2) por mudança de qualidade da vogal na raiz verbal (2Sg) e (3) por prefixação (2Sg e 1Pl). A terceira pessoa é marcada pelo morfema zero.

4.1.1.2.1 Primeira pessoa do singular

Eastlack (1968), concordando com Bendor-Samuel (1960), aponta que a primeira pessoa do singular é marcada por um N-prosódia, ou seja, é a pré-nasalização da primeira consoante oclusiva ou fricativa na palavra fonológica mais a nasalização de todas as vogais e semivogais anteriores e, se a palavra fonológica não apresentar nenhuma consoante oclusiva ou fricativa, todas as suas vogais e semivogais são nasalizadas.

Butler e Ekdahl (1979, p. 25) afirmam que qualquer palavra que faz referência à primeira pessoa do singular recebe característica de nasalização, porém não

denominam a nasalização de N-prosódia. Em outras palavras, concordam com as regras descritas por Eastlack (1968) e Bendor-Samuel (1960) para explicar a formação de primeira pessoa do singular, apontando que “para formar a 1ª pessoa do singular modifica-se a forma da 3ª pessoa sg. da seguinte maneira: p > mb, t > nd, c/q > ng, h/s > nz, hh/x > nj, e nasalisa-se toda vogal e semi-vogal anterior” (BUTLER; EKDAHL, 1979, p. 25).

Piggott (*apud* TOURVILLE, 1991) afirmou que a primeira pessoa do singular em terena é marcada por um traço [+nasal], que se organiza no segmento à esquerda da palavra e então se espalha sobre a palavra inteira até que um segmento [+sonoro] seja convertido em um segmento [+nasal].

Assim, considerando as afirmações de Bendor-Samuel (1960), Eastlack (1968), Butler e Ekdahl (1979) e Piggott (*apud* TOURVILLE, 1991), na análise dos dados coletados para esta pesquisa constatamos que a primeira pessoa do singular é realizada por um traço nasal que se espalha da esquerda para a direita na base verbal e é bloqueado por uma consoante fricativa ou oclusiva que muda sua qualidade, de surda para sonora, e é pré-nasalizada, como se verifica nos exemplos (50a, b e c):

(50)

a) ɔwɔ ‘morar’ > jaje õwõ
 aqui 1sg/morar
 ‘Eu moro/morei aqui’.

b) imɔkɔ ‘dormir’ > ɪmõⁿgɔ
 1sg/dormir
 ‘Eu durmo/dormi’.

c) tetukɔ ‘cortar’ > ⁿdetuko ⁿʒi:pɔ
 1sg/cortar 1sg.poss/unha
 ‘Eu corto/cortei minha unha’.

4.1.1.2.2 Segunda pessoa do singular e plural

Eastlack (1968), pautando-se em Bendor-Samuel (1960), afirma que a marcação de segunda pessoa do singular se dá por Y-prosódia: palavras iniciadas pelas

vogais **a**, **o** e **u** recebem o prefixo **y-** e palavras iniciadas por consoantes e pelas vogais **i** e **e** passam pelo processo de elevação ou frontalização da vogal da primeira sílaba para formar a segunda pessoa.

Segundo Butler e Ekdahl (1979, p. 21), “para formar a segunda pessoa com consoante ou *i* inicial, muda-se a primeira vogal (menos *i*)” e, para formar a segunda pessoa de uma palavra que se inicia com vogal que não seja *i*, prefixa-se **y**- à palavra.

Nos dados coletados para esta pesquisa, constatamos as descrições de formação de segunda pessoa de Eastlack (1968) e Butler e Edkdahl (1979): a segunda pessoa do singular ocorre pelo alçamento e anteriorização da primeira vogal do item lexical verbal que se inicia por uma consoante (Exemplos 51a, b, c, d e e) e pela prefixação do morfema {j-} que ocorre em verbos iniciados por vogais (Exemplos 52a e b). Os verbos iniciados com i (que apesar de ser uma vogal) não são prefixados pela semivogal {j-}. Isso se explica pelo fato de essa vogal ser uma anterior alta que se assemelha à semivogal, ou glide [j], o que faz que fique transparente para o processo fonológico, portanto o processo de marcação de segunda pessoa ocorre na segunda vogal do item lexical (exemplo 51e).

(51)

a) $o > e$

kojtuke ‘trabalhar’ > **kejtuke**
2sg/trabalhar
‘Você trabalha/trabalhou’.

b) $a > e$

kawane ‘vender’ > **kewane** pe:ʃow
2sg/vender feijão
‘Você vende/vendeu feijão’.

c) $e > i$

tetuko ‘cortar’ > titukwa tʃikotʃi
2sg/cortar árvore
‘Você corta/cortou árvore’.

d) u > i

kurikɔ ‘jogar’ > kirikɔʈʃi kipɔʔɛ
 2sg/jogar futebol
 ‘Você esta/esteve jogando futebol’.

e) imɔkɔ ‘dormir’ > imɛkɔnɛ
 2sg/dormir
 ‘Você dormiu’.

(52)

a) ɔwɔ ‘morar’ > pitʃivɔku -ke j- ɔwɔ
 cidade -loc 2sg- morar
 ‘Você mora/morou na cidade’.

b) arufukɔ ‘morder’ > j- arufukwa nɛ mɔŋga
 2sg- morder det manga
 ‘Você morde/mordeu aquela manga’.

Identificamos em nossas análises que a segunda pessoa do plural na forma presa é marcada por processos morfofonológicos idênticos ao de segunda pessoa do singular, porém, na segunda pessoa do plural, o verbo recebe o pluralizador pronominal {-nɔɛ} como explicado nos itens 3.2.1.3 e 3.2.2.1 do Capítulo III.

(53)

a) o > e

kɔjtuke ‘trabalhar’ > kejtuke-nɔɛ
 2/trabalhar-pl
 ‘Vocês trabalham/trabalharam’.

b) a > e

kawane ‘vender’ > kewane -nɔɛ pe:ʃow
 2/vender-pl feijão
 ‘Vocês vendem/venderam feijão’.

c) e > i

tetuko ‘cortar’ > titukwa-nɔɛ tʃikɔtʃi
 2/cortar-pl árvore
 ‘Vocês cortam/cortaram árvore’.

d) u > i

kuriko ‘jogar’ > kirikɔtʃi-nɔɛ kipɔʔɛ
 2/jogar -pl futebol
 ‘Vocês estão/estiveram jogando futebol’.

e) imɔko ‘dormir’ > imɛkɔnɛ -nɔɛ
 2/dormir -pl
 ‘Vocês dormiram’.

f) ɔwɔ ‘morar’ > pitʃivɔku -ke j- ɔwɔ -nɔɛ
 cidade -loc 2- morar-pl
 ‘Vocês moram/moraram na cidade’.

g) arufuko ‘morder’ > j- arufukwa-nɔɛ nɛ mɔŋga
 2- morder -pl det manga
 ‘Vocês mordem/morderam aquela manga’.

4.1.1.2.3 Primeira pessoa do plural

No que concerne à marcação de primeira pessoa do plural, Eastlack (1968), baseando-se nas discussões de Bendor-Samuel (1960) sobre prosódia na formação de pessoa em terena, afirma que a primeira pessoa do plural é realizada por V-prosódia, marcada pelo prefixo **v-** para formas que têm um segmento vogal inicial. Eastlack (1968) não descreve a formação de primeira pessoa do plural em palavras que se iniciam por consoante.

Butler e Ekdahl (1979, p. 32) apresentam os mesmos resultados de Eastlack (1968) em sua descrição, porém descrevem a formação de primeira pessoa do plural em palavras iniciadas por consoantes: nesses casos, acrescenta-se a palavra **ûti** ‘nós/nosso’ após a palavra a ser marcada.

Na análise de nossos dados, constatamos que a primeira pessoa do plural é marcada pelo morfema {**v-**} em bases verbais iniciadas por vogal (Exemplo 54), no

entanto, quando a base verbal inicia-se com consoante, a primeira pessoa do plural é marcada pelo morfema pronominal pessoal livre {**u:tʃi**} (Exemplo 55).

(54)

a) ɔwɔ ‘morar’ > pitʃivɔku -ke v- ɔwɔ
 cidade -loc 1pl- morar
 ‘Nós moramos na cidade’.

b) imɔkɔ ‘dormir’ > v- imɔkɔ
 1pl- dormir
 ‘Nós dormimos’.

(55)

a) nɔ: ‘plantar’ > nɔ: -nɛ **u:tʃi** pe:ʃow
 plantar-concl 1pl feijão
 ‘Nós plantamos feijão’.

b) tetukɔ ‘cortar’ > tetukw -a u:tʃi hi:pɔ **u:tʃi**
 cortar -3sg.obj 1pl unha 1pl.poss
 ‘Nós cortamos a nossa unha’.

4.1.1.2.4 Terceira pessoa: morfema zero

A terceira pessoa, segundo Eastlack (1968), é Zero-prosódia: a palavra não sofre alterações quando na terceira pessoa. Para Butler e Ekdahl (1979), seguindo o mesmo raciocínio de Eastlack (1968, p. 20), “não apresentando marcador de pessoa, entende-se que uma palavra é da terceira pessoa”.

Neste trabalho, partindo da análise de nossos dados, não consideramos um verbo não marcado por pronomes pessoais como um verbo de terceira pessoa, automaticamente. Um verbo na terceira pessoa (exemplo 57) ou acompanhado de outro pronome pessoal livre (exemplo 56) possui a mesma forma, portanto não podemos dizer que, no exemplo (56), **tetukɔ** ‘cortar’ está na terceira pessoa, como podemos afirmar em (57a). Assim, a terceira pessoa é marcada pelo morfema {**ø**} (exemplos 57a e b).

- (56) tetukɔ u:tʃi hi:pɔ u:tʃi
 cortar 1pl unha 1pl.poss
 ‘Nós cortamos a nossa unha’.

(57)

- a) tetukɔ ‘cortar’ > tetukɔ hi:pɔ
 3sg/cortar 3sg.poss/unha
 ‘Ele corta/cortou a unha dele’.

- b) kawane ‘vender’ > kawane -tʃi kamɔ -na
 3sg/vender -durat 3sg.poss/cavalo -posse
 ‘Ele está vendendo o cavalo dele.’

4.1.1.2.5 Pronomes presos na função de objeto

A língua terena possui quatro sufixos que ocorrem ligados ao verbo na função de objeto: {-**nu**} ‘1Sg.Obj’; {-**pi**} ‘2Sg.Obj’; {-**a**} ‘3Sg.Obj’; e, {-**vi**} ‘1Pl.Obj’.

Eastlack (1968) e Butler e Ekdahl (1979) identificaram tais pronomes, denominando-os de sufixos objetivos.

Os pronomes presos na função de objeto podem ser observados nos exemplos a seguir, provenientes de nossos dados.

- (A) morfema {-**nu**} ‘1Sg.Obj’

(58)

- a) porɛ -ʃ -o -**nu** ovo -ku -tʃi nɛ hojɛnɔ
 dar -t -real -1sg.obj morar -nzdor -? det homem
 ‘O homem me deu a casa/ o homem deu a casa pra mim’.⁵³

⁵³ Butler e Ekdahl (1979: 35) também utilizam o verbo **porɛʃɔ** ‘dar’ para exemplificar o morfema {-**nu**}, porém o exemplo utilizado pelas autoras é **poréxonoa** ‘ele a deu a mim’, diferente do exemplo que utilizamos nesta descrição e que é proveniente de nossos dados, coletados e analisados especialmente para este trabalho.

- b) hopi -ʃ -o -**nu** nɛ ʃoã:ũ
 convidar -t -real -1sg.obj det João
 ‘João me convidou’.

(B) morfema {-**pi**} ‘2Sg.Obj.’

(59)

- a) ɛnɛpɔ =nɛ hɔjɛnɔ ɛʃo -k -o -**pi** sɛ:nɔ
 enf =det homem apresentar -t -real -2sg.obj mulher
 ‘O homem te apresentou a mulher’.

- b) ɔpɔnɔj -**pi** nɛ ʃuã:ũ
 abraçar -2sg.obj det João
 ‘João te abraçou’.

(C) morfema {-**a**} ‘3Sg.Obj’

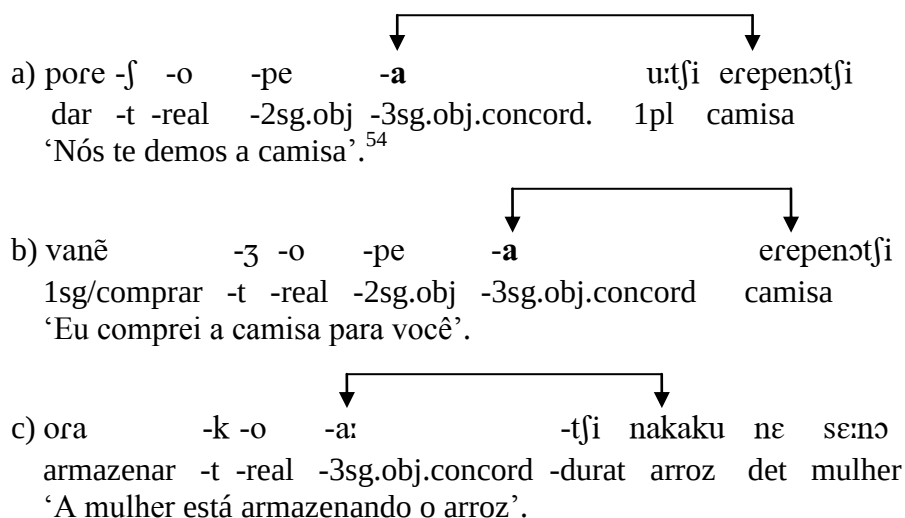
Identificamos que o morfema {-**a**}, além de ter a função de objeto na sentença (Exemplos 60 a e b), também pode funcionar como marca de concordância com o objeto (Exemplos 61 a e b).

(60)

- a) vɔ -ʃ -o -**a:** -tʃi nɛ hɔjɛnɔ
 ajudar -t -real -3sg.obj -durat det homem
 ‘O homem está ajudando-o’.

- b) kepe -k -w -**a**
 2sg/matar -t -real -3sg.obj
 ‘Você o(a) matou’.

(61)



(D) morfema {-vi} '1Pl.Obj'

O morfema {-vi} é descrito por Eastlack (1968) e Butler e Ekdahl (1979, p. 35) como -Vvi, em que V representa a reduplicação da última vogal do verbo que recebe o morfema objeto. Em (62), temos alguns exemplos de Eastlack (1968); em (63), de Butler e Ekdahl (1979).

(62)

- a) pikó'ovi 'ele temia-nos'
- b) piko'óvi 'então, ele temia-nos'
- c) porésoovea 'ele deu-nos'
- d) poreisó'ovea 'então, ele deu-nos'

(63)

- a) nico'óviti 'estão nos picando'
- b) porexó'oviti 'ele nos dá'
- c) poréxoovea 'ele o deu a nós'

⁵⁴ O verbo **poreʃo** 'dar' também foi utilizado por Butler e Ekdahl (1979, p. 35) para exemplificar o morfema {-a}: **poréxonoa** 'ele o deu a mim' e **poréxoa** 'deu a ele/o deu a ele'. Observa-se que os exemplos de Butler e Ekdahl (op.cit.) são distintos dos exemplos usados neste trabalho, que foram extraídos dos dados coletados e transcritos especialmente para esta pesquisa.

Em nossos dados, não identificamos a ocorrência de **V** apresentada pelos autores acima, portanto o morfema de primeira pessoa plural objeto é {-vi}, conforme dados coletados:

(64)

a) òmõpɔ -vi v- ovo -ku -ke nɛ hojɛnɔ
trazer -1pl.obj 1pl.poss- morar -nzdor -loc det homem
'O homem nos trouxe para nossa casa'.

b) pore -ʃ -ɔ -vi itunɛwotʃi nɛ hojɛnɔ
dar -t -real -1pl.obj flores det homem
'O homem nos deu flores'.

c) keʃw kɔjnɔ -vi eʃeʔetʃi
2sg/aux contar -1pl.obj história
'Você nos contou uma história'.

4.1.1.2.6 Morfema reflexivo {-po}

Em 1968, Eastlack classificou o sufixo {-wɔ} como “própria pessoa”, o que faria desse morfema marca de reflexivo (Exemplo 65), não mencionando a ocorrência de {-po}. Posteriormente, em 1979, Butler e Ekdahl descreveram {-wɔ} como reflexivo, em ocorrências em que o sujeito recebe também a ação do verbo (exemplo 66), e como passivo em uma construção passiva na qual não se pode precisar o agente da ação (exemplo 67). As autoras identificaram, também, o morfema {-po}, que, assim como {-wɔ}, foi denominado de reflexivo ao coocorrer com este último (exemplo 68).

(65) vanésopinova 'ele comprou-o para si mesmo'.

(66)

a) nguipopú'icovoti 'estou lavando a cabeça'
b) íngorocovo 'caí'

(67)

- a) ínati ehehépixovo ‘então se descasca’
 b) ínati imo’úxovo ‘então se espreme/aperta’

(68) issúcopovo ‘ele matou a si mesmo’

Nesta pesquisa, verificamos que o sufixo {-**po**} desempenha a função de reflexivo, e sua ocorrência está relacionada aos argumentos verbais. Payne (2001, p. 198) afirma que “reflexives operations reduce the semantic valence of a transitives clause by specifying that there are not two separate entities involved (...)”. Pode-se abandonar a hipótese de manutenção da valência pelo morfema reflexivo {-po}, visto que o verbo quando sufixado por esse morfema, pede mais de um argumento (Exemplos 69 a, b e c.). Tal hipótese se dá quando comparado aos verbos que recebem o morfema {-**wə**}, em que o verbo não pede mais que um argumento (Exemplos 70 a, b e c.). Assim, {-**wə**} indicará a não especificidade da ação sobre o indivíduo, ou seja, o que foi afetado ou com o que foi afetado (Exemplos 70a, b e c).

(69)

- a) tətuko **-po** hɛ:vɛ iwɛɛ
 cortar -refl pé José
 ‘José se cortou (no) pé’.

- b) tətuko **-po** vou iwɛɛ
 cortar -refl dedo José
 ‘José se cortou (no) dedo’.

- c) ⁿdetuko **-po** ja- piritaw -ke
 1sg/cortar -refl instr- faca -loc
 ‘Eu me cortei com a faca’.

(70)

a) tɛtukɔ -pɔ -wɔ iwse
cortar -refl -n.esp José
'José se cortou (a si mesmo)'.

b) ⁿdetukɔ -pɔ -wɔ
1sg/cortar -refl -n.esp
'Eu me cortei (a si mesmo)'.

c) ɛnɛpɔ =nɛ hɔjɛnɔ kɔjpekɔ -pɔ -wɔ
enf =det homem matar -refl -n.esp
'O homem se matou (a si mesmo)'.

4.1.1.2.7 Os morfemas {-kɔ} e {-gɔ} “recíprocos”

As sentenças recíprocas assemelham-se às reflexivas, visto que a ação retorna ao agente, quer apenas por ele mesmo (reflexiva), quer por ele e por outro (recíproca). Assim, Butler e Ekdahl (1979, p. 80) identificaram o morfema {-coco}⁵⁵ como marcador de reciprocidade.

Diferentemente das missionárias, identificamos, na língua terena, dois morfemas, {-kɔ} e {-gɔ}, que indicam a ação recíproca. Os morfemas {-kɔ} e {-gɔ} são condicionados pela pessoa do discurso a que se faz referência:

{recíproco} → {-kɔ} em orações cujo agente é de 3ª p.

→ {-gɔ} em orações cujo agente é de 1ªp.pl.

(71)

a) ɛnɛpɔ =nɛ hɔjɛnɔ -hikɔ kojpe -k -ɔ -kɔ
enf =det homem -pl matar -t -real -3pl/rec
'Os homens mataram uns aos outros'.

⁵⁵ Forma ortográfica, como descrito pelas missionárias.

b) oponɔj -kɔ -hikɔ
 3sg/abraçar -pl/rec -pl
 ‘Eles abraçaram uns aos outros’.

c) v- isuko -gɔ
 1pl- bater -1pl/rec
 ‘Nós batemos uns nos outros’.

d) v- oponɔj -gɔ
 1pl- abraçar -1pl/rec
 ‘Nós abraçamos uns aos outros.’

Butler e Ekdahl (1979) descreveram que, “quando –coco segue imediatamente aos sufixos -c e -o, reduz-se para dois a soma de três co: issúco + -coco = issúcoco ‘bateram um no outro’”. Essa regra não se justifica na ocorrência do morfema {-kɔ} identificado neste trabalho, visto que este pode coocorrer com qualquer consoante temática ou em verbos sem consoante temática, sem alterar a sua forma.

4.1.1.3 Voz passiva {-wɔ}~{-pu}

Segundo Booij (2005, p. 196) “a voz expressa as relações semânticas entre o sujeito e a ação descrita pelo verbo”, de que deriva a distinção entre voz ativa e voz passiva.

O terena apresenta, segundo Butler e Ekdahl (1979, p. 80), o morfema {-wɔ} como marcador de voz passiva em sentenças no modo atual. As autoras apontam que, {-wɔ} ocorre em uma “construção passiva na qual não se pode precisar o agente” (BUTLER; EKDAHL, 1979, p. 80).

As missionárias exemplificam a voz passiva com os seguintes exemplos:

(72)

a) ínati ehehépixovo ‘então se descasca’

b) ínati imo’uxovo ‘então se espreme/aperta’

O morfema {-wɔ} que marca voz passiva também foi identificado em nossos dados, conforme exemplos abaixo, em sentenças no modo *realis*:

(73)

- a) nɔ -ø -ɔ -wɔ -nɛ nɛ pe:ʃow
plantar -t -real -pass-concl det feijão
'O feijão foi/está plantado'.
- b) tetu -k-ɔ -wɔ -nɛ nɛ nãũ vaka
cortar -t -real-pass-concl det carne vaca
'A carne de vaca foi/está cortada'.

Butler e Ekdahl (1979, p. 80) identificaram o morfema {-pu} como marcador de voz passiva em sentenças no modo potencial (exemplos 74).

(74) aco íhicaxapu 'não estudou'

Em nossos dados constatamos a ocorrência de {-pu} como marcador de voz passiva em sentenças no modo *irrealis*:

(75)

- a) akɔ na -ø-a -pu nɛ pe:ʃow
neg plantar-t -irreal-pass det feijão
'O feijão não foi/está plantado'.
- b) akɔ tetu -k-a -pu nɛ nãũ vaka
neg cortar -t -irreal -irreal det carne vaca
'A carne não foi/está cortada'.

4.1.1.4 Morfema de tempo futuro: {-mɔ}

Segundo Butler e Ekdahl (1979, p. 55), o tempo em terena divide-se em futuro *versus* não futuro. O futuro é marcado pelo morfema {-mɔ} e o não futuro é não marcado. As missionárias apresentaram os seguintes exemplos para tempo futuro e não futuro:

(76)

Futuro	Não futuro
Ihíxaxovotimo ‘ele vai estudar’	ihíxaxovoti ‘ele está/estava estudando’
Movó’itimo ‘estará/tornará seco’	movó’iti ‘está/estava seco’

Nesta pesquisa, pudemos constatar a existência do morfema {-mɔ} como apontado por Butler e Ekdahl (1979):

(77) Futuro

a) ɛnɛpɔ =nɛ sɛ:nɔ nɔ -ɔ -tʃi -mɔ pe:ʃow
 enf =dem mulher plantar -real -durat -fut feijão
 ‘A mulher estará plantando feijão’.

b) ɛnɛpɔ =nɛ hɔjɛnɔ imɔ -k -ɔ -tʃi -mɔ
 enf =det homem dormir -t -real -durat -fut
 ‘O homem estará dormindo’.

c) tɛtu -k -ɔ -tʃi -mɔ pã:ũ nɛ hɔjɛnɔ
 cortar -t -real -durat -fut pão det homem
 ‘O homem estará cortando o pão.’

d) ɛnɛpɔ =nɛ hɔjɛnɔ kɔjɛ -k -ɔ -tʃi -mɔ si:ni
 enf =det homem matar -t -real -durat -fut onça
 ‘O homem estará matando a onça’.

e) vane -ʃ -o -tʃi -mɔ erepenɔtʃi nɛ sɛ:nɔ
 comprar -t -real -durat -fut camisa det mulher
 ‘A mulher estará comprando uma camisa’.

(78) Não futuro

a) ɛnɛpɔ =nɛ hɔjɛnɔ nɔ -ɔ pe:ʃow
 enf =det homem plantar -real feijão
 ‘O homem planta/plantou feijão’.

b) $\epsilon\eta\epsilon\rho\omega$ =n ϵ s ϵ :n ω im ω -k - ω
 enf =det mulher dormir -t -real
 ‘A mulher dorme/dormiu’.

c) t ϵ t ω -k - ω pã:ũ n ϵ s ϵ :n ω
 cortar -t -real pão det mulher
 ‘A mulher corta/cortou o pão’.

d) $\epsilon\eta\epsilon\rho\omega$ =n ϵ h ω j ϵ n ω k ω j $\rho\epsilon$ -k - ω si:ni
 enf =det homem matar -t -real onça
 ‘O homem mata/matou a onça’.

e) vane -ʃ -o erepen ω tʃi n ϵ h ω j ϵ n ω
 comprar -t -real camisa det homem
 ‘O homem compra/comprou camisa’.

A distinção entre tempo passado e tempo presente, como afirmam Butler e Ekdahl (1979, p. 55), é feita a partir de palavras que indicam tempo ou por meio de fatores extralinguísticos. As missionárias usaram os seguintes exemplos:

(79)

a) Palavras que indicam tempo:
 có'oyene ‘hoje’
 xóiñae pihôti ‘o ano passado’

b) contexto extra-linguístico:
 Se alguém está trabalhando e alguém pergunta *cuti itíco?* ‘que está fazendo?’, o trabalhador pode responder *inzupáheoti* ‘estou roçando’.

Em nossos dados pudemos constatar as afirmações de Butler e Ekdahl (1979), conforme os exemplos abaixo:

(80)

a) $\epsilon\eta\epsilon\rho\omega$ =n ϵ h ω j ϵ n ω k ω j $\rho\epsilon$ -k - ω si:ni **kjakaʃeke**
 enf =det homem matar -t -real onça ontem
 ‘O homem matou a onça ontem’.

- b) enɔwɔ unɛ kɔʔɔjɛnɛ nɛ hɔjɛnɔ
 beber água hoje det homem
 ‘O homem bebeu água hoje’.

4.1.1.5 Modo *realis/irrealis*

A distinção de modo *realis/irrealis* tem provocado discussões e controvérsias entre funcionalistas, como afirmado por Palmer (2001) e Haan (2009), linguistas cujas discussões teóricas serão aqui consideradas para explicar a categoria de modo em terena.

Palmer (2001) realiza uma discussão voltada para a oposição binária *realis/irrealis*, com base em marcações gramaticais de cunho morfológico e sintático, enquanto Haan (2009) apresenta uma discussão de cunho semântico sobre a teoria e rótulo de *status da realidade*.

Segundo Palmer (2001), a categoria modo está intimamente associada com as categorias tempo e aspecto, que estão, geralmente, marcadas dentro do complexo verbal. Segundo o linguista, em termos notacionais, as três categorias, de algum modo, estão relacionadas ao evento (ações, situações, estados) expresso: a) o tempo está relacionado com o tempo do evento; b) o aspecto está relacionado à natureza do evento (quanto a sua constituição temporal interna); c) a modalidade está relacionada ao status da proposição que descreve o evento.

No que concerne à modalidade, o autor afirma que uma aproximação possível de sua análise é fazer distinções binárias entre “modal” e “não modal”, ou “declarativo” e “não declarativo”, e associar essa distinção com o contraste notacional de “factual” e “não factual” ou “real” e “irreal”, termos que não têm sido satisfatórios, fazendo que, em anos recentes, *realis* e *irrealis* tenham sido usados para essa distinção.

Palmer (2001) explica que os termos *realis/irrealis* têm a vantagem de ser obviamente técnicos, de modo que seu uso pode evitar possíveis conotações de termos mais familiares. De acordo com o autor, o *realis* retrata situações como reais, como tendo ocorrido ou ocorrendo, de fato, reconhecíveis por meio da percepção direta, enquanto o *irrealis* é usado para retratar situações como puramente imagináveis.

Segundo o linguista, os estudos tipológicos de modalidade têm apresentado muitas variações, em especial em relação à distinção *realis/irrealis* na comparação entre

vários idiomas. Uma língua pode marcar algo como *irrealis*, outra língua pode marcar a mesma coisa como *realis*, enquanto uma terceira língua pode não tratar essas representações como parte de um sistema de modalidade.

Para Palmer (2001), o contraste entre “factual” e “não factual” ou “real” e “irreal” não é suficiente para explicar completamente a distinção entre *realis* e *irrealis*. Assim, como afirma o autor, as explicações em termos de “verdadeiro” e “não verdadeiro” são ainda pouco satisfatórias e, em qualquer caso, pode ser sábio evitar esses termos em vista de suas conotações lógicas. Assim, refletindo sobre a problemática apresentada por Palmer (2001) e outros funcionalistas como Bybee (1985), Givón (1994), Lazard (1998), Elliot (2000), McGregor e Wagner (2006), Verstraete (2006), Plugian (2005), entre outros, a respeito do conceito de *realis/irrealis*, Haan (2009) escreveu o artigo “Irrealis: fato ou ficção?”, em que apresenta uma discussão sobre a natureza de status da realidade, preocupando-se com o status de *realis* (conjunto de eventos reais) e *irrealis* (conjunto de eventos irrealis) como categorias tipológicas válidas, a partir de uma análise semântica, diferentemente do que é apresentado por Palmer (2001).

Antes de iniciar a discussão sobre *irrealis*, Haan (2009) afirma que é possível ver *realis/irrealis* como categorias teóricas, ou seja, podem ser usadas apenas como um “rótulo”, sem que se tente justificar seu uso. Embora seja uma abordagem válida, não é suficiente para uma pesquisa linguística com cruzamento de dados. Nesse sentido, Bybee (*apud* HANN, 2009) apresenta objeções ao uso dos termos *realis/irrealis* e afirma que *irrealis* raramente é uma oposição binária entre acontecimentos reais e irrealis e que as situações conceituais presentes em um morfema *irrealis* são muito distintas para que haja a possibilidade de definir um sentido geral para todas as línguas.

Haan (2009) verificou que os dados sobre status da realidade fornecem evidências a favor e contra grandes perspectivas teóricas, apresentando um grau de contraditoriedades entre lingüistas como Bybee, Givón, Cinque, Foley e Van Valin, havendo um ponto comum entre todos; a única posição teórica que não é tolerada é a de que *realis/irrealis* estão em oposição binária. Segundo o autor, poucos assumem essa posição nos debates, atualmente.

Haan (2009) apresenta os aspectos negativos de uma abordagem prototípica ou de uma abordagem de escopo para *irrealis*, e propõe a abordagem *bottom-up*, como mais eficiente.

A abordagem de escopo, de acordo com o autor, desempenha importante papel no gerativismo, estando baseada na relação entre categorias. Por exemplo: o fato de a negação sentencial em algumas línguas provocar a presença de um morfema *irrealis* significa que a negação tem escopo sobre *irrealis* em tais línguas e, em línguas em que a negação nem sempre é *irrealis*, o *irrealis* tem escopo sobre a negação. Portanto, segundo Haan (2009), essa abordagem apresenta problemas:

[...] as relações de diferentes escopos implicam diferentes traços semânticos subjacentes e universais. Um exemplo é o problema de habituais: se são classificados habituais em uma determinada língua como *realis*, a característica básica de que a língua pode ser $[\pm]$ real, uma vez que as ações habituais não são *irreais* (como habitual denota um certo número de eventos reais, quer no passado ou no presente, mas sem escolher um determinado). Nesse caso, a característica básica é algo como $[\pm]$ real. Este problema se repete em todas as relações de escopo possíveis, para não mencionar os casos com relações menos comuns, por exemplo, nos casos em que contrafactuais são marcados *realis* ou tempo atual é marcado *irrealis* (HAAN, 2009, p. 34-5)[Tradução nossa].⁵⁶

Em relação à abordagem prototípica defendida por Gívon, Haan (2009) afirma que não há nenhuma proposta prototípica para cruzamento linguístico disponível até o momento e parece que uma abordagem prototípica válida não surgirá tão breve. O autor explica que a abordagem prototípica afirma existir um sentido universal para *(ir)realis*, mas tal significado não pode existir:

O significado mais óbvio de *irrealis* seria o da marcação de eventos *irreais*. No entanto [...], sabemos que isso não pode ser o caso: temos visto muitos casos onde as categorias que mostram claramente eventos *irreais* são marcados com o morfema *realis*, e vice-versa. É possível

⁵⁶ [...] is that different scope relations entail different underlying universal semantic features. One example is the problem of habituais: if habituais are classified in a given language as *realis*, the underlying feature in that language can be $[\pm\text{real}]$, but if it is *irrealis* in a given language the feature cannot be $[\pm\text{real}]$, since habitual actions are not *unreal* (as a habitual denotes a number of real events, either in the past or present, but without picking out a specific one). In that case the underlying feature is something like $[\pm\text{actual}]$. This problem is repeated for all possible scope relations, not to mention those cases with less common relations, for instance those cases where counterfactuals are marked *realis* or present tense is marked *irrealis*.

que "irreal" não seja o próprio significado universal para irrealis, e tem havido alguma discussão, na literatura sobre possíveis significados alternativos. Uma delas é o "não-realizado" que se refere as ações e eventos que não são necessariamente irrealis, mas sim eventos que não podem ser localizados individualmente sobre a linha do tempo. Isso levaria a considerar tais eventos como habituais, que são frequentemente marcados como irrealis, mas não são irrealis. Eventos habituais não são considerados individualmente, mas sim como um grupo e, portanto, qualquer caso individual é não realizado. Por conseguinte, pode-se argumentar que, em algumas línguas ou famílias lingüísticas, o núcleo de significação do irrealis é [-real] (ou [+irreal]) enquanto em outros é [-realizado], dependendo de como categorias como habituais passadas são agrupadas com categorias realis e irrealis. Outros significados fundamentais têm sido propostos, mas geralmente para um conjunto limitado de idiomas, como uma família de línguas (HAAN, 2009, p. 35-6)[Tradução nossa].⁵⁷

Nesse sentido, Haan (2009) propõe o fim do status de realidade como uma categoria tipológica, o que, para ele, não pode ser visto como algo negativo, mas apenas como uma forma de se desfazer de um rótulo, não ignorando uma análise lingüística:

Quando nós vimos que (com Bybee), existem boas razões para não ter uma categoria global de status de realidade, temos também visto (com outros) que não estamos lidando com um caos total; há alguma ordem perceptível no caos. Apesar de termos sido incapazes de obter um significado linguisticamente cruzado subjacente válido para a categoria, fomos capazes de encontrar ligações entre uma grande variedade de línguas com morfemas com uma escala semântica semelhante [...]. A principal conclusão a retirar é que há algo que precisa ser explicado, dadas as semelhanças entre as línguas. Mesmo que essas semelhanças não nos permitam postular uma categoria tipológica para status de realidade [...], essas semelhanças devem ser analisadas com estudos (sincrônicos e diacrônicos) de línguas individuais e famílias de línguas. Dessa forma, não se obterá um relato verdadeiro de como diversas línguas e famílias de línguas estendem significados de morfemas individuais dentro do domínio teórico da realidade, mas, também se fará isso sem prejudicar a análise através

⁵⁷ The most obvious meaning of irrealis would be that of the marking of unreal events. However, [...] we have seen many cases where categories that clearly show unreal events are marked with the realis morpheme, and vice versa. It is possible that "unreal" is not the proper universal meaning for irrealis, and there has been some discussion in the literature about possible alternative meanings. One such is "unactualized" which refers to actions and events which are not necessarily unreal but rather events that cannot be located individually on the time line. This would take into account such events as habituals, which are often marked irrealis but are not unreal. Habitual events are not viewed individually but rather as a group and hence any individual event is unactualized. Consequently, it could be argued that in some languages or language families the core meaning of the irrealis is [-real] (or [+unreal])³⁵ while in others it is [-actual], depending on whether such categories as past habituals are grouped with realis or irrealis categories. Other core meanings have been proposed, but usually for a limited set of languages, such as a language family.

da atribuição de um rótulo categorial a priori para tais descrições. Em outras palavras, estaríamos tomando uma pura abordagem bottom-up [...] (HAAN, 2009, p. 38)[Tradução nossa].⁵⁸

Assim, considerando as exposições de Palmer (2001) e Haan (2009), compreendemos a grande dificuldade para se realizar uma discussão a respeito de modalidade, em especial *realis/irrealis*, e observamos as grandes controvérsias. Não iremos discutir aqui essas problemáticas apresentadas, porém sua teoria é necessária para explicarmos algumas ocorrências da língua terena. Em outras palavras: neste trabalho, não vamos considerar *realis/irrealis* como uma oposição binária, como proposto por Palmer (2001), visto que, em terena, a marcação *realis/irrealis* não parece estar associada apenas a simples distinção de eventos reais e irreais. Consideramos, no entanto, algumas explicações que o autor oferece sobre a “dicotomia”.

Butler (1978) aponta que a língua terena faz a distinção entre modo potencial *versus* atual. Situação semelhante é identificada por Souza (2008) na língua kinikinau, pertencente, também, à família Aruák e muito próxima à língua terena, definindo os modos como indicativo *versus* subjuntivo. As pesquisadoras fazem essas distinções a partir da observação de um mesmo grupo de morfemas que são apresentados pela língua Terena e pela língua kinikinau, que, nesta análise, são considerados marcadores de modo *realis/irrealis*, ocorrendo da mesma forma que os modos atual/potencial descritos por Butler (1978).

Segundo Butler (1978, p. 3), a escolha modal atual/potencial está relacionada com não realidade, possibilidade, atividade definida e certeza e realidade. A missionária explica que,

No caso de algumas categorias semânticas, é fixa a escolha modal; em outras, é aberta. Assim, na descrição de ação habitual ou completa, é

⁵⁸ While we have seen that (with Bybee) there are good grounds for not having an overall category *reality status*, we have also seen (with others) that we are not dealing with a total chaos; there is some order perceptible in the chaos. Although we have been unable to derive a cross-linguistically valid underlying meaning for the category, we have been able to find connections between a wide variety of languages with morphemes with a similar semantic range [...]. The main conclusion to be drawn here is that there is something that needs to be explained, given the cross-linguistic similarities. Even though these similarities do not permit us to posit a typological category *reality status* [...], these similarities should be looked at through (synchronic and diachronic) studies of individual languages and language families. That way we not only get a true account of how individual languages and language families extend meanings of individual morphemes within the notional domain of reality, but we do this without prejudicing the analysis by assigning an a priori categorial label to such descriptions. In other words, we would be taking a pure bottom-up[...].

obrigatório o uso do modo atual. No caso de verbos imperativos e condicionais, ou de formas verbais introduzidas por certas conjunções de significado contrafactual, é obrigatório o modo potencial. Nas formas futuras do verbo, pode-se usar o modo atual ou potencial, conforme o matiz desejado. (BUTLER, 1978, p. 3).

Nesta pesquisa, identificamos que o modo *realis* é marcado pelo sufixo {-ɔ} ou morfema {ø}, ocorrendo em sentenças declarativas afirmativas, proibitivas, com marcação de aspecto conclusivo e tempo futuro. O modo *irrealis* é marcado pelo sufixo {-a} ou prefixos {a-}~{o-}, ocorrendo em sentenças declarativas negativas, imperativas afirmativas e condicionais. Dos morfemas *realis* e *irrealis*, Butler identificou apenas os que marcam modo *irrealis*, como marcadores de modo potencial, enquanto o sufixo *realis* {-ɔ} foi considerado tema verbal pela missionária, e o morfema ø não identificado.

(A) *Realis* {-ɔ}

Segundo Butler (1977), o sufixo {-ɔ} é sufixo de tema verbal, mas, neste trabalho, o sufixo {-ɔ} é denominado especificamente de marcador de modo *realis*, pois, se {-ɔ} fosse um tema verbal, ele deveria ocorrer nos verbos da língua diante de todos os tipos de sentenças, assim como as consoantes temáticas. O morfema *realis* {-ɔ} ocorrerá nos verbos que apresentam morfemas temáticos (Exemplos 81-4).

(81) Sentenças declarativas afirmativas

c) ni -k -ɔ -tʃi nɛ hɔjɛnɔ
 comer -t -real -durat det homem
 ‘O homem está/estava comendo’.

d) vanɛ -ʃ -ɔ erepenɔtʃi nɛ hɔjɛnɔ
 comprar -t -real camisa det homem
 ‘O homem compra/comprou camisa’.

e) ehakɔ -w -ɔ ne həjenɔ
 correr -t -real det homem
 ‘O homem corre/correu’.

f) pi -h -ɔ ihikafohutʃi -ke ne həjenɔ kalivɔ:nɔ
 ir -t -real escola -loc det homem criança
 ‘O menino foi para a escola’.

(82) Proibitivas

a) akɔ ime -k -ɔ
 neg 2sg/dormir -t -real
 ‘Não durma!’

b) akɔ titu -k -ɔ ne tutʃi
 neg 2sg/cortar -t -real det cabelo
 ‘Não corte o cabelo!’

Segundo Haan (2009, p. 30), o proibitivo não é apenas um imperativo negativo, e o que prova haver diferenças entre proibitivo e imperativo é a escolha dos morfemas de *status* da realidade, sendo possível que as duas categorias possam apresentar morfemas distintos:

Há uma série de maneiras pelas quais se pode analisar a discrepância entre a marcação de status da realidade de imperativos e proibitivos. Se os imperativos são marcados como *irrealis* e proibitivos como *realis*, é possível argumentar que os imperativos implicam uma mudança de status, enquanto proibitivos envolvem um *status quo* de uma situação *realis*. Se alguém diz, “faça isso!”, haverá um novo estado, que é não real (ou atual) no momento, enquanto se diz “não faça isso!”, não haverá nenhuma mudança na situação já existente (real ou atual) [Tradução nossa]⁵⁹.

Assim ocorre com o terena: o proibitivo não sofre mudança de status (Exemplo 82), enquanto o imperativo recebe a mudança, ocorrendo, então, o morfema de *irrealis*, como se pode analisar no exemplo (83).

⁵⁹ There are a number of ways in which one can analyze the discrepancy between reality status marking in imperatives and prohibitives. If imperatives are marked as *irrealis* and prohibitives as *realis*, it is possible to argue that imperatives involve a change in status, while prohibitives involve a status quo of a *realis* situation. If one says *do that!*, there will be a new state which is not real (or actual) at the moment, whereas if one says *don't do that!*, there will be no change in an already existing (real or actual) situation.

(83) Com aspecto concluso

a) si -m -ɔ -nɛ nɛ hɔjɛnɔ
 chegar -t -real -concl det homem
 ‘O homem chegou’.

b) ɛnɛpɔ=nɛ hɔjɛnɔ nɔ -ø -ɔ -nɛ pe:ʃow
 enf =det homem plantar -t -real -concl feijão
 ‘O homem plantou feijão’.

(84) Tempo futuro

a) ɛnɛpɔ=nɛ hɔjɛnɔ nɔ -ø -ɔ -tʃi -mɔ pe:ʃow kawane-ke
 enf =det homem plantar -t -real -durat -fut feijão roça -loc
 ‘O homem estará plantando feijão na roça’.

b) j- ɔwɔ -tʃi -mɔ pitʃivɔkɔ
 2sg- morar -durat -fut cidade
 ‘Você estará morando na cidade’.

No que concerne ao tempo futuro, Butler (1978), em sua descrição, afirma que o futuro pode ser expresso em modo atual ou potencial. Segundo a missionária,

Com o modo atual, fala-se da ação futura com exatidão: o falante vive na expectativa de que determinado evento se realize em determinado momento do futuro imediato ou distante. Não vem ao caso o fato de que, na realidade, poderia surgir tal ou qual impedimento à realização da ação esperada. Sob o ponto de vista de quem fala, profere-se uma declaração firme acerca da realidade futura.

O futuro do modo potencial, pelo contrário, expressa incerteza ou atitude indefinida a respeito da ação verbal em si ou do momento de realização da mesma. (BUTLER, 1978, p. 8)

Os exemplos de Butler do futuro nos modos potencial e atual são:

(85)

a) Futuro com modo atual

Ikeróko-vo-ti-mo
 Cair-reflexivo-período-futuro
 ‘Você cairá.’

b) Futuro com modo potencial

Ikeráka-pu-mo
 Cair-reflexivo-futuro
 ‘Você é capaz de cair.’

O futuro em modo potencial de Butler, que seria o futuro no modo *irrealis* em nossa análise, não foi identificado em nossos dados, diferentemente do futuro no modo *realis*, apresentado no exemplo (77) acima.

No que concerne à ocorrência de futuro em modo *realis*, Haan (2009) explica que a categoria de tempo futuro poderia ser pensada como exclusivamente *irrealis*, mas não é o que ocorre. Segundo o autor, as ações que ocorrem no futuro são, por definição, irreais, mas há um grande conjunto de línguas que combinam futuro com um morfema considerado e analisado como *irrealis*. É o que ocorre em terena, quando o morfema de futuro {-mo} coocorre com o morfema *realis* {-ɔ}.

A opção por marcar uma sentença futura como *realis* e *irrealis* depende “do nível de confiança que o falante tem de a ação realmente ocorrer (isto é, se o falante acredita que o evento será realizado ou não)”⁶⁰ (HAAN, 2009, p. 34). No terena, é como Butler (1978, p. 8) afirmou: “fala-se da ação futura com exatidão: o falante vive na expectativa de que determinado evento se realize em determinado momento do futuro imediato ou distante”. Assim, as sentenças (80a-b) acima foram determinadas a ocorrer, justificando-se a coocorrência com o morfema de *realis*.

⁶⁰ [...] on the level of confidence the speaker has in the action actually occurring (i.e., whether the speaker believes that the event will be actualized or not).

(B) *Realis* Ø

O morfema Ø para *realis* ocorre em verbos que não apresentam consoante temática, assim como os morfemas {a-}~{o-} *irrealis*.

(86)

a) Ø- ʃuna -tʃi nɛ hoʃɛno
 real- forte -ʔ det homem
 ‘O homem é forte’.

b) Ø- unatʃi nɛ hoʃɛno
 real- bom det homem
 ‘O homem é bom’.

c) Ø- kɔ- jɛno -nɛ nɛ hoʃɛno
 real- vbzdor- esposa -concl det homem
 ‘O homem casou’.

C) *Irrealis* {-a}

O morfema *irrealis* {-a} ocorre em verbos que possuem consoantes temáticas. O morfema *irrealis* {a-} ocorre na mesma posição em que ocorre o sufixo *realis* {-ɔ}, porém, como afirmado anteriormente, o *irrealis* ocorrerá em sentenças negativas, imperativas afirmativas e condicionais (Exemplos 87-89).

(87) Sentenças negativas

a) akɔ ima -k -a nɛ hoʃɛno⁶¹
 neg dormir -t -irr det homem
 ‘O homem não dorme/dormiu’.

⁶¹ Observa-se que o verbo **imɔkɔ** ‘dormir’, quando recebe o sufixo de não declarativo {-a}, sofre um processo de harmonia vocálica: todas as vogais **o** da base verbal transformam-se em **a**, tornando-se **imaka**. Assim ocorrerá em outros verbos, ou seja, sempre que o verbo receber o morfema não declarativo {-a}, todas as vogais **o** do verbo se transformarão em **a**.

b) ako tetu -k -a pã:ũ ne se:mo
 neg cortar -t -irr pão det mulher
 ‘A mulher não corta/cortou o pão’.

c) ako vane -ʃ -a erepenɔtʃi ne hojeno
 neg comprar -t -irr camisa det homem
 ‘O homem não compra/comprou camisa’.

(88) Sentenças imperativas afirmativas

a) ime -k -a
 2sg/dormir -t -irr
 ‘Durma!’

b) titu -k -a pã:ũ
 2sg/cortar -t -irr pão
 ‘Corte o pão!’

c) vene -ʃ -a nakaku
 2sg/comprar -t -irr arroz
 ‘Compre arroz!’

(89) Sentenças com condicionais

a) eponi ima -k -a hojeno imo -k -o -tʃi -mo ne se:mo
 condic dormir -t -irr homem dormir -t -real -durat -fut det mulher
 ‘Quando o homem dormir, a mulher estará dormindo’.

b) eponi tetu -k -a u:tʃi ne iwku mãni ape: -tʃi v- ituke
 condic cortar -t -irr 1pl det lenha condic ter -durat 1pl.poss- trabalho
 ‘Se nós cortássemos lenha, teríamos o nosso trabalho’.

c) eponi vene -ʃ -a pe:ʃow j- oje -k -o -a: -tʃi -mo
 condic 2sg/comprar -t -irr feijão 2sg- cozinhar -t -decl -3sg.obj -durat -fut
 ‘Quando você comprar feijão, você estará cozinhando-o’.

(D) *Irrealis* {a-} ~ {o-}

Os verbos que não possuem consoantes temáticas marcam o modo *irrealis* com {a-} ~ {o-}, em que este último ocorre em verbos cuja primeira vogal seja **o** (Exemplos 90).

(90)

a) akɔ a- ʃuna nɛ hɔjɛnɔ
neg irr- forte det homem
'O homem não é/foi forte'.

b) akɔ ɔ- kɔ- jɛnɔ nɛ hɔjɛnɔ
neg irr- vbzdor- esposa det homem
'O homem não casou'.

c) akɔ a- wnatʃi nɛ hɔjɛnɔ
neg irr- bom det homem
'O homem não é bom'.

d) j- a- ʃuna
2sg- irr- forte
'Seja forte!'

e) j- ɔ- kɔ- jɛnɔ
2sg- irr- vbzdor- esposa
'Case!'

f) j- a- wnatʃi
2sg- irr- bom
'Seja bom!'

g) ɛpɔni a- ʃuna hɔjɛnɔ kojpe -k -ɔ -tʃi -mɔ pohutʃi vaka
condic irr- forte homem 3sg/matar -t -real -durat -fut uma vaca
'Quando o homem for forte, ele estará matando uma vaca'.

h) ɛpɔni ɔ- kɔ- jɛnɔ hɔjɛnɔ itu -k -o -tʃi -mɔ ajwʔitʃi
condic irr- vbzdor- esposa homem fazer -t -real -durat -fut festa
'Quando o homem casar, ele estará fazendo uma festa'.

- i) εpɔni a- wnatʃi ne hoʝenɔ mɔ̃ni ape: -tʃi ituke
 condic irr- bom det homem condic ter -durat trabalho
 ‘Se o homem for bom, estará trabalhando’.

4.1.1.6 Aspecto

Segundo Comrie (1976), o termo “aspecto” tende a ser menos familiar para os estudantes de linguística do que “tempo” e “modo”. Segundo o autor, isso pode decorrer do fato de em algumas línguas o aspecto ser mais identificável do que em outras. Por exemplo, os estudantes de russo e outras línguas eslavas estão familiarizados com a distinção entre aspecto perfectivo e imperfectivo, ao contrário do que ocorre em idiomas românicos, como espanhol e italiano, em que muitas vezes os estudantes confundem aspecto com tempo, pois há uma confusão terminológica e conceitual entre essas categorias.

O tempo verbal, explica Comrie (1976), relata o tempo da situação referida a outro tempo, normalmente o momento da fala. Os tempos verbais mais comumente encontrados nas línguas são presente, passado e futuro, mas cabe observar que nem todas as línguas distinguem esses três tempos verbais ou não distingue nenhum tempo verbal. Para o linguista, se a categoria de tempo localiza o tempo de uma situação relativa em relação à situação do discurso, pode-se descrever o tempo como dêitico.

Na discussão e confusão entre aspecto e tempo, Comrie (1976) considera que o aspecto não é desconectado do tempo, mas são “preocupações” muito diferentes. O tempo é uma categoria dêitica, ou seja, localiza situações no tempo, normalmente com referência ao momento presente, ainda que também com referência a outras situações, enquanto o aspecto não relaciona o tempo da situação com qualquer outro ponto no tempo, mas sim com o constituinte temporal interno de uma situação (duração, caráter concluso ou inconcluso do processo).

Os aspectos discutidos por Comrie (1976) para explicar o constituinte temporal interno de uma situação são perfectivo e imperfectivo. Segundo o autor, a dificuldade de identificação das distinções aspectuais decorre não apenas do fato de haver diferentes “nomes” para se referir ao mesmo fenômeno, mas também de o mesmo “nome” ser frequentemente aplicado por diferentes linguistas para conceitos diferentes.

No que concerne à discussão sobre imperfeito, o autor afirma haver uma distinção interna entre os termos “progressivo” e “contínuo”: o progressivo é a subdivisão do contínuo, ou seja, progressivo é a combinação do contínuo com o instável.

Segundo Comrie (1976), ao discutir aspecto é importante compreender que a diferença entre perfectivo e imperfeito não é necessariamente uma diferença objetiva entre situações, nem é necessariamente uma diferença que é apresentada pelo falante como sendo objetiva. É completamente possível, para o mesmo falante referir-se à mesma situação com uma forma perfeita ou com uma forma imperfeita, sem ser contraditório.

Assim, considerando o conceito de imperfectividade e sua subdivisão em progressivo e contínuo, Comrie (1976) aponta que a perfectividade indica a visão de uma situação como um todo, sem distinção das várias fases que constituem aquela situação, ao contrário do que ocorre no imperfeito, que focaliza a estrutura interna da situação.

Considerando os apontamentos de Comrie (1976), constata-se que a distinção perfectivo *versus* imperfeito é a mais antiga e a mais importante desta categoria. É que a categoria de aspecto apresenta diversas controvérsias entre teóricos diante da complexidade de que apresenta.

Segundo Almeida (2008, p.76), “assim como em modo, em que há distinção entre modo e modalidade, na categoria de aspecto distingue-se aspecto e acionalidade ou modos de ação”. Assim, sobre a categoria aspecto tem-se a distinção perfectivo *versus* imperfeito, enquanto nos modos de ação “há um número ilimitado de possibilidades (e.g. inceptivo, incoativo, resultativo, durativo, iterativo, completivo, cessativo, saturativo, cumulativo, distributivo, semelfactivo, multiplicativo, estativo, dentre outros”. (ALMEIDA, 2008, p. 76).

Castilho (1968, p. 40) afirma que:

O modo da ação representa uma compreensão lato sensu das noções aspectuais, uma vez que abrange um número ilimitado de possibilidades, englobando e ultrapassando a bipolaridade que caracteriza o aspecto [...]. Decorre essa variedade de possibilidades do fato de assentar o modo da ação no próprio valor semântico do verbo, cujos caracteres objetivos se tem tentado apreender através de análises diversas, levadas sempre pela perspicácia dos lingüistas a pontos cada

vez mais distanciados dos limites da pura e simples noção de duração e de completamento.

No que diz respeito ao aspecto e modo de ação, segundo o autor, há possibilidades de conflitos e confusões. Castilho (1968, p. 42) expõe que:

Um grande embaraço surgiu para o mundo românico quando os franceses traduziram *Aktionsart* por “aspecto”, deixando intraduzido o termo *Aspekt* [...]; a incompreensão então estabelecia quanto ao que se vinha designando por *Aspekt* e *Aktionsart*, baralhando noções que diziam respeito a níveis linguísticos ditintos (*Aktionsart*: nível semântico; *Aspekt*: nível morfológico), aprofundou a crise começada pelos esmiuçadores das *Aktionsarten*. Descobriram-se assim “aspectos” que não eram mais que filigranas de significação encontráveis nos verbos: [“aspecto”] intensivo, diminutivo, desiderativo, potencial, reflexivo, recíproco, conativo, pejorativo, benefactivo, comitativo, obrigatório, aparential, inferencial ou putativo, resertativo, negativo [...]; Louis Roussel fala em “aspectos” de velocidade, de plenitude de fraqueza, “aspecto” inversivo, cessativo, negativo, aditivo, desiderativo, intencional, de predileção, reflexivo, aspecto de interesse pessoal, aspecto determinado [...].

Mattoso Câmara Jr. (1989, p. 142), baseando-se em Brugmann (1905), propõe uma esquematização teórica dos diversos tipos de aspectos possíveis numa conjugação verbal:

1) aspecto PONTUAL, ou momentâneo – assinala um processo realizado de maneira súbita e instantânea; 2) DURATIVO – frisa a duração do processo, o qual pode intensificar-se cada vez mais (PROGRESSIVO), ou desenrolar-se simplesmente (CURSIVO), ou repetir-se por uma série de processos pontuais, (FREQUENTATIVO ou ITERATIVO); 3) PERMANENTIVO – o processo é apresentado como persistente em seus efeitos, à maneira de uma coisa adquirida; 4) INCEPTIVO – apenas marca o princípio de um processo; 5) CESSATIVO, ou CONCLUSIVO, que marca ao contrário o fim; 6) RESULTATIVO – registra os resultados de um processo realizado.

Nesse sentido, considerando o debate teórico e a conceituação de aspecto e *aktionsart*, analisamos a categoria aspecto em terena.

4.1.1.6.1 {-nɛ} perfectivo/concluso

Com base nas elucidações teóricas de Comrie (1976), Castilho (1968) e Mattoso Câmara Jr (1989), o aspecto é analisado em nível morfológico e o *Aktionsart* em nível semântico, identificamos que, em terena, usa-se o morfema {-nɛ} para marcar o aspecto **perfectivo** ou o *Aktionsart* **concluso**. Esse morfema é usado apenas em sentenças que expressam um fato realmente ocorrido, acabado, e, por essa razão, considerado morfema marcador de aspecto perfectivo - concluso.

(91)

a) imɔ -k -ɔ -nɛ nɛ hojɛnɔ
dormir -t -real -concl det homem
'O homem dormiu'.

b) nɛ -ɔ -nɛ peʃow
2sg/plantar -decl -concl feijão
'Você plantou feijão'.

c) kɔ- jma -nɛ nɛ sɛ:nɔ
vbzdor- marido -concl det mulher
'A mulher casou'.

4.1.1.6.2 {-tʃi} imperfectivo/durativo

Butler e Ekdahl (1979) identificaram o sufixo {-tʃi} como marcador de ação progressiva. Nesta pesquisa, constatamos que, em terena, usa-se o morfema {-tʃi} para marcar o aspecto **imperfectivo** ou o *Aktionsart* **durativo**. Esse morfema é usado apenas em sentenças que expressam uma duração do processo e, por essa razão, é considerado morfema marcador de aspecto imperfectivo - durativo.

(92)

a) imɔ -k -ɔ -tʃi nɛ hojɛnɔ
 dormir -t -real -durat det homem
 ‘O homem está dormindo’.

b) nɛ -ɔ -tʃi peʃow
 2sg/plantar -decl -durat feijão
 ‘Você está plantando feijão’

c) kɔ- jma -tʃi nɛ sɛ:nɔ
 vbzdor- marido -durat det mulher
 ‘A mulher está casando’.

4.1.1.7 Prefixo intransitivizador: {e-}

Segundo Butler (1977), quando {e-} é prefixado a bases verbais ativas, estas se transformam em verbos estativos. Tal hipótese não se confirma, pois, quando o morfema {e-} é prefixado a uma base verbal transitiva, o verbo se transforma em verbo intransitivo, o que leva a mudança de valência: de transitivo passa a intransitivo.

Em 1979, Butler e Ekdahl reconheceram {e-} como um prefixo intransitivizador, porém, para as autoras, {e-} é alomorfe de {i-}, que não foi identificado em nosso trabalho. Os exemplos apresentados por Butler e Ekdahl são:

(93)

a) hhoquéyocoa ‘dobrou-o’ > ihhoquéyokoti ‘está dobrado’
 b) míhhe’ocoa ‘abriu-o’ > imihhé’ocoti ‘está aberto’

Segundo Butler e Ekdahl (1979), quando a primeira vogal do verbo é e, o prefixo a ser usado é e- (Exemplo 94).

(94) quetócoa ‘rebentou-o’ > equetócoti ‘está rebentado’

Em nossa pesquisa, constatamos {e-} como prefixo intrasitivizador, conforme exemplo (95):

(95)

a) Sentença transitiva

tetu -k -ɔ pã:ũ nɛ hɔjɛnɔ
cortar -t -real pão det homem
‘O homem corta/cortou o pão’.

b) Sentença intransitiva

e- tetu -k -ɔ nɛ pã:ũ
itrɔvdor- cortar -t -real det pão
‘O pão é cortável’.

4.1.2 Morfemas derivacionais

4.1.2.1 Nominalizadores: {-tʃi} e {-ku}

A língua terena apresenta dois morfemas nominalizadores: {-tʃi} e {-ku}. O morfema {-ku} foi identificado e descrito por Butler e Ekdahl (1979), conforme exemplo (96), como nominalizador que transforma verbo em nome de lugares:

(96)

- a) ovo ‘morar’ > óvocu ‘lugar em que mora’
- b) vêco ‘passa’ > vécocu ‘o lugar onde passa’
- c) icôti ‘está tirando água’ > icocúti ‘lugar onde tira água/poço’

Na análise de nossos dados, constatamos o nominalizador {-ku}⁶²:

⁶² O morfema {-ku} também parece ser um vestígio de caso em terena, porém, diante da necessidade de serem realizados estudo mais aprofundados, consideramos tal sufixo um nominalizador.

- (97) v- ɔwɔ -ku -ke ɔwɔ nɛ hɔjɛnɔ
 1pl.poss- morar -nzdor -loc morar det homem
 ‘O homem mora/morou na nossa casa’.

O {-tʃi} é usado para nominalizar verbos que se referem a agentivos. Observa-se, nos exemplos abaixo, que, quando o verbo é introduzido no sujeito da sentença e recebe o sufixo {-tʃi}, passa a ser um nome, que expressa o ‘fazedor’/agente de uma ação. Portanto, na sentença (98a), o verbo **oje:ko** ‘cozinhar’, ocorrendo no escopo do sujeito e recebendo sufixo {-tʃi} torna-se “cozinhador”/cozinheiro/aquele que cozinha, portanto passa a ser um nome. O mesmo processo se verifica em (98b): o verbo **ihikaʃɔ** ‘ensinar’, ocorrendo na posição de sujeito com sufixação de {-tʃi}, passa a ter o significado de ‘ensinador’/aquele que ensina/professor, tornando-se nome.

(98)

- a) ɛnɛpɔ =nɛ oje: -k -ɔ -tʃi oje: -k -ɔ ʃupu
 enf =det cozinhar -t -real -nzdor cozinhar -t -decl mandioca
 “A cozinheira cozinha/cozinhou a mandioca”.

- b) ɛnɛpɔ =nɛ ihika -ʃ -o -tʃi ihika -ʃ -o tɛ:ɛnɔɛ
 enf =det ensinar -t -real -nzdor ensinar -t -real terena
 “O ensinador (professor) ensina/ensinou terena”.

4.1.2.2 Prefixo causativizador: {ko-}

O prefixo {ko-}, de acordo com Butler (1977), prefixado em bases verbais estativas, dá origem a verbos ativos, denominando {ko-} de agentivo.

Em 1979, Butler e Ekdahl reconheceram {ko-} como prefixo transitivizador, exemplificando o prefixo conforme exemplo (99):

(99)

- a) hiyá’iti ‘é/está amarelo’ > cohiyá’icoati ‘está fazendo-o amarelo’
 b) puhi ‘sair’ > cópuhicoa ‘ele o fez sair’

De acordo com nossas análises, as autoras chegaram a essa conclusão pelo fato de que, se {**ko-**} for prefixado a bases verbais intransitivas, transforma-as em um verbo pleno, ampliando a sua valência, ou seja, passa a ser um verbo transitivo.

Em nossas análises consideramos {**ko-**} um prefixo causativizador conforme exemplo (100)

(100)

a) Sentença não-causal (intransitiva)

i- muju -k -o -tʃi ne hajtfikotʃi
vbzdor- podre -t -real -durat det fruta
‘A fruta está apodrecendo’.

b) Sentença com causativo

ko- j- muju -k -o -a: -tʃi hajtfikotʃi ne kafe
causatzdor- vbzdor- podre -t -real -3sg.obj -durat fruta det sol
‘O sol está apodrecendo a fruta’.

Segundo Comrie (1992), a sentença com verbo causativo implica sempre mais um atuante que a sentença não-causal correspondente, ou seja, o causador da ação. Portanto, de acordo com o autor, a valência potencial de um verbo causativo é maior do que a de seu equivalente não-causal. Assim, o fato de o causativizador {**ko-**}, em terena, ter como consequência o aumento da valência do verbo no processo de causativização, levou Butler e Ekdhal (1979) a considerarem tal prefixo como marcador de transitivização.

Comrie (1992) afirma que o sujeito do verbo não-causal não pode aparecer como sujeito do verbo causativo, se ele aparecer, deve aparecer como qualquer outro argumento sintático da construção causal. Tal fato pode ser observado no exemplo (100). Em (100a), hajtfikotʃi ‘fruta’ aparece como sujeito da sentença não-causal, enquanto, em (100b), aparece na função de outro argumento sintático, objeto direto.

Em terena, podem-se, portanto, encontrar morfemas verbais flexionais e derivacionais. Entre os morfemas flexionais, observou-se a presença de pronomes

pessoais, reflexivos, recíprocos e objeto; morfemas temáticos; marcação de futuro, marcação de modo *realis* e *irrealis*, aspecto conclusivo e durativo, além de morfemas que influenciam a valência dos verbos. Entre os morfemas derivacionais, encontraram-se sufixos nominalizadores.

Considerando os morfemas que circundam o verbo, apresentamos o seguinte quadro da estrutura morfológica verbal terena:

Quadro 03: Estrutura morfológica verbal terena.

-4	-3	-2	-1		+1	+2	+3	+4	+5	+6
Prefixo causativi-zador	Prefixo intrazitivi-zador	Formas presas dos pronomes pessoais	Modo	Raiz	Consoante temática	Modo	Pronomes presos na função de objeto	Pronome de 3ª na pessoa	Aspecto	Tempo
							Morfema reflexivo			
							Morfema recíproco			
							Voz			
							Sufixos nominalizadores			

Considerando o fato de a língua terena ser objeto de estudos missionários e acadêmicos anteriores a esta pesquisa, apresentamos abaixo um quadro contrapondo os aspectos já descritos nos trabalhos anteriores e os aspectos inéditos apresentados nesse capítulo sobre o verbo em terena.

Quadro 04: O verbo em terena: os trabalhos anteriores e as identificações de Rosa (2010).

	Eastlack (1968)	Butler (1977)	Butler (1978)	Butler e Ekdahl (1979)	Piggott (<i>apud</i> TOURVILLE, 1991)	Rosa (2010) ⁶³
Consoantes temáticas	-	-	-	*Identificaram as consoantes temáticas – c/q e –x.	-	*Identificou seis consoantes temáticas: {-k}, {-f}, {-m}, {-w}, {-h} e {ø}.
Primeira pessoa do singular	*Aponta que a primeira pessoa do singular é marcada por um N-prosódia, ou seja, é a pré-nasalização da primeira consoante oclusiva ou fricativa na palavra fonológica mais a nasalização de todas as vogais e semivogais anteriores e, se a palavra fonológica não apresentar nenhuma consoante oclusiva ou fricativa, todas as suas vogais e semivogais são nasalizadas	-	-	*Afirmam que qualquer palavra que faz referência à primeira pessoa do singular recebe característica de nasalização.	*Afirmou que a primeira pessoa do singular em terena é marcada por um traço [+nasal], que se organiza no segmento à esquerda da palavra e então se espalha sobre a palavra inteira até que um segmento [+sonoro] seja convertido em um segmento [+nasal].	*Concorda com Bendor-Samuel (1960), Eastlack (1968), Butler e Ekdahl (1979) e Piggott (<i>apud</i> TOURVILLE, 1991), afirmando que a primeira pessoa do singular é realizada por um traço nasal que se espalha da esquerda para a direita na base verbal e é bloqueado por uma consoante fricativa ou oclusiva que muda sua qualidade, de surda para sonora, e é pré-nasalizada.

⁶³ Referência as descrições realizadas nessa dissertação.

	.					
Segunda pessoa do singular e plural	*Afirma que a marcação se dá por Y- prosódia: palavras iniciadas pelas vogais a, o e u recebem o prefixo y- e palavras iniciadas por consoantes e pelas vogais i e e passam pelo processo de elevação ou frontalizaçã o da vogal da primeira sílaba para formar a segunda pessoa.	-	-	* Afirmam que, “para formar a segunda pessoa com consoante ou i inicial, muda-se a primeira vogal (menos i)” e, para formar a segunda pessoa de uma palavra que se inicia com vogal que não seja i, prefixa-se y- à palavra.	-	* Concorda com Eastlack (1968) e Butler e Edkdahl (1979): a segunda pessoa do singular ocorre pelo alçamento e anteriorização da primeira vogal do item lexical verbal que se inicia por uma consoante e pela prefixação do morfema {j-} que ocorre em verbos iniciados por vogais. Os verbos iniciados com i não são prefixados pela semivogal {j-}, nesses casos, o processo de marcação de segunda pessoa ocorre na segunda vogal do item lexical. *Identificou que a segunda pessoa do plural na forma presa é marcada por processos morfofonológicos idênticos ao de segunda pessoa do singular, porém, na

						segunda pessoa do plural, o verbo recebe o pluralizador pronominal {-noε}.
Primeira pessoa do plural	*Identificar am que a primeira pessoa do plural é realizada por V-prosódia, marcada pelo prefixo v- para formas que têm um segmento vogal inicial. Não descreveu a formação de primeira pessoa do plural em palavras que se iniciam por consoante.	-	-	*Apresentam os mesmos resultados de Eastlack (1968), porém descrevem a formação de primeira pessoa do plural em palavras iniciadas por consoantes: nesses casos, acrescenta-se a palavra ûti ‘nós/nosso’ após a palavra a ser marcada.	-	*Constatou que a primeira pessoa do plural é marcada pelo morfema {v-} em bases verbais iniciadas por vogal, no entanto, quando a base verbal inicia-se com consoante, a primeira pessoa do plural é marcada pelo morfema pronominal pessoal livre {u:tfi}.
Terceira pessoa	*Identifico u que é marcada por Zero-prosódia: a palavra não sofre alterações quando na terceira pessoa.	-	-	*Afirmam que “não apresentando marcador de pessoa, entende-se que uma palavra é da terceira pessoa”	-	*não considera um verbo não marcado por pronomes pessoais como um verbo de terceira pessoa, automaticamente. *Identificou que a terceira pessoa é marcada pelo morfema {ø}.

Pronomes presos na função de objeto	*Identifico u como sufixos objetivos: {-nu} '1Sg'; {- pi} '2S'; {- a} '3Sg'; e, {-Vvi} '1Pl'.	-	-	*Identificara m como sufixos objetivos: {- nu} '1Sg'; {- pi} '2S'; {- a} '3Sg'; e, {-Vvi} '1Pl'.	-	*Identificou os pronomes: {-nu} '1Sg.Obj'; {- pi} '2Sg.Obj'; {- a} '3Sg.Obj'; e, {-vi} '1Pl.Obj'. *Não identificou a ocorrência de V apresentada por pesquisas anteriores na primeira pessoa plural objeto, sendo esta identificada nessa pesquisa como morfema {- vi}. *Identificou que o morfema {- a}, além de ter a função de objeto na sentença, também pode funcionar como marca de concordância com o objeto.
Morfema reflexivo	*Classifico u o sufixo {-wɔ} como "própria pessoa", o que faria desse morfema marca de reflexivo, não mencionan	-	-	*Descrevera m {-wɔ} como reflexivo, em ocorrências em que o sujeito recebe também a ação do verbo *Identificara m, também,	-	*Verificou que o sufixo {-po} desempenha a função de reflexivo, e sua ocorrência está relacionada aos argumentos verbais.

	do a ocorrência de {-po}.			o morfema {- po }, que, assim como {-wɔ}, foi denominado de reflexivo ao coocorrer com este último.		*Identificou que {-po} é usado quando o verbo pede mais de um argumento. *Afirmou que{-wɔ} é usado quando o verbo não pede mais que um argumento, indicando a não especificidade da ação sobre o indivíduo, ou seja, o que foi afetado ou com o que foi afetado.
Morfemas recíprocos	-	-	-	*Identificara m o morfema {-coco} como marcador de reciprocidade .	-	*Identificou como recíprocos os morfemas: {- kɔ } em orações cujo agente é de 3ª p e {-gɔ} em orações cujo agente é de 1ªp.pl.
Voz passiva {- wɔ}~{-pu}	-	-	-	*Apontam {- wɔ } como marcador de voz passiva em sentenças no modo atual. *Identificara m o morfema {-pu} como marcador de voz passiva em sentenças no modo potencial.	-	*Identificou o morfema {- wɔ } como marcador de voz passiva em sentenças no modo <i>realis</i> . *Identificou {-pu} como marcador de voz passiva em sentenças no modo <i>irrealis</i> .

Morfema de tempo futuro: {-mɔ}	-	-	-	*Afirmaram que o tempo em terena divide-se em futuro <i>versus</i> não futuro. O futuro é marcado pelo morfema {-mɔ} e o não futuro é não marcado	-	*Constatou as descrições de Butler e Ekdahl (1979).
Modo	-	-	*Aponta que a língua terena faz a distinção entre modo potencial <i>versus</i> atual. *Afirma que a escolha modal atual/potencial está relacionada com não realidade, possibilidade, atividade definida e certeza e realidade. *Dos morfemas de modo, Butler identificou apenas os que marcam modo potencial, considerando o sufixo {-ɔ} como tema verbal.	-	-	*Identificou a distinção <i>realis/irrealis</i>: o modo <i>realis</i> é marcado pelo sufixo {-ɔ} ou morfema {θ}, ocorrendo em sentenças declarativas afirmativas, proibitivas, com marcação de aspecto conclusivo e tempo futuro; o modo <i>irrealis</i> é marcado pelo sufixo {-a} ou prefixos {a-}~{o-}, ocorrendo em sentenças declarativas negativas, imperativas afirmativas e condicionais.
Aspecto	-	-	-	*Identificaram o sufixo {-	-	*Identificou que, em terena, usa-se

				tʃi como marcador de ação progressiva.		o morfema {-ne} para marcar o aspecto perfectivo ou o <i>Aktionsart</i> conclusivo. *Constatou que, em terena, usa-se o morfema {-tʃi} para marcar o aspecto imperfectivo ou o <i>Aktionsart</i> durativo.
Prefixo intransitivizador: {e-}	-	-	-	*Identificaram {e-} como um prefixo intransitivizador, como alomorfe de {i-}.	-	*Constatou {e-} como prefixo intransitivizador, porém, não identificou alomorfia descrita por Butler e Ekdahl (1979).
Nominalizados	-	-	-	*Identificaram o morfema {-ku} como nominalizador.	-	*Constatou o morfema nominalizador {-ku} e identificou o nominalizador {-tʃi}, usado para nominalizar verbos que se referem a agentivos.

Prefixo Causativizador: {ko-}	-	*Afirmou que tal prefixo ligado à bases verbais estativas, dá origem a verbos ativos, denominando {ko-} de agentivo.	-	*Reconheceram {ko-} como prefixo transitivizador.	-	*Identificou {ko-} como um prefixo causativizador.
--------------------------------------	---	--	---	---	---	--

Conforme descrições, observa-se a ampla variedade de aspectos morfológicos que podem estar presente nos verbos terena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O povo indígena terena, assim como todos os outros povos, passou por muitas transformações culturais, cujas origens são explicadas pelos fatos históricos, marcados pela guerra, pela disputa de territórios, mas, apesar disso, resistiram às pressões econômicas, históricas, sociais e culturais e hoje luta por seus direitos, entre os quais o de preservar sua língua.

Um dos caminhos que têm sido percorridos pelos terena para preservar sua cultura e ser respeitados como cidadãos brasileiros é a luta por uma educação escolar diferenciada, amparo legislativo, preservação da língua materna, entre outras. E foi o interesse pela preservação da língua indígena terena que possibilitou a abertura de espaços para esta pesquisa linguística.

Com a descrição científica da língua, constroem-se subsídios para, por exemplo, elaborar uma gramática sistematizada, podendo resultar em materiais didáticos destinados ensino da língua terena na escola e para uma educação escolar indígena diferenciada para o povo, visto que, para uma escola diferenciada, necessita-se de ensino adequado da língua materna.

Com a meta de contribuir com o povo terena na luta pela preservação e uso da língua terena, efetivou-se esta pesquisa, cujo objetivo primordial foi descrever os aspectos morfológicos da língua terena, a despeito das poucas pesquisas linguísticas científicas já realizadas sobre a língua.

A língua terena apresenta uma rica e complexa⁶⁴ morfologia, particularmente no que concerne ao verbo. Há ocorrência de morfemas presos tanto nos verbos como nos nomes, porém a morfologia verbal é mais ampla. Para discutir e descrever os morfemas apresentados pela língua subdividimos a descrição em dois capítulos: em um, tratamos da morfologia nominal; no outro, da morfologia verbal.

Na pesquisa, constatamos que o nome, em terena, pode ser identificado sintática ou morfológicamente. A identificação morfológica é realizada por meio dos

⁶⁴ Os termos “rica” e “complexa” não são usados neste texto para sugerir que outras línguas não possuam riquezas e complexidades quanto aos aspectos linguísticos, mas para reafirmar a riqueza e complexidade da língua objeto de estudo desta dissertação.

morfemas {**ko-**} e {**i-**} verbalizadores, {**-na**} de posse; {**-ke**} locativo, além dos morfemas pronominais possessivos presos.

O terena, de acordo com Butler e Ekdahl (1979), apresenta posse alienável e inalienável. A primeira é marcada pelo morfema {**-na**}. Em nossa pesquisa, pudemos identificar que os nomes possuídos inalienável e alienavelmente, na ausência de um argumento nominal na função de possuidor, recebem a marca de pronomes possessivos para especificar o possuidor.

No que concerne a gênero, Butler e Ekdahl (1979) afirmam que a categoria não existe, porém, em nosso trabalho, identificamos a distinção entre masculino e feminino, com referência a humano, havendo um item lexical para feminino e outro item lexical para masculino. Para crianças e animais, identificamos os adjetivos **hojeno** ‘macho’ e **se:mo** ‘fêmea’, marcando gênero masculino e feminino, respectivamente.

O número, em terena, é marcado pelos morfemas {**-noe**} e {**-hiko**}, ambos identificados, também, por Butler e Ekdahl (1979), sendo o primeiro para sentenças em segunda pessoa e o segundo, para sentenças em terceira pessoa. Quanto à ocorrência do morfema {**-hiko**} na sentença, nossos resultados diferem dos identificados pelas missionárias. Verificamos que, para pluralizar o objeto, {**-hiko**} ocorre preso ao verbo ou objeto; para pluralizar o sujeito, {**-hiko**} ocorre preso ao núcleo do sujeito; para pluralizar todos os elementos da sentença, {**-hiko**} ocorre junto ao núcleo do sujeito e objeto, junto ao núcleo do sujeito e verbo, ou junto ao núcleo do sujeito, verbo e objeto.

A língua terena, de acordo com Butler (1977), apresenta dois morfemas verbalizadores, {**i-**} e {**ko-**}, que constatamos em nosso trabalho. Em nossos dados, observamos que {**i-**} forma verbos a partir de bases adjetivas e {**ko-**} é usado para formar verbos a partir de bases nominais. Também foi identificado o morfema locativo {**-ke**}.

No que respeita aos pronomes, assim como as pesquisas anteriores (EASTLACK 1968; BUTLER e EKDAHL, 1979), identificamos a presença de pronomes livres e presos, dos quais os últimos podem ocorrer por processos morfofonológicos ou por afixos. As formas livres são os pronomes demonstrativos e

indefinidos; as formas presas são os pronomes objeto ou de concordância com o objeto. Os pronomes pessoais e possessivos ocorrem sob as formas livre e presa.

Os pronomes pessoais e possessivos livres {**ũ:dʒi**} ‘1sg’; {**itʃi**} ‘2sg’ e, {**u:tʃi**} ‘1pl’ foram identificados anteriormente por Eastlack (1968) e Butler e Ekdahl (1979). Em nossa pesquisa, constatamos tais morfemas pronominais, assim como identificamos o morfema **ø** para terceira pessoa.

Em nossos dados, constatamos os pronomes demonstrativos {**nɛ**} ‘aquele(a)’, {**ra**} ‘este(a)’ e {**nɛkɔ**} ‘aquele(a)’, já identificados por Eastlack (1968), Butler e Ekdahl (1979) e Butler (2003), e que consideramos determinantes da língua terena, concordando com Butler (2003).

Os pronomes indefinidos {**apɛ**} ‘algum (a)/alguém’ e {**hew**} ‘todos(as)/tudo’ foram identificados em nossa pesquisa.

As palavras interrogativas identificadas por Eastlack (1968) foram **na yé’aaye** ‘quantos?’, **na** ‘onde?/quando?’, **kuti itukóvo** ‘quem?’ e **kuti ituko** ‘de quem?’, e as palavras interrogativas encontradas por Butler e Ekdahl (1979) foram **na’aye** ‘quando?’ e **na** e **cuti** para os questionamentos restantes. Em nossas análises, identificamos as palavras interrogativas **na:kɔ** ‘onde?’, **na:aje** ‘quando?’, **kutʃi** ‘quem?’, **kutʃitukowo** ‘qual?’, **na:jeʔaj** ‘quantos?’ e **nakutʃi** ‘por que?’.

No que concerne à morfologia verbal, esta apresenta morfemas flexionais e derivacionais. A morfologia flexional apresentou afixos e processos morfofonológicos para marcar pronomes pessoais, afixos para recíprocos, reflexivos e objeto, morfemas temáticos, marcação de futuro, modos *realis* e *irrealis*, transitividade e intransitividade, além de aspecto conclusivo. Na derivação, a língua terena apresentou sufixos nominalizadores.

Butler e Ekdahl (1979) identificaram dois sufixos temáticos, **-c/q** e **-x**. Em nossos dados, identificamos seis consoantes temáticas, {**-k**}, {**-ʃ**}, {**-m**}, {**-w**}, {**-h**} e {**ø**}.

Os pronomes pessoais presos foram descritos por Eastlack (1968) e por Butler e Ekdahl (1979) anteriormente, porém, em nossa análise, identificamos o morfema **o** para a terceira pessoa.

Eastlack (1968) e Butler e Ekdahl (1979) identificaram os pronomes-objeto da língua Terena, que também constatamos em nossa pesquisa. São eles: {-**nu**} '1sg.obj'; {-**pi**} '2sg.obj'; {-**a**} '3sg.obj' e {-**vi**} '1pl.obj'. Em nossos dados, pudemos identificar que, além de ser terceira pessoa-objeto, o morfema {-**a**} também é pronome de concordância com o objeto, enquanto o morfema {-**vi**} foi identificado nas pesquisas anteriores com a forma **-Vvi**, que não ocorreu neste trabalho.

Como pronome reflexivo, Eastlack (1968) e Butler e Ekdahl (1979) identificaram o morfema **-wo**. Em nossos dados, o morfema reflexivo é {-**po**}, ao passo que {-**wo**} é um morfema não específico, cuja ocorrência não requer a especificidade da ação.

Eastlack (1968) e Butler e Ekdahl (1979) identificaram o morfema **-koko** como recíproco. Em nossas análises, identificamos os alomorfes {-**ko**}, para terceira pessoa, e {-**go**} para primeira pessoa do plural.

Nas análises dos dados constatamos a existência do morfema {-**wo**} marcador de voz passiva, identificado e descrito por Butler (1979).

Assim como Butler (1978) e Butler e Ekdahl (1979), identificamos a distinção de tempo futuro e não futuro em terena, sendo o futuro marcado pelo morfema {-**mo**}. A distinção entre passado e presente, como afirmaram as autoras, é realizada por meio de palavras que identificam tempo.

Em terena, identificamos o modo *realis/irrealis*, designado por Butler (1978) e Butler e Ekdahl (1979) como modo atual/potencial. Para marcar *realis*, identificamos os morfemas {-**o**}, que ocorre em verbos com consoante temática, e {-**o**}, que ocorre em verbos sem consoante temática. O modo *irrealis* é marcado por {-**a**} em verbos com consoante temática e {-**a**-}~{-**o**-} em verbos sem consoante temática.

Em nossas análises, identificamos que o terena apresenta o morfema {-**ne**} para aspecto perfectivo/concluso e, como identificado por Butler e Ekdahl (1979), o morfema {-**tfi**} para aspecto imperfectivo/durativo e os prefixo {-**e**-} intransitivizador.

Entre os morfemas derivacionais, há os nominalizadores {-tʃi} e {-ku}, este último já identificado por Butler e Ekdahl (1979) e {ko-} causativizador.

Nessa pesquisa, identificamos, ainda, que o terena apresenta a ordem sintática fixa VOS, havendo uma ordem sintática enfática SVO, em que o sujeito ocorre precedendo o verbo como forma de topicalização e a ordem VSO para sentenças com ocorrência de formas pronominais pessoais livres:

Diante dessa descrição, pudemos observar que muitos estudos linguísticos sobre a língua terena ainda devem ser realizados. A respeito da sintaxe, o terena parece apresentar um padrão ergativo, que é marcado pela ordem das sentenças, o que deve ser pesquisado com profundidade. Assim, a possibilidade de pesquisa sobre a sintaxe conduz a um outro estudo morfossintático, visto que, nesta pesquisa, não foi possível verificar todos os morfemas e classes gramaticais do terena e não se encontram trabalhos concluídos que descrevam toda a morfologia e sintaxe da língua, com exceção deste trabalho, que apresenta aspectos da morfologia nominal e verbal.

Nas análises, como mencionado, foram encontrados processos morfofonológicos significativos, fazendo-se necessárias pesquisas sobre a morfofonologia da língua. Estudos que visem à constituição gramatical da língua são fundamentais, pois, apesar de o terena possuir uma gramática e ortografia, estas não estão sistematizadas, complicando o uso e o ensino da forma escrita. Pesquisas a que pretendemos dar continuidade no doutorado.

O povo terena necessita de apoio dos cidadãos não índios, não apenas sob a forma de pesquisa linguística, mas também de aplicação dos resultados dessas pesquisas para as comunidades indígenas. É necessário que os linguistas que invalidam as grandes contribuições da linguística para a ciência e educação em seus discursos precipitados e repletos de desconhecimento da realidade e dos desejos dos índios brasileiros revejam seus posicionamentos.

Temos consciência de que muito não foi possível fazer, mas o que se fez inicia a discussão sobre alguns aspectos da morfologia Terena. Fato que nos tranquiliza, uma vez que um texto é um produto sempre em processo de construção e reconstrução. Assim, nesse processo, este texto poderá ser reconstruído, se necessário, revendo questões que apresentem equívocos de descrição, análise ou interpretações, com o

objetivo de nos aproximarmos tanto quanto possível da realidade manifesta no falar de cada informante indígena entrevistado.

Para finalizar, reafirmamos que muito há por descrever e pesquisar sobre a língua terena nos aspectos morfofonológicos e morfossintáticos, em especial. Esperamos participar dessas pesquisas de forma segura e consciente das limitações que sempre vão caracterizar as descrições de línguas, especialmente aquelas sobre as quais, como o terena, pouco se registrou academicamente.

REFERÊNCIAS

- ABBI, A. *A Manual of Linguistic Field Work and Structures of Indian Languages*. München: Lincom-Europa. 2001
- AIKHENVALD, A. Y. The Arawak language family. In: DIXON: R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Org.). *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ALMEIDA, L. de. *A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise*. Dissertação de Mestrado. Londrina: UEL, 2008.
- AZANHA, G.; LADEIRA, M. E. *História Terena*. Povos indígenas no Brasil, Novembro de 2004. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/terena/hist.shtm> Acessado em: 22/03/2007.
- BALTAZAR, P. O processo decisório dos terena. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2010.
- BENDOR-SAMUEL, J. T. Some Problems of segmentation in Terena. *Word*. 16. 1960, p. 348-345.
- _____. *An outline of the grammatical and phonological structure of Terena I*. Brasília: SIL-AL 90, 1961.
- _____. A structure-function description of Terena phrases. *CJL* 8. 1963a. p. 59-70
- _____. Stress in Terena. *Transactions of the Philological Society for 1962*. Oxford. 1963b. p.105-123.
- _____. Some prosodic features in Terena. In: C.E. BAZELL et al. *Memory of J.R. Firth: 30-39*. Londres: 1966.
- BHAT, D. N. S. *Prominence of Tense, Aspect and Mood*. V. 49. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999.
- BITTENCOURT, C. M.; LADEIRA, M. E. *A história do Povo Terena*. Brasília: MEC, 2000.
- BOOIJ, G. *The grammar of words: an introduction to linguistic morphology*. New York: Oxford University Press, 2005.
- BORBA, F. da S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1973.
- BRAGGIO, S. L. B. Políticas e direitos lingüísticos dos povos indígenas brasileiros. *Signótica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFG*, 14, Nº 1, 2002, p. 115-128.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação a Distância. *Índios no Brasil 1*. Brasília: MEC/SEED/SEF, 2001.

BUTLER, N. E. *Derivação verbal em Terena*. SIL-SL 7.1977 p.73-100.

_____. *Modo, extensão temporal, tempo verbal e relevância contrastiva na língua Terena*. Brasília: SILEL, 1978.

_____. The multiple functions of the definite article in Terena. *Série Lingüística, SIL*, 2003.

BUTLER, N. E.; EKDAHL, E. M. *Aprenda Terena*. v. I. Brasília: SIL, 1979.

_____. *Aprenda Terena*. v. II. Brasília: SIL, 1979.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARVALHO, S. M. S.; CARVALHO, F.; GALAN, M. C.. *Bibliografia crítica dos povos Aruák do Mato Grosso do Sul e do Grande Chaco*. São Paulo: Terceira Margem, 2001.

CASTILHO, A. T. Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. *Alfa*, Marília, n. 12, p. 7-135, set. 1967.

CASTRO, I. Q. de. Na luta pela defesa de direitos, as alianças possíveis: os kinikinau no movimento indígena. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: UEL, 2005. (CD ROM).

COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: CUP, 1976.

_____. *Tense*. Cambridge: CUP, 1985.

_____. Causative verb formation and other verb-deriving morphology. In: SHOPEN, T. *Language typology and syntactic description: clause structure*. v. I. New York: Cambridge University Press, 1992.

CUNHA, A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

CUNHA, M. C. da. *Os direitos do índio, ensaios e documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. (Org.). *Legislação indigenista do século XIX: uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: EDUSP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

_____. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DRUDE, S. *As línguas indígenas e educação superior*. Palestra proferida no “Seminário de Políticas de Ensino Superior e Povos Indígenas: construindo as bases para uma política pública diferenciada de acesso e permanência”. Brasília – DF: 08 de junho de 2010.

EASTLACK, C. Terena (Arawakan) pronouns. *IJAL* 34: 1-8, 1968.

EKDAHL, M.; GRIMES J. E. Terena verb inflection. *IJAL* 30. 1964. p. 261-268.

_____. *Terena dictionary*. Brasília: SIL-AL 95. 1969.

FOLEY, W. A.; VAN VALIN, R. D. Information packaging in the clause. In: SHOPEN, T. *Language typology and syntactic description: clause structure*. v. I. New York: Cambridge University Press, 1992.

FUNAI. *Fundação Nacional do Índio*. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>> Acessado em: 20 jun. 2009.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. v. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984.

_____. *Syntax: an introduction*. v. I Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

GRUPIONI, L. B. A Educação Indígena na Academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre a educação escolar indígena no Brasil (1978-2002). *Revista Em Aberto*. Brasília, v. 20, p.197-238, fev. 2003.

HAAN, F. de. Irrealis: fact or fiction? In: *Linguistic Sciences*. 2009. Disponível em: <http://www.u.arizona.edu/~fdehaan/papers/Irrealis.pdf> Acessado em: 20/05/2010.

HARDEN, M. Syllable Structure of Terena. *International Journal of American Linguistics*, Vol. 12, No. 2 (Apr., 1946), pp. 60-63.

ISA. Instituto Socioambiental. *Povos indígenas no Brasil*. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: 20 jun. 2009.

ISAAC, P. A. M. *Modo de existir terena na comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso*. Tese de Doutorado. PUC/SP: São Paulo, 2004.

JESUS, N. T. de. *Kohixoti-Kipáe, a dança da ema* – memória, resitência e cotidiano terena. Dissertação de Mestrado. Brasília/DF: Unb, 2007.

KIBRIK, A. E. *The Methodology of field investigations in Linguistics*. The Hague: Mouton. 1977.

KROEGER, P. R. *Analyzing Grammar: an introduction*. New York: Cambridge University Press: 2005.

LADEIRA, M. E. *Língua e história: análise sociolingüística em um grupo Terena*. Departamento de Clássicas e Vernáculas (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2001.

LIMA, A. C. de S. O governos dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, M. C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

MAIA, M.. *Manual de Lingüística: subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Continuidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MARQUES, C. N. *Memória terena: história, cultura, identidade e resistência*. Aquidauana: Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009. 90 f. (Trabalho de conclusão de Curso).

MARTINEZ, A. B. *Mitos e ritos do povo Terena: uma analogia com a Mitologia Grega*. Campo Grande: UCDB, 2003.

MARTINS, C. R. *Fonologia da Língua Terena*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2009.

MARTINS, G. R. *Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: UFMS, 2002.

MOREIRA NETO, C. de A. *A política indigenista durante o século XIX*. Rio Claro, 1971. Tese (Doutorado em Antropologia) – FFCL.

MATTOSO CÂMARA JR., J. *Princípios de Linguística Geral*. 7 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

NEGRI FILHO, P. *Índio brasileiro*. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/diversos/indio.htm> Acesso em: 02 jun. 2007.

PACHECO, F. B. *Morfossintaxe do verbo Ikpeng (Karíb)*. Campinas: UNICAMP, 1999. (Projeto de Pós-Graduação/Doutorado)

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. 2.ed. Cambridge: CUP, 2001.

PAYNE, T. E. *Describing morphosyntax: a guide for Field linguists*. New York: Cambridge University press, 2001.

PEREIRA, L. M. *Os terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. UFGD: Dourados, 2009.

PROEL. *Promotora Espanhola de Linguística*. Disponível em: <<http://www.proel.org>> Acessado em: 16 abr. 2009.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. In: *Revista Ciência e Cultura*. v. 57. n. 2. São Paulo. Jan./Mar. 2005. p. 35-38. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a18v57n2.pdf> Acessado em: 25/04/2010.

ROSA, A. M.. *O Ensino Bilíngue na Aldeia Bananal*. Trabalho de conclusão de curso. UFMS/CPAQ: Aquidauana, 2007.

ROSA, A. M.; SOUZA, C. C. de. *O povo terena: “quantos são, onde estão os índios e suas escolas” na região de aquidauana, MS*. Relatório de Iniciação Científica 2006/2007. Aquidauana: PROPP/PIBIC/UFMS, 2007.

ROSA, A. M; SOUZA, C. C. de; SILVA, D. Língua Terena: considerações sobre o trabalho lingüístico e a prática pedagógica. In: SILVA, A. L. da; SOUZA, C. C. de; MELO, E. M. de; FERREIRA, F. M. N. S. *Concepções Pedagógicas: fundamentos, metodologias e didáticas*. Campo Grande: UFMS, 2008.

ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SAMARIN, W. J. *Field Linguistics: a guide to linguistic Field work*. New york, London, San Francisco: Holt, Rinehart and Winston. 1967.

SANT’ANA, G. R. de. Uma análise do processo migratório dos índios Terena para o perímetro urbano da cidade. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v.4, n.1, 2004.

SCHACHTER, P. Parts-of-speech systems. In: SHOPEN, Timothy. *Language typology and syntactic description: clause structure*. v. I. New York: Cambridge University Press, 1992.

SEKI, L. Língua Indígenas do Brasil no Limiar do Século XXI. In: Revista Impulso. v. 12, n. 25.2000. Disponível em: www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp27art11.pdf Acessado em: 20/01/2010.

SHOPEN, T. *Language typology and syntactic description: clause structure*. v. I. New York: Cambridge University Press, 1992.

SILVA, D. *Descrição da fonologia Terena (Aruák)*. Três Lagoas: UFMS, 2009. (Dissertação do Programa de Pós-graduação em Letras/CPTL/UFMS).

SILVA, F. A. Mudança cultural dos Terena. In: *Revista do Museu Paulista*. N. S. Vol. III. 1949.

SOUZA, A. F. de. *Atividade diária e (in)atividade física na sociedade indígena terena: Aldeias Buriti e Córrego do Meio*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP: Campinas, 2008.

SOUZA, I. de. *Koenukunoe emo 'u: a língua dos índios Kinikinau*. UNICAMP: Campinas, 2008. (Tese de doutoramento).

SOUZA, S. C. de. *Os koixomuneti e a religiosidade terena*. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st8/Souza,%20Sandra%20Cristina%20de.pdf>> Acessado em 06 mar. 2009.

TAUNAY, A. D. *Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1868.

TOURVILLE, J. The nasal morpheme of terena. In:_____. *Licensing and the representation of floating nasals*. PHD, McGill. University: Canadá, 1991.

TRASK, R. L. *Key concepts in language and linguistics*. London and New York: Routledge, 2005.

VARSHNEY, R. L. *An introductory textbook of linguistics and phonetics*. Urdu Bazar, Lahore: Famous Products, 2009.

VASCONCELOS, C. A. de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: UFMS, 1999.

WILKINSON, R. W. A Homonymy-Avoiding Transderivational Constraint in Terena. *International Journal of American Linguistics*, Vol. 42, No. 2 (Apr., 1976), pp. 158-162.

ANEXOS



Fundação Nacional do Índio
Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas
SEPS 702/902, bloco A, 3º. andar. Brasília – DF CEP70390-025
telefax (61) 3321-0613 / 3313-3606 e-mail: cgep@funai.gov.br

Ofício nº. 217/CGEP/09

Brasília, 16 de novembro de 2009.

À Senhora
Andrea Marques Rosa
Rua Zulmira Porto de Souza, 346
Bairro Santa Luzia
79640-210 Três Lagoas - MS

Assunto: Ingresso em Terra Indígena (Proc. nº.3122/08)

1 Cumprimentando-a, estamos encaminhando original da Autorização para Ingresso em Terra Indígena nº. 96 /CGEP/09 (em anexo), concedida a Vossa Senhoria, para ingressar na TI Taunay, com o objetivo de desenvolver o projeto de pesquisa científica intitulada “A Descrição da Morfologia Verbal da Língua Terena”, condicionada ao cumprimento das orientações da FUNASA sobre a gripe Influenza A H1 N1 (em anexo).

Atenciosamente,


Cláudio dos Santos Romero
Coordenador-Geral de Estudos e Pesquisas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

AUTORIZAÇÃO PARA INGRESSO EM TERRA INDÍGENA

Nº: 96 /CGEP/09

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Andrea Marques Rosa

Processo: nº.3122/08

Nacionalidade: brasileira

Identidade: RG nº.001417013 SSP RS

Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

Patrocinador:

OBJETIVO DO INGRESSO

Desenvolver o projeto de mestrado intitulado "A Descrição da Morfologia Verbal da Língua Terena".

EQUIPE DE TRABALHO

Nome

Nacionalidade

Identidade

Terra Indígena: Taunay

Etnia: Terena

Administração Regional: Campo Grande

Posto Indígena: Taunay

VIGÊNCIA DA AUTORIZAÇÃO

Início: 09 de novembro de 2009

Término: 30 de novembro de 2010

OBSERVAÇÕES

* Esta Autorização está condicionada a apresentação da pesquisadora a FUNASA local mais próxima da aldeia, antes do ingresso, para atestar não ser portadora de síndrome gripal.

* Remeter à Funai/Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas - CGEP, duas cópias da monografia, relatórios, artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas do trabalho realizado.

* Esta autorização não inclui cessão de uso de imagem e som de voz dos índios, nem de acesso ao conhecimento tradicional associado a biodiversidade.

Autorizo:

Brasília, 09 de novembro de 2009.

Presidente da FUNAI

Aloysio Antonio Castelo Guapindaia
residente da Funai, Substituto



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
SAS Qd. 4 Bloco N, Sala 502 – Brasília/DF
CEP: 70070-040 - Fone: (61) – 3314-6466/ 6619/6232 – Fax: (61) – 3321-3118

R. 1403
SCDWEB : FUNASAMS
UP : PRESIDÊNCIA
25100.054.156.12000-50

Ofício nº 652/Desai/Presi/Funasa

Brasília, 21 de setembro de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor
MÁRCIO AUGUSTO MEIRA
Presidente da Fundação Nacional do Índio
SEPS Quadra 702/902 Projeção A, Ed. Lex
70390-025 Brasília - DF

Assunto: Influenza H1N1 em populações indígenas.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº. 241/PRES-Funai, de 21 de agosto de 2009, solicitando orientações sobre o ingresso de pesquisadores brasileiros e estrangeiros em terras indígenas, face à epidemia de Influenza H1N1, informo que a **Funasa** orientou seus Distritos Sanitários Especiais Indígenas, por meio da Nota Técnica nº. 37/Desai/CGASI/Coope, de 22 de julho de 2009 (em anexo) e mantém em seu sítio na internet www.funasa.gov.br informações técnicas sobre a abordagem e a evolução da doença nas comunidades indígenas.

2. Após a declaração de transmissão sustentada em 16 de julho de 2009, o Ministério da Saúde (MS) passou a realizar o monitoramento apenas dos óbitos e casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Na atual fase da pandemia, tanto a OMS quanto os outros países com transmissão sustentada interromperam a investigação e notificação de casos leves suspeitos por Influenza A H1N1, pois não está mais recomendada a identificação individual de cada caso suspeito de influenza pelo novo vírus.

3. No entanto, a Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**), considerando a reconhecida vulnerabilidade das populações indígenas às doenças respiratórias, relacionadas com as condições sócio-econômicas e práticas tradicionais, orienta que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) continuem monitorando e registrando todos os casos de síndrome gripal. Para realizar esse monitoramento, os casos de síndrome gripal (SG) e síndrome respiratória aguda grave (SRAG) são registrados nos DSEI e informados semanalmente ao Departamento de Saúde Indígena (Desai) através do link "**comunique aqui**", disponível no site da **Funasa** (www.funasa.gov.br) - ambiente Saúde Indígena – Influenza A H1N1, Informe Técnico nº 06/2009, anexo.

4. O período de transmissão da Influenza é:

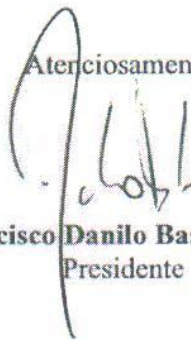
- Adultos: um dia antes até o 7º dia de início dos sintomas; e
- Crianças (menores de 12 anos): um dia antes até o 14º dia de início dos sintomas.

CGEP
Data 08.10.09
Rubrica Ricardo

5. Desta forma, devido ao período de transmissão do vírus, é aconselhável que a efetiva entrada de pesquisadores em terras indígenas esteja condicionada à observância de um período assintomático de sete dias após viagem aérea, participação em eventos de massa ou permanência em localidade com elevado número de casos da doença. Caso o pesquisador apresente algum sintoma de síndrome gripal deverá aguardar por sete dias após o fim dos sintomas para ingressar em terras indígenas.

6. Medidas preventivas à transmissão do vírus Influenza A H1N1 constante no folder em anexo devem ser adotados por todos.

Atenciosamente,



Francisco Danilo Bastos Forte
Presidente